

Instituto Politécnico de Castelo Branco

Escola Superior de Educação

A EFICÁCIA DA APPACDM DE CASTELO BRANCO, NA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MENTAL

Maria Filomena Esteves do Rosário Taborda Vitório

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Castelo Branco para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Educação Especial Domínio cognitivo e Motor, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Ernesto Candeias Martins da Escola Superior De Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco

Dedicatória

À Ana, ao Samuel, ao Zé,

à minha mãe

e

à memória do meu pai

AGRADECIMENTOS

Não querendo menosprezar todos os que nos ajudaram e que tornaram este estudo possível, um OBRIGADO MUITO ESPECIAL

Ao meu orientador, Professor Doutor Ernesto Candeias, agradeço o apoio, a partilha do saber e as valiosas contribuições para o trabalho, o seu exemplo de força, profissionalismo, e pela possibilidade que me deu em realizar este trabalho de projeto, sob a sua orientação.

O meu agradecimento estende-se à Direção da APPACDM na pessoa da sua Presidente D^a Maria de Lurdes Pombo agradeço, com profundo reconhecimento, a confiança que depositam em mim.

Aos antigos formandos da APPACDM e pais que colaboraram neste trabalho pela confiança em partilharem as suas experiências e sentimentos, opiniões e vivências.

Também, neste percurso particular da arquitetura e concretização do estudo, quero de modo muito especial agradecer aos meus colegas.

Finalmente, o agradecimento maior à minha mãe, aos meus filhos e ao meu marido, presentes em cada momento deste caminho, partilharam comigo alegrias, entusiasmo, cansaço, forças e fragilidades.

A todos Bem Hajam

Resumo

Com o presente trabalho, pretendemos evidenciar a Instituição APPACDM de Castelo Branco, desde a fase de implementação, consolidação, à fase atual de abertura colaborativa em que o seu projeto dinâmico melhora a sua eficácia na autonomia e inclusão de pessoas com deficiência mental.

Do nosso, estudo, salientamos a eficácia da APPACDM de Castelo Branco em quatro planos: pedagógico, social, assistencial e inserção no mercado do trabalho

Trata-se de uma investigação histórico descritiva e ou/histórico documental de natureza qualitativa de estudo de caso. Os instrumentos utilizados, foram a entrevista em profundidade e inquérito por entrevista.

Palavras- Chave: Deficiência mental, eficácia, formação profissional, inclusão social, APPACDM.

Abstract

The present work intends to show the institution APPACDM of Castelo Branco, from the implementation phase, consolidation, the current phase of opening your collaborative dynamic design improves its effectiveness in autonomy and inclusion of people with mental disabilities. In our, study emphasize the effectiveness of APPACDM Castelo Branco on four levels: pedagogical, social, welfare and integration in the labor market. Our work, it is a descriptive and historical research and historical / documentary qualitative case study. The instrument used was the in-depth interview and the interview survey.

Keywords: Mental retardation, effectiveness, training, social inclusion, APPACDM

Siglas utilizadas

AAMR - American Association of Mental Retardation

APPACM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos de Crianças Mongolóides

APPACDM- Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

CAO - Centro de Atividades Ocupacionais

CF - Currículo Funcional

CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

CODEM- Confederação para a Deficiência Mental

CRI - Centros de Recursos Inclusão

DGEBS - Direção Geral do Ensino Básico e Secundário

DGIDC - Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular

DREC - Direção Regional de Educação do Centro

EQUASS - European Quality in Social Services

FAPPC - Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral

FENACERCI -Federação Nacional das Cooperativas de Solidariedade Social

FPA - Federação Portuguesa de Autismo

HUMANITAS- Federação Portuguesa para a Deficiência Mental

ICIDH -International Classification of Impairments, Disabilities, and Handicap

IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional

IIE - Instituto de Inovação Educacional

IP- Intervenção Precoce

IPI-Intervenção Precoce na Infância

IPSS - Instituições Privadas de Solidariedade Social

NEE - Necessidades Educativas Especiais

OMS - Organização Mundial de Saúde

PAIPDI - Plano de Ação Integrada das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade

PNAI- Plano Nacional de Ação para a Inclusão

PEI - Programa Educativo Individual

PIT - Plano Individual de Transição

RVCC-Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

QI - Quociente de Inteligência

SNRIPD - Secretaria Nacional para a Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Desenvolvimento Económico

UNICRISANO - União dos Centros de Recuperação Infantil do Distrito de Santarém e Outros

ÍNDICE

Dedicatória	II
AGRADECIMENTOS.....	III
Resumo	IV
Abstract	V
Siglas utilizadas.....	VI
ÍNDICE.....	VII
Lista de Figuras	IX
Lista de Quadros.....	X
Lista de Gráficos	XI
INTRODUÇÃO	- 1 -
CAPÍTULO I : O ESTADO DA ARTE	- 6 -
EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DEFICIÊNCIA	- 6 -
1.1- Novo paradigma de deficiente mental	- 9 -
1.2- A etiologia da deficiência mental.....	- 11 -
2- INCLUSÃO-ESCOLA INCLUSIVA.....	- 11 -
3. O CAMINHO PARA INCLUSÃO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL EM PORTUGAL.....	- 16 -
4-INCLUSÃO SOCIAL/FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO	- 18 -
CAPITULO II: A INSTITUIÇÃO ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL (APPACDM) – CASTELO BRANCO	- 21 -
1-ENQUADRAMENTO HISTÓRICO SOBRE A FORMAÇÃO DA APPACDM	- 21 -
2.1- Estrutura organizativa da APPACDM	- 23 -
2.2-Distribuição dos espaços físicos.....	- 25 -
2.3-Descrição das Valências (áreas de intervenção)	- 26 -
2.3.1 Valência Educativa (Intervenção Precoce)	- 28 -
2.3.2 Valência educativa escola de educação especial- dimensão sócio educativo	- 30 -
Escola como promotora de boas práticas.....	- 31 -
As atividades de orientação escolar e profissional	- 32 -
APPACDM como Centro de Recursos para a Inclusão	- 32 -
2.3.3 Valência Centro de Atividades Ocupacionais	- 35 -

2.3.4 Valência Formação Profissional	37 -
2.4 Evolução do número de utentes/clientes ao longo dos anos.....	42 -
2.5 Recursos Humanos existentes	43 -
3-PARCERIAS	45 -
CAPITULO III- METODOLOGIA EMPÍRICA: A APPACDM de CASTELO BRANCO	47 -
2-A APPACDM E OS SUJEITOS DE ESTUDO	48 -
3-TÉCNICA DE RECOLHA DE DADOS	49 -
3.1-Entrevistas	50 -
3.2-Inquérito por entrevista	50 -
3.3-Análise de conteúdo.....	52 -
4- PROCEDIMENTOS ÉTICOS LEGAIS	53 -
5- ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS	54 -
5.1 Análise de conteúdo à imprensa	67 -
5.2 Verificação das questões de investigação	71 -
CONCLUSÕES.....	73 -
BIBLIOGRAFIA.....	76 -
LEGISLAÇÃO Consultada	78 -
Declarações Mundiais.....	79 -
ANEXOS	80 -

Lista de Figuras

Fig. 1 Distrito/Concelhos de Castelo Branco e ano de início do atendimento da Intervenção precoce	- 29 -
Figura nº2 Atividades desenvolvidas no centro de atividades ocupacionais	- 36 -
Fig nº3- os cursos de formação	- 38 -

Lista de Quadros

Quadro 1 Indicadores da população com deficiência em Portugal (INE,2001).....	- 7 -
Quadro 2 – Finalidades e Objetivos	- 28 -
Quadro nº3 áreas de intervenção.....	- 28 -
Quadro 4 – Objetivos do CRI	- 34 -
Quadro 5 Percurso A de Formação	- 39 -
Quadro 6 percurso B de formação.....	- 39 -
Quadro 7 categorias e sub categorias para análise da eficácia da APPACDM	- 51 -
Quadro 8 Categoria Representação da Instituição/imagem.....	- 57 -
Quadro 9 Categoria Expectativas.....	- 58 -
Quadro 10 Categoria Qualidade	- 61 -
Quadro 11 categoria satisfação	- 63 -
Quadro 12 categoria inclusão	- 66 -
Quadro 13notícias década de 70	- 68 -
Quadro nº 14 notícias década 80.....	- 68 -

Lista de Gráficos

Gráfico nº1 clientes atendidos por ano	- 40 -
Gráfico nº2 nº de formandos por sexo e idade	- 40 -
Gráfico nº3 nº de clientes por curso	- 41 -
Gráfico nº4- nº Clientes Integrados por anos desde 2002	- 41 -
Gráfico nº 5Tipo de empregadores	- 42 -
Gráfico nº 6 número de clientes distribuídos pelas respectivas valências em Castelo Branco	- 43 -
Gráfico nº7 nº de Colaboradores da Organização por idade	- 44 -
Gráfico nº8 de Colaboradores da Organização por Nível de Escolaridade.....	- 44 -

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, é uma investigação histórico descritiva e ou/histórico documental, de natureza qualitativa, estudo de caso a uma Instituição específica de Educação Especial, a APPACDM nascida de um associativismo numa época em que, no País a oferta de educação de crianças e jovens com deficiências, era muito escassa. Desde o início do século, que caminham lado a lado duas perspetivas opostas quanto à forma e aos meios escolares de atender crianças com deficiência: a escola regular e a escola ou aula de educação especial.

Durante muito tempo, aceitou-se que a melhor forma de educar crianças com deficiência era enquadrá-las em modelos educativos diferenciados, de preferência desenvolvidos em escolas especiais.

Até aos anos 50/60, o apoio às pessoas com deficiência esteve sobretudo a cargo da iniciativa privada, numa perspetiva marcadamente assistencial e educativa e/ou benemérita. Na área da educação (especial), a oferta era muito escassa, limitando-se o Ministério da Instrução a manter as então designadas classes especiais do Instituto António Aurélio da Costa Ferreira, nas escolas do ensino regular.

Mais tarde a Segurança Social ou assistência social complementou a oferta existente, embora dispondo de poucas estruturas (DGIDC, 2006:9). As famílias recorriam aos estabelecimentos oficiais, com extensas listas de espera, e as crianças iam permanecendo em casa (Bairrão Ruivo,1998:44). Face a esta resposta insuficiente das instituições oficiais, os pais começaram então a organizar-se em associações e criaram estruturas educativas instituídas por tipos de deficiências, das quais se destacam, por ordem cronológica, três associações, ainda no período Salazarista:

- 1956 - Liga Portuguesa dos Deficientes Motores - criada por João dos Santos, Rosa Bemfeito e outros especialistas da saúde, da educação, da cultura e por alguns pais, todos voluntários, para a reabilitação de crianças e jovens com deficiência motora.

-1960 - Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral - Fundada em Lisboa, por iniciativa de um grupo de pais apoiados por técnicos que sentiram as dificuldades de resposta a estas crianças e jovens.

- 1962 - Associação de Pais e Amigos das Crianças Mongoloides - fundada por Sheila Stilwell, mãe de uma criança com Trissomia 21, e pela pedopsiquiatra Alice de Mello Tavares. Agora designada por Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental

A integração/inclusão de crianças com deficiência nas escolas, decorre do reconhecimento e da aceitação de princípios jurídicos dos direitos e da ação por parte das diversas sociedades.

Segundo dados da DGIDC/ME (2006: 9), em Portugal, no ano de 1978/79 , já no regime da democratização educativa “o número de alunos nas 132 escolas especiais ultrapassava os 8000 e, no ensino integrado, existiam apenas 22 equipas de educação especial que atendiam cerca de 1100 com deficiências físicas e sensoriais”. Posteriormente com a reorientação de muitas escolas de educação especial para “centros de recursos” este número vem sendo revertido, como tem sido tendência geral hoje em dia na Europa.

As escolas de educação especial, têm vindo nos últimos anos a admitir menos alunos (pois não têm sido alvo de encaminhamentos) e a sua atuação tem sido cada vez mais o desenvolvimento de atividades de apoio à inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais nas escolas do ensino regular e no apoio terapêutico e de transição para a vida ativa, não obstante continuarem a assegurar uma resposta educativa.

A Lei Fundamental do Estado Português - A Constituição da República -A Lei de Bases do Sistema Educativo, o Decreto-lei nº 3 de 2008 de 7 de Janeiro e o Despacho Normativo nº50/2005, de 9 de Novembro, referem-se a uma educação igual e de igualdade para todos os alunos pretendendo criar uma igualdade de oportunidades que promova o seu sucesso escolar. Assim, o respeito pela diversidade deve ser entendida como uma mais-valia no processo educativo, pois os alunos são sujeitos com grandes diferenças a nível dos conhecimentos, experiências, vivências, interesses, motivações, necessidades formativas e pertenças culturais.

A educação, torna-se crucial na vida dos sujeitos, pois desenvolve o seu potencial intelectual e social. Assim, a escola, tem todo o dever de dar a todos os jovens a oportunidade de construir a sua aprendizagem pois estas são de vital importância para a vida de qualquer pessoa, mas é inegável que reveste maior importância no caso de pessoas com deficiência mental visto a inexistência escolar, potencializar o risco de pobreza e exclusão e falta de sociabilização.

J.Delors (1996:77) referencia que a educação deve transmitir de uma forma mais eficaz mais saberes e saber fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva pois são as bases das competências do futuro.” *Devendo a educação basear-se em quatro pilares “aprender a conhecer, (adquirir os instrumentos da compreensão); aprender a fazer (para poder agir); aprender a viver juntos (a fim de participar e cooperar com os outros) e aprender a ser (via essencial que integra os três precedentes) ”.* Isto supõe que se ultrapasse a visão puramente instrumental da educação, considerada como resposta obrigatória para obter certos resultados (saber-fazer, aquisição de capacidades diversas, fins de ordem econômica), e se passe a considerá-la em toda a sua plenitude de forma a contribuir para o desenvolvimento global e harmónico da pessoa, o aprender a aprender. Ou seja a incluir como Delors, acreditamos que “à educação cabe fornecer, dalgum modo, a cartografia de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele” Delors, (1996:77).

Nesta perspectiva, a escola tem o dever de orientar a educação para todos os seus alunos independentemente dos problemas e ritmos de aprendizagem que, a cada momento possam apresentar. Isto significa que a criança com deficiência, tem direito a um programa escolar que lhe seja adequado e possa dar resposta ao perfil da sua diferença. O acesso generalizado à educação, implica uma enorme heterogeneidade e diversidade que deverá caracterizar a comunidade educativa, de modo a promover a todos os alunos processos educativos de qualidade.

Pouco a pouco, no contexto conceito da inclusão, começa por considerar a modalidade de atendimento, como o seu primeiro parâmetro, dando relevância à permanência do aluno na classe regular, sendo todos os serviços educacionais prestados dentro da sala de aula, salvaguardando no entanto raras exceções. Dá também relevância a uma educação apropriada

que deve ter em conta não só as características e necessidades do aluno, mas também, as características dos ambientes onde eles interagem.

Segundo Rodrigues, (2006 p.11) a ideia central da escola inclusiva *“é que a escola não desista de ninguém... pelo menos até ao final da escolaridade básica (...) para que todos os jovens possam usufruir de uma educação de qualidade e adequada ao seu potencial.”* De fato o autor, sugere alicerçar o conceito de educação inclusiva em três pilares: rejeição da exclusão, educação conjunta de todos os alunos e eliminação de barreiras à aprendizagem. Alerta-nos ainda que é preciso saber o que queremos significar quando falamos da inclusão de um aluno na escola e quais os indicadores que nos permitem afirmarmos que a criança/jovem está incluído na escola.

Atualmente o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de Janeiro, aparece também como promotor da igualdade de oportunidades e melhoria da qualidade de ensino. Aplica-se aos ensinos, público, particular, cooperativo e solidário e define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular, cooperativo e solidário. Surge como resposta às necessidades educativas dos alunos: os apoios especializados. Esses apoios serão postos à disposição de crianças e jovens que apresentem limitações significativas ao nível da atividade e participação, num ou vários domínios, decorrentes de alterações de carácter permanente ao nível da comunicação, aprendizagem, mobilidade, autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social.

Estabelece-se ainda as seguintes medidas educativas: apoio pedagógico personalizado; adequações curriculares individuais; adequações no processo de matrícula; adequações no processo de avaliação; currículo específico individual; tecnologias de apoio. Em relação aos objetivos de educação especial: integra-se a inclusão educativa e social; o acesso e o sucesso educativo; a autonomia; a estabilidade emocional; a promoção de igualdade de oportunidades; a preparação para o prosseguimento de estudos ou para a vida profissional/transição da escola para o emprego.

Na atualidade, ao nível da política educativa e sua organização, é sublinhada a necessidade de reorientar as escolas especiais, e outros centros especializados em reabilitação, em centros de recursos para a inclusão, sendo previsto que esta reorientação se realize de modo progressivo no horizonte temporal do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), entre 2007 e 2013 (Ministério da Educação/DGIDC, 2006). Constatámos que as instituições de educação especial, enquanto centros de recursos, passariam tendencialmente a ser exemplo de organizações interdisciplinares, interativas e progressivamente mais complexas, afastadas do modelo tradicional de ensino direto especialista/aluno. Fundando-se em modelos ativos de colaboração, procurariam aumentar a qualidade de atendimento da escola regular a todos as crianças e jovens com NEE. Deste modo, o centro de recursos transforma-se no meio/espço de intercâmbio. A necessidade de que todas as Instituições se transformem em centros de recursos no atual contexto educacional e social, que se pretende cada vez mais inclusivo, vem de algum modo confirmar a pertinência do seu próprio desenvolvimento, mas simultaneamente mostra como a APPACDM amplia antecipadamente a sua ação face a normativos gerais inovando e propondo ações inclusivas concretas, nomeadamente com projetos com os agrupamentos.

Lembrando ainda o que as várias entidades e autores, ligados à educação especial e à inclusão, afirmam relativamente às características dos centros de recursos (Doc. Estratégico, DGIDC, 2006; Agência Europeia para o Desenvolvimento em Necessidades Educativas Especiais, 2003; Hegarty, 1994; Hélios II, Grupo temático 8, 1997; Pereira, 2005a; Portaria 1102/97; Wiltshire, 2003; Warwick, 2001; UNESCO, Declaração de Salamanca, 1994;), encontramos na definição que a APPACDM construiu de centro de recursos todas as funções fundamentais enunciadas ou seja elaborar e disseminar materiais de ensino/específicos; apoiar as escolas regulares e os pais/encarregados de Educação. Com uma orientação para a inovação e mudança, em áreas prioritárias como a intervenção precoce, autonomia, preparação para a vida adulta com uma intervenção assente em parcerias na medida em que se reconhecem as vantagens de cooperação a diferentes níveis com evidentes resultados para as partes.

A APPACDM sempre atenta a recomendações educativas, organiza-se no sentido de responder às diferentes necessidades dos seus alunos tendo em conta os diferentes graus de diferença e respetivos ritmos de aprendizagem. Isto significa, que cada aluno, tem um programa escolar que lhe é adequado e assim possa dar resposta ao perfil da sua diferença. Deste modo, o aluno, é visto globalmente de forma a existirem interligações entre pré requisitos motores, sensoriais, sociais e cognitivos que vão integrar determinada tarefa ou competência.

A APPACDM Castelo Branco, promove uma pedagogia diferenciada considerando o aluno como um indivíduo com as suas características intrínsecas e extrínsecas psicossomáticas, sociais e culturais. Esta Associação, tem autonomia para se adaptar a novas situações, para gerir o currículo, os meios materiais e organizativos e é uma Instituição que tem o seu corpo docente e técnico estável e empenhado. É uma Instituição que se avalia a si própria e que partindo dessa avaliação, determina novas metas e define medidas e atitudes a tomar.

Também desde cedo tem vindo ao longo da sua implementação intervenção na comunidade a ser promotora de boas práticas inclusivas (eficácia da missão dando resposta não só aos alunos encaminhados para a escola mas também a prestar apoio especializado a alunos das escolas do ensino regular, tornando-se um importante recurso na comunidade.

A APPACDM de Castelo Branco, sendo uma Instituição Particular de Solidariedade Social, consciente da política social de emprego, aposta na criação de desenvolvimento de competências transversais e técnicas, proporcionando oportunidades para as pessoas com deficiência mental, tendo como principais objetivos, a promoção da autonomia e a inclusão social e a promoção de uma política de igualdade de oportunidades. Esta instituição com o seu centro de formação profissional, é a única estrutura capaz de dar resposta a este tipo de população alvo no distrito.

A entrada na vida ativa/profissional, constitui para a pessoa com deficiência mental como para qualquer cidadão, o passo fundamental no processo de inclusão social.

De forma a dar consecução aos objetivos a que nos propusemos, organizámos o nosso trabalho em 3 capítulos.

Assim, no primeiro capítulo, teceremos algumas considerações sobre a evolução do conceito da deficiência e inclusão. A legislação inerente à educação especial influenciou particularmente a evolução conceptual da inclusão, refletiremos sobre os seus princípios teóricos

e fundamentos, assim como acerca do conceito de inclusão social e que está implícita na construção do tema do nosso trabalho.

De seguida, no segundo capítulo, iremos fazer a historiografia da APPACDM de Castelo Branco, pretendendo evidenciar a Instituição APPACDM de Castelo Branco em si desde a fase de implementação, consolidação à fase atual abertura colaborativa em que o seu projeto dinâmico melhora a sua eficácia na autonomia e inclusão de pessoas com deficiência mental.

O terceiro capítulo, será dedicado ao estudo empírico, no âmbito da investigação qualitativa.

(Bogdan e Biklen, 1994:90) tratando-se de um estudo de caso de uma instituição, pretendemos entender um fenómeno social complexo”. (Yin, 2003:2), apela a uma necessidade de compreensão interpretativa que encontra na pesquisa deste espaço de acolhimento a crianças necessitadas. Como propósitos da nossa investigação, descreveremos a metodologia a apresentar. Seleccionaremos o grupo de sujeitos e efetuamos a escolha dos instrumentos que entendemos mais adequados para a recolha de dados, tendo-se optado pela construção e aplicação de entrevistas em profundidade aos fundadores da Instituição e questionário de perguntas abertas à restante amostra. Seguidamente, procederemos à apresentação e análise/discussão dos dados relativos ao nosso estudo, elaborando as respetivas conclusões.

Após uma justificação do estudo alicerçada numa descrição teórica contextual, chegaremos à definição do problema **Qual a eficácia da APPACDM de Castelo Branco na Inclusão das pessoas com deficiência mental?**

Que será a base desta pesquisa.

Neste estudo, prevê-se algumas limitações, por exemplo falta de tempo, de acesso a documentação relevante, a informações de alguns depoentes, entrevistados, manter a neutralidade na narração de todas as informações recolhidas. Intentaremos não nos deixar levar pelo fervor, pela admiração por sermos um elemento na Instituição. A avaliação e a interpretação serão o resultado da triangulação dos dados recolhidos. Queremos deixar bem claro, que há outras instituições que têm também a sua eficácia pedagógica, profissional naquilo que são os seus objetivos (projeto) na formação e transição para a vida ativa de muitos jovens com deficiência mental.

CAPÍTULO I : O ESTADO DA ARTE

O presente capítulo tem, por finalidade, apresentar a informação obtida através da consulta da literatura de incidência e que se considerou relevante, não só para elaborar o enquadramento teórico e compreensivo da problemática em estudo, mas também para fornecer dados capazes de dar resposta científica a alguns dos aspetos relacionados com as próprias perguntas de partida.

EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DEFICIÊNCIA

A qualidade de vida e as oportunidades das pessoas designadas por pessoas com deficiência refletem não só as condições gerais de vida e as políticas socioeconómicas que têm caracterizado as diferentes épocas ao longo da história, como também as representações e construções sociais que vigoram acerca da deficiência.

São bem conhecidos os efeitos segregadores que o termo deficiência tende a produzir, sobretudo em algumas esferas da vida e dos percursos individuais ao nível educativo e profissional.

Definir o termo “deficiência” chegando a um consenso é um ato muito complexo e diversificado. Para tentar solucionar e precisar melhor os termos, a Organização das Nações Unidas (ONU) manifestou-se a favor de lançar mundialmente o termo “Pessoas Deficientes”. Deste modo, surgiu a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, aprovada pela Assembleia Geral da O.N.U., em 9 de Dezembro de 1975, que decreta no seu artigo 1, *“O termo pessoas deficientes refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congénita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais.”*. Por outro lado, visto a Organização Mundial de Saúde (OMS) passar por grandes incertezas em relação a uma conceção e terminologia concreta dos termos “pessoas com deficiência” ou “pessoas deficientes” de maneira a obter uma classificação consensual adotou em 1980 uma Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (ICIDH -*International Classification of Impairments, Disabilities, and Handicap*). Esta abordagem fala de três níveis distintos que são as “deficiências”, “incapacidades” e “desvantagens” derivadas de um problema de saúde.

O conceito criado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para o termo “Deficiência” é utilizado pela Política do Conselho da Europa (1994:10) que define o seguinte, *“uma Deficiência corresponde a uma perda de substância ou alteração de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatómica.”* Quer isto dizer que a deficiência pode-se caracterizar por anormalidades que podem ser temporais ou permanentes, devido a uma anomalia, defeito ou falta de um membro, órgão, tecido ou outra estrutura do corpo, até mesmo problemas psicológicos.

O Programa HELIOS II, programa da Comunidade Europeia (1997:11) dedicado às pessoas com deficiência que pretende promover a igualdade de oportunidades e a integração dessas

peçoas, define a deficiência, baseada na decisão do Conselho de Europa tomada a 25 de Fevereiro de 1993, como: “Entende-se por pessoa com deficiência qualquer pessoa que apresenta deficiências, incapacidades ou desvantagens graves resultantes de afeções físicas, incluindo as sensoriais, mentais ou psicológicas, que limitem ou impeçam a execução de uma atividade ou de uma função considerada normal para um ser humano” (1997:11). Seja qual for a definição adotada há que ter em conta que não existe, uma definição verdadeira e definitiva. O conhecimento que se tem sobre a deficiência e a forma na qual se interpreta e utiliza depende muitas vezes das pressões sociais e políticas.

Com o quadro nº1, pretendemos verificar a distribuição segundo o sexo da população com deficiência para cada grupo etário e distribuição da população residente com deficiência por tipo de deficiência em Portugal. Socorremo-nos para o efeito dos resultados dos Censos 2001 do Instituto Nacional de Estatística.

Indicadores de População com Deficiência	Mulheres	Homens	Total
Distribuição segundo o sexo da população com deficiência para cada grupo etário (%):			
Menos de 15 anos	44,0	56,0	100,0
De 15 a 24 anos	43,5	56,5	100,0
De 25 a 34 anos	40,1	59,9	100,0
De 35 a 44 anos	41,3	58,7	100,0
De 45 a 64 anos	44,5	55,5	100,0
65 e mais anos	55,4	44,6	100,0
Distribuição da população residente com deficiência por tipo de deficiência (%):			
Auditiva	13,6	13,1	13,3
Visual	28,6	23,4	25,8
Motora	22,4	26,5	24,6
Mental	10,6	11,1	10,9
Paralesia Cerebral	2,3	2,4	2,3
Outra Deficiência	22,6	23,6	23,1

Quadro 1 Indicadores da população com deficiência em Portugal (INE,2001)

Sensivelmente metade das pessoas com deficiência em Portugal tem incapacidades relacionadas com a visão ou de natureza motora, correspondendo cada um desses tipos de deficiência a sensivelmente $\frac{1}{4}$ do total desse universo. Seguem-se as deficiências auditivas (cerca de 13%) e as de foro mental (11%). No entender de Morato (1998: 9) “ a história da deficiência em geral e da deficiência mental (DM) em particular não é um conhecimento do qual a humanidade se possa orgulhar do ponto de vista dos direitos humanos”.

É impossível incluir numa definição todo o espectro de variabilidade interindividual devido às dificuldades inerentes à delimitação deste conceito. A sua evolução histórica demonstra que a sua definição foi consideravelmente influenciada por exigências políticas, culturais, sociais e administrativas. A Organização Mundial de Saúde (O.M.S.), define os deficientes mentais como “indivíduos com uma capacidade intelectual sensivelmente inferior à média, que se manifesta ao longo do desenvolvimento e está associada a uma clara alteração de comportamentos adaptativos” (O.M.S,1968).

Segundo a descrição do DSM.IV (2000:41), a característica essencial da Deficiência Mental é quando a pessoa tem um “*funcionamento intelectual significativamente inferior à média, acompanhado de limitações significativas no funcionamento adaptativo em pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades: comunicação, autocuidados, vida doméstica, habilidades sociais, relacionamento interpessoal, uso de recursos comunitários, autossuficiência, habilidades académicas, trabalho, lazer, saúde e segurança*”.

Diversas teorias tendo por base diferentes correntes, participam para a caracterização da deficiência mental: “psicológica ou psicométrica, sociológica ou social, médica ou biológica, comportamentalista e pedagógica” (Pacheco e Valência, 1997:210). Segundo a referência dos mesmos autores, a corrente Psicológica ou Psicométrica preconizada por Binet e Simon, considera que todo o sujeito que manifeste escassez ou diminuição das suas capacidades intelectuais, avaliada em termos de testes e mensuráveis em termos de Quociente de Inteligência (QI), é deficiente. A corrente sociológica ou social, utilizada por Doll, Kanner e Tredgold entre outros, defende que o deficiente mental, é todo o individuo que apresenta dificuldades de adaptabilidade ao meio social onde está inserido, fator que condiciona a sua autonomia.

A corrente médica ou biológica, refere-nos que a deficiência mental possui um substrato biológico, anatómico ou fisiológico e manifesta-se durante o período de desenvolvimento (até aos 18 anos) Lafon, cit. por Pacheco e Valência (1997:210) diz-nos que “*a debilidade mental é a deficiência congénita ou precocemente adquirida da inteligência*” .

A corrente comportamentalista preconiza a influência exercida pelo meio ambiente sendo a deficiência mental o produto da interação de “*fatores Biológicos passados (genéticos, pré-natais, peri-natais, pós natais). Fatores Biológicos atuais (drogas ou fármacos, cansaço ou stress). História anterior de interação com o meio (Reforço) e Condições ambientais presentes ou outras situações atuais*” (Pacheco e Valência, 1997:211). Por último a corrente Pedagógica, considera que a pessoa com deficiência mental, é aquela que tem maior ou menor dificuldade em seguir o processo regular de aprendizagem e que por isso , tem necessidades educativas especiais isto é, necessita de apoios e adaptações curriculares que lhes permitem ultrapassar as dificuldades e seguir o percurso regular de ensino (Pacheco cit. por Cuberos et al ,1997).

Muitas foram as denominações que ao longo do tempo foram dadas às crianças com baixa capacidade intelectual: demente, idiota, oligofrénico, subnormal, incapacitado, diminuído, diferente, deficiente psíquico, aluno com necessidades educativas especiais.

Destas correntes a que mais se impõe, é a que utiliza técnicas psicométricas, utilizando o Quociente Intelectual (QI) para a classificação desse grau. O conceito de QI, é o resultado da

multiplicação por cem do quociente obtido pela divisão da Idade Mental (IM) pela Idade Cronológica (IC). Assim, atendendo ao QI existem quatro níveis ou graus de deficiência mental pela Organização Mundial de Saúde: Ligeira ou Leve 52-67; Média ou Moderado 36-51; Severa ou agudo grave 20-35; Profunda inferior a 20. Para alguns autores, a demarcação baseada no QI é utilizada ainda em contextos médico - pedagógicos, do que deriva uma definição da DM que “ revela falta de rigor com tendência a homogeneizar o perfil dos indivíduos, ocorrendo uma subvalorização das diferenças qualitativas existentes” (Santos e Morato 2002:34). Estes autores, referem ainda que o valor quantitativo do QI, não tem utilidade para o processo ensino/aprendizagem, uma vez que não informa acerca do envolvimento do deficiente no mesmo.

Deixa de fazer assim sentido atribuir a uma pessoa um nível determinado a partir de uma escala rígida, pois a importância é atribuída à forma como cada pessoa se adapta às condições de vida e às exigências do seu meio social.

Atualmente uma mudança de paradigma introduz outras dimensões como o comportamento adaptativo que valoriza o funcionamento e a interação do indivíduo com o meio Morato (2002).

Esta nova visão, sobre a deficiência que iremos abordar no ponto seguinte, consiste numa conceção multidimensional, funcional e bio ecológica da deficiência mental, em relação aos seus modelos anteriores. Nesta nova abordagem, merece maior relevo, a inclusão, no processo avaliativo, os aspetos ambientais, além dos inerentes ao próprio indivíduo.

1.1- Novo paradigma de deficiente mental

Segundo a Associação Americana de Deficiência Mental entende-se por deficiência mental o estado de redução notável do funcionamento intelectual significativamente inferior à média, associado a limitações pelo menos em dois aspetos do funcionamento adaptativo: comunicação e cuidados pessoais, competências domésticas, habilidades sociais, utilização dos recursos comunitários, autonomia, saúde e segurança, aptidões escolares, lazer e trabalho. Todos esses aspetos devem ocorrer durante o desenvolvimento infantil, ou seja, antes dos 18 anos, para que um indivíduo seja diagnosticado como deficiente mental. Atualmente, a deficiência é vista numa perspectiva ecológica (interação pessoa/ambiente). Procura enfatizar a autonomia, a integração, a igualdade o paradigma de apoio que remete para a prestação de serviços às pessoas com deficiência; a redução das limitações funcionais através da promoção dos serviços e apoios que se centram na conduta adaptativa e no nível de atividades desenvolvidas na sociedade; a interligação do conceito de Qualidade e a intervenção dos serviços centrados nos resultados (Schalock, 1992).

AAMR (2002:1) define a Deficiência Mental como uma incapacidade caracterizada por limitações significativas tanto em funcionamento intelectual como em condutas adaptativas, expressa em condutas adaptativas conceptuais, sociais e práticas. A deficiência tem origem em

idade inferior aos dezoito anos. Segundo o mesmo autor, há necessidade de serem respeitados os seguintes princípios:

1.A avaliação tem de ter em devida conta a diversidade cultural e linguística, e as diferenças entre diferentes grupos nos aspetos da comunicação e do comportamento;

2.A determinação de limitações em competência adaptativas tem de respeitar as características do contexto comunitário de que a criança faz parte e os apoios ou oportunidades de aprendizagem que lhe foram proporcionados;

3. Muito frequentemente, pode acontecer que, a par de limitações adaptativas específicas, existam potencialidades em outras áreas adaptativas ou capacidades pessoais;

4. Geralmente, o funcionamento da pessoa com deficiência mental melhora se lhe forem proporcionados apoios adequados durante um período de tempo continuado.

Os apoios referidos neste último ponto, são referidos pela AAMR como recursos e estratégias individuais e necessárias para promover o desenvolvimento intelectual, educação e bem estar pessoal do deficiente e poderem ser prestadas por familiares, amigos, professores, técnicos ou médicos.

Um aspeto novo e importante nesta definição de deficiência mental da AAMR é a importância atribuída às características ambientais para facilitar ou dificultar o crescimento, o desenvolvimento, o bem-estar e a satisfação da pessoa.

A característica inovadora desta definição reside no estabelecimento do critério do “deficit no comportamento adaptativo” como complemento ao critério de deficit no funcionamento intelectual. Como valor limite de QI para esta definição é mencionado 70/75, aferido na aplicação de testes de inteligência e a sua avaliação por parte de um especialista, que deverão ser atualizados por uma equipa multidisciplinar, através de testes adicionais.

A validade da avaliação, tem de considerar o indivíduo como elemento de uma comunidade sujeito à diversidade e heterogeneidade cultural e linguística, manifestações comportamentais e comunicativas.

No que diz respeito às capacidades adaptativas, estas têm de ser avaliadas comparativamente com os indivíduos do mesmo grupo etário, em contextos sociais idênticos.

A American Psychiatric Association (APA) define deficiência mental (agora com a terminologia Intelectual (DI) como: *“A característica essencial da DI é o funcionamento intelectual global inferior à média que é acompanhado nas limitações, no funcionamento adaptativo em pelo menos duas das seguintes áreas: comunicação, cuidados próprios, vida doméstica, competências sociais/interpessoais, uso de recursos comunitários, autocontrolo e segurança”*. O início deve ocorrer antes dos 18 anos (APA,2002:41).

Comparando as definições da AAMR (2002) e da APA (2002) podemos constatar que ambas as definições falam em funcionamento abaixo da média, limitações nas tarefas adaptativas e início antes dos 18 anos de idade.

As causas e os fatores de risco que podem levar à instalação da deficiência mental são inúmeros por isso, é importante falar da sua etologia

1.2- A etiologia da deficiência mental

O conhecimento da etiologia da deficiência mental, desempenha um papel importante nos trabalhos de educação permitindo fazer a comparação dos casos que aparecem. Apesar desta importância, sabe-se que na maioria dos casos a etiologia da deficiência ainda é desconhecida. Segundo Morato (2002) a especificação da etiologia da deficiência, permite aos técnicos não só um diagnóstico mais preciso mas também uma conscientização sobre as possíveis causas para o aparecimento da perturbação e determinação dos meios e técnicas a aplicar objetivando-se a minimização das dificuldades dos sujeitos. Inúmeras causas e fatores de risco podem levar à Deficiência Mental, mas é muito importante ressaltar que muitas vezes não se chega a estabelecer com clareza a causa desta deficiência. Os fatores etiológicos da deficiência mental podem ser de origem genética, ambiental, multifatorial e de causa desconhecida. Mas, o DSM-IV (1994) apresenta alguns fatores como sendo de risco e causadores desta deficiência, conforme abaixo:

Fatores de risco e causas pré-natais: São fatores que incidirão desde a concepção até ao início do trabalho de parto e podem ser: desnutrição materna, má assistência à gestante, doenças infecciosas na mãe (sífilis, rubéola, toxoplasmose), fatores tóxicos na mãe (alcoolismo, consumo de drogas), efeitos colaterais de medicamentos, poluição ambiental, tabagismo, fatores genéticos (alterações cromossômicas), alterações gênicas, etc.

-Fatores de risco e causas perinatais: São os fatores que incidirão desde o início do trabalho de parto até o 30º dia de vida do bebê e podem resultar de se: má assistência ao parto, traumas de parto, hipoxia ou anoxia (oxigenação cerebral insuficiente), prematuridade e baixo peso, icterícia grave do recém-nascido.

Fatores de risco e causas pós-natais: Aqueles que incidirão desde o 30º dia de vida até ao final da adolescência e podem ser: desnutrição, desidratação grave, carência de estimulação global, infeções (meningoencefalites, sarampo, etc.), intoxicações exógenas (envenenamento por remédios, inseticidas e produtos químicos), acidentes (trânsito, afogamento, choque elétrico, asfixia, quedas, etc.), infestações (neurocisticercose, larva da *Taenia Solium*).

Ao longo das últimas duas décadas têm-se verificado evoluções no campo da genética e da bioquímica, o que contribuiu para que se conseguissem obter resultados fundamentais nos estudos realizados com o objetivo de se compreenderem as causas da deficiência mental. O conhecimento de um diagnóstico em relação à etiologia da deficiência mental é muito importante, na medida em que, se a etiologia for genética, fará com que se possam fazer aconselhamentos genéticos em relação a futuros filhos e um diagnóstico pré-natal noutras gestações.

2- INCLUSÃO-ESCOLA INCLUSIVA

Os tempos atuais são significativamente marcados por uma crescente apologia da escola inclusiva, cujo propósito nuclear se enuncia por uma rigorosa salvaguarda de igualdade de oportunidades educativas e - sempre que possível - em tempos e espaços comuns, para toda e

qualquer criança, independentemente das suas capacidades e limitações. A inclusão, é um processo que consiste em responder às diferentes necessidades de todos os alunos através de uma maior participação na aprendizagem, na cultura e na comunidade, *“através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respetivas comunidades”* (UNESCO,1994:21). Segundo esta orientação inclusiva, as escolas constituem os meios mais eficazes para combater as atitudes discriminatórias e promoverem uma pedagogia diferenciada

Apesar do nosso estudo se centrar numa instituição de educação especial, é pertinente abordarmos este tema “inclusão”, pois estas instituições têm um papel no atual contexto inclusivo como à frente iremos indicar. Com este propósito de promover o objetivo da educação para todos, examinando as mudanças fundamentais de política necessárias para desenvolver a abordagem da educação inclusiva, nomeadamente, capacitando as escolas para atender todas as crianças, sobretudo as que têm necessidades educativas especiais. A Conferência adotou a Declaração de Salamanca sobre os princípios, a política e as práticas na área das necessidades educativas especiais e um enquadramento da ação. Estes documentos estão inspirados pelo princípio da inclusão e pelo reconhecimento da necessidade de atuar com o objetivo de conseguir “escolas para todos” - instituições que incluam todas as pessoas, aceitem as diferenças, apoiem a aprendizagem e respondam às necessidades individuais.

Portugal ratifica a Declaração de Salamanca da UNESCO, e (re)afirma a sua vontade de seguir um percurso com destino à inclusão educativa.

Os princípios da escola inclusiva, da escola para todos, estão consignados em inúmeras resoluções de organismos internacionais em que o nosso País é filiado: Nações Unidas, UNESCO, OCDE; EU. Esses princípios podem ser resumidos sob a forma de três direitos fundamentais: direito à educação, direito à igualdade de oportunidades e direito a participar na sociedade. O direito à educação, consignado na Declaração dos Direitos do Homem (1948), na Declaração dos Direitos da Criança (1959) na declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência (1975) e na Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtiem, Tailândia, 1990) . A própria Constituição Portuguesa (1976), num sentido abrangente consagra nos seus artigos 73º e 74º o direito ao ensino e à igualdade de oportunidades a todos os cidadãos e determina, no ponto 2 do artigo 71, que o estado se obriga a realizar uma política nacional de prevenção, tratamento, reabilitação e integração dos deficientes.

A Lei de Bases do Sistema Educativo -LBSE, nº 46/86, de 14 de Outubro, reconhece o direito de todo o Cidadão a uma Educação igual e de qualidade, não excluindo os indivíduos com deficiência e incapacidades. Mais tarde, por influência da Declaração Mundial sobre a Educação para Todos é elaborado o Decreto-Lei nº 319 / 91 de 23 de Agosto. O Decreto-Lei 319/91, espelha acentuadamente a influência da Public Law e do Warnock Report anteriormente referidos, pois é um documento legislativo fundamental relativamente à educação especial, que vem responsabilizar a escola regular por todos os seus alunos, prevendo que, no interior da mesma, existam respostas educativas que se adequem às nee dos alunos.

De acordo com este diploma, um aluno só pode ser encaminhado para estruturas de Educação Especial depois de matriculado na escola e caso as medidas previstas do regime

educativo especial: equipamentos especiais de compensação; adaptações materiais e curriculares, condições especiais de matrícula, de frequência e de avaliação; adequação na organização de classes ou turmas; apoio pedagógico acrescido e ensino especial - se revelarem “comprovadamente insuficientes, em função do tipo e do grau de deficiência do aluno” no interior da escola. No Preâmbulo daquele diploma pode ler-se que (Decreto-Lei 319/91): A evolução dos conceitos relacionados com a educação especial que se tem processado na generalidade dos países, as profundas transformações verificadas no sistema educativo português decorrentes da publicação da LBSE, as recomendações relativas ao acesso dos alunos deficientes ao sistema regular de ensino emanadas de organismos internacionais a que Portugal está vinculado e, finalmente, a experiência acumulada durante estes anos, levam a considerar os diplomas vigentes ultrapassados e de alcance limitado.

Em 1993, e na consequência da aplicação deste novo Decreto, surge o Despacho 232/ME/93, prevendo a exigência de condições de qualidade às Instituições de Educação Especial para poderem exercer a sua função em casos muito específicos, oferecendo condições e meios excepcionais que, por não se encontrarem nas escolas regulares, seriam considerados indispensáveis para um determinado tipo e número restrito de alunos. Correia M. (2005) diz-nos que este decreto conteve princípios e conceitos resultantes da evolução das experiências de integração. Segundo o mesmo autor, nele foram definidas um conjunto de medidas a serem aplicadas aos alunos com Necessidades Educativas Especiais sendo que as medidas devem ser sempre implementadas de forma hierárquica, da menos para a mais restritiva. Estas medidas, impelem para a necessidade de uma mudança de atitude dos professores, pais e de toda a sociedade. A Educação Inclusiva, recebeu um impulso decisivo com a Declaração de Salamanca (1994) que dá uma definição de escolas inclusivas, afirmando que estas escolas “...devem acomodar todas as crianças independentemente das suas condições físicas, intelectuais, emocionais, linguísticas ou outras. Isto deveria incluir comprometidas e crianças talentosas ou deficientes, meninas, crianças, trabalhadoras e de rua, crianças de áreas remotas, viajantes ou população nómada, crianças que perderam seus pais com sida ou em guerra civil, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem e marginalizadas” (UNESCO 1994:41).

Estes princípios de Salamanca, foram consagrados no nosso País passados três anos, através do Despacho 105/97, o qual, visa a promoção e consolidação da Escola Inclusiva, veio afirmar a organização dos apoios educativos para as crianças com Necessidades Educativas Especiais, sendo de destacar, entre outros, o conferir clara prioridade de pessoal docente e de outros técnicos nas escolas, (terapeutas, psicólogos, técnicos de serviço social...) consubstanciando as condições para a integração e sucesso de todos os alunos, reconhecendo a importância primordial da atuação dos professores com formação especializada.

O Despacho Conjunto nº 105/97 de 1 de julho, vem dar um enquadramento normativo aos apoios educativos, procurando que estes se materializem: (...) Num conjunto de medidas que constituam uma resposta articulada e integrada aos problemas e necessidades sentidas nas e pelas escolas, de acordo com um conjunto de princípios orientadores, nomeadamente: Centrar nas escolas as intervenções diversificadas necessárias para o sucesso educativo de todas as

crianças e jovens; Assegurar, de modo articulado e flexível, os apoios indispensáveis ao desenvolvimento.

Em 1999, publica-se o Despacho Conjunto n.º 891/99 de 10 de outubro, que nasce a partir do reconhecimento da necessidade de definir conceptualmente a natureza e objetivos da intervenção precoce (IP) e delinear um modelo organizativo integrado e de partilha de responsabilidades intersectoriais, nomeadamente dos Ministérios da Educação, da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade. Fortemente inspirado na legislação americana, nomeadamente na “Public Law 99-457:1986 Amendment to the Education of the Handicapped Act”, novamente reeditada e melhorada em 1991 numa peça legislativa designada como IDEA - “The Individuals with Disabilities Education Act (IDEA)” o referido despacho define aspetos fundamentais para a conceptualização e operacionalização dum modelo ecológico sistémico de Intervenção Precoce, no qual o trabalho em equipa, a parceria com as famílias, bem como considerar e visar a identificação e ativação dos recursos locais, humanos ou materiais, numa perspectiva de “*criação de novas dinâmicas de trabalho em equipa*” e de “*racionalização de recursos já existentes*” a elaboração dum documento escrito de suporte, constituem aspetos determinantes para a implementação do modelo.

No ano de 2001, entra em vigor o Decreto-Lei 6/2001, que diz respeito à reorganização curricular no ensino básico em Portugal. No âmbito da Educação Especial, o documento prevê a regulamentação das medidas especiais de educação, dirigidas a alunos com NEE de carácter permanente (Artigo 10º), definindo que se consideram “alunos com NEE de carácter permanente os alunos que apresentem incapacidade ou incapacidades que se reflitam numa ou mais áreas de realização de aprendizagens, resultantes de deficiências de ordem sensorial, motora ou mental, de perturbações da fala e da linguagem, de perturbações graves da personalidade ou do comportamento ou graves problemas de saúde.”

Como refere Correia (2003:21) “(...) o conceito de inclusão, ou seja, a inserção do aluno com NEE, em termos físicos, sociais e académicos nas escolas regulares, ultrapassa em muito o conceito de integração, uma vez que não pretende posicionar o aluno com NEE “numa curva normal”, mas sim assumir que a heterogeneidade que existe entre alunos é um fator positivo, permitindo o desenvolvimento de comunidades escolares mais ricas e profícuas.”

Como base do modelo inclusivo que preconiza, Correia elege assim três parâmetros fundamentais a ter em conta, para que o aluno com NEE possa, sempre que possível, responder às solicitações do currículo comum do ano que frequenta (Correia, 2003:23)

1-O problema pode ser visto como emergente de fatores sociais (pobreza, expectativas, família/escola, diferenças culturais, ...).

2- O problema pode ser visto como emergente dos ambientes de aprendizagem do aluno (ensino inadequado, recursos materiais insuficientes, recursos humanos inexistentes).

3- O problema pode ser visto ao nível do aluno, exigindo uma condução educacional individualizada no sentido de se “identificar” e “avaliar” as suas necessidades educativas “especiais” (observações e avaliações individualizadas, ...).

Correia (2003) revela-se, deste modo, como um discurso integrado, sobrepondo as vertentes normativa, psicopedagógica e social, com o objetivo de dar resposta à diversidade .

Este é um modelo que defende o atendimento do aluno com NEE na classe regular, mas admite, quando o sucesso escolar (académico e social) não puder ser assegurado na mesma, a possibilidade de um curriculum educacional, definindo-se a modalidade de atendimento dos alunos com base no seu Programa Educativo Especializado.

A educação inclusiva, é um princípio fundamental, em que o alvo a transformar é o sistema regular de ensino de forma a otimizar a sua capacidade para responder a todos os alunos.

O acesso generalizado à educação, implica uma enorme heterogeneidade e diversidade que deverá caracterizar a comunidade educativa, de modo a promover a todos os alunos processos educativos de qualidade.

Por outro lado, o conceito de inclusão, começa por considerar a modalidade de atendimento, como o seu primeiro parâmetro, dando relevância à permanência do aluno na classe regular, sendo todos os serviços educacionais prestados dentro da sala de aula, salvaguardando no entanto raras exceções. Dá também relevância a uma educação apropriada que deve ter em conta não só as características e necessidades do aluno mas também as características dos ambientes onde eles interagem.

Autores como Correia (2005) entendem que apesar da legislação se ocupar em termos estruturais de uma prestação de serviços eficazes para a criança e jovem com Necessidades Educativas Especiais (NEE), há ainda um conjunto de circunstâncias como a formação dos professores do ensino regular na área da educação especial, a especialização de professores, a falta de recursos materiais e a falta de apoios técnicos que impedem que muitos casos sejam atendidos tendo em conta a legislação.

Atualmente o Decreto-Lei 3/2008, de 7 de Janeiro, aparece também como promotor da igualdade de oportunidades e melhoria da qualidade de ensino. Aplica-se aos ensinos público, particular, cooperativo e solidário e define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular, cooperativo e solidário. Este momento jurídico dá resposta às necessidades educativas dos alunos, os quais exigem apoios especializados. Esses apoios serão postos à disposição de crianças e jovens que apresentem limitações significativas ao nível da atividade e participação, num ou vários domínios, decorrentes de alterações de carácter permanente ao nível da comunicação, aprendizagem, mobilidade, autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social. O referido diploma estabelece as seguintes medidas educativas: Apoio pedagógico personalizado; adequações curriculares individuais; adequações no processo de matrícula; Adequações no processo de avaliação; currículo específico individual; tecnologias de apoio.

Por outro lado, os objetivos da educação especial eram : A inclusão educativa e social; o acesso e o sucesso educativo; a autonomia; a estabilidade emocional; a promoção de igualdade de oportunidades; a preparação para o prosseguimento de estudos ou para a vida profissional/transição da escola para o emprego.

Os apoios especializados podem implicar a adaptação de estratégias, recursos, conteúdos, processos, procedimentos e instrumentos, bem como a utilização de tecnologias de apoio.

A elegibilidade das necessidades educativas especiais que as crianças ou jovens possam apresentar, tem agora por referência o Sistema de Classificação Internacional da Funcionalidade (CIF), Incapacidade e Saúde da Organização Mundial de Saúde (OMS) que corresponde a um paradigma em que as questões de funcionalidade dos indivíduos são vistas à luz de um modelo que abrange diferentes dimensões, resultando a funcionalidade de uma contínua interação entre as pessoas e o ambiente que a rodeia. Para cada domínio de necessidades educativas especiais e, em primeiro lugar definida a problemática ao nível das funções do corpo e da atividade de participação, tendo por referência a CIF, sendo posteriormente adotadas as medidas especiais de educação, que poderão dar resposta às necessidades educativas especiais das crianças/jovens (Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, 2005).

Este novo diploma de 2008 prevê a criação de uma rede de escolas de referência para o ensino bilingue de alunos surdos, assim como uma rede de escolas de referência para o ensino de alunos cegos e com baixa visão. Os agrupamentos das escolas passam a poder organizar respostas específicas diferenciadas através da criação de unidades de ensino estruturado para a educação de alunos do espectro de autismo e de unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência, surdos e cegueira congénita. Podiam ainda os agrupamentos desenvolver parcerias com instituições particulares de solidariedade social, bem como centro de recursos especializados, visando a execução de atividades de enriquecimento curricular, o desenvolvimento de ações à família, a transição da escola para o emprego, a integração em centros de atividades ocupacionais.

Como vimos neste ponto, a escola inclusiva reclama a definição clara de nova matriz cultural e uma nova cultura organizacional. A educação especial, pode desempenhar um papel essencial como suporte desta renovação, desenvolvendo cada vez mais as suas funções em ambientes educativos regulares, e encontrando estratégias que permitiam a participação de todas as crianças, mesmo com nee profundas, na classe regular. Sem nunca hipotecar os princípios e valores da educação inclusiva, surgem-nos algumas inquietações com a possibilidade efetiva de uma inclusão total. Será que as escolas do ensino regulares estão preparadas para se adaptar às características das nee profundas, na classe regular? Não será indispensável uma estreita colaboração entre Educação Especial e Regular para concretizar respostas eficazes e apropriadas para cada criança com nee ? Acreditamos que sim.

3. O CAMINHO PARA INCLUSÃO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL EM PORTUGAL

Como vimos, em Portugal existem dois tipos de serviços disponíveis para o apoio a crianças e jovens com NEE - a rede de serviços oficiais do Ministério da Educação, que apoia a inclusão de alunos com NEE no sistema regular de ensino, e a rede de educação especial - Perspetiva histórica e conceptual estabelecimentos de educação especial, de iniciativa solidária e privada (SNRIPD, 2006:61).

No entanto, constata-se que tem sido feito um caminho de procurar criar uma resposta conjunta e integrada para potenciar o processo de inclusão.

Para intensificação da integração, contribuiu decisivamente a Public Law 94/142, publicada em 1975, que propõe o ensino de crianças com necessidades especiais em conjunto com os seus pares, de modo universal e gratuito. Os seus componentes principais desta Lei, vieram a influenciar decisivamente a legislação Portuguesa, nomeadamente a Lei de Bases do Sistema Educativo em 1986 e o Decreto-lei 319/91, em 1991. Um segundo documento que vai influenciar decisivamente a Educação Especial em Portugal é o Warnock Report (1978), que salienta a necessidade de as escolas especiais assumirem novos papéis e estabelecerem laços fortes entre as escolas de ensino regular (Wiltshire, 2003:235). Nas *“novas conceções sobre NEE”* neste documento, afirma-se que nos países, como é o caso de Portugal, com sistemas bem estabelecidos de escolas especiais para alunos com NEE específicas, estas podem *“representar um recurso valioso para o desenvolvimento das escolas inclusivas”* (UNESCO,1994:12).

As razões apontadas são as seguintes:

- Os conhecimentos dos profissionais na avaliação precoce e identificação de crianças com deficiência;
- Poderem servir, cada vez mais, como centros de recursos para as escolas regulares;
- Oferecer apoio direto aos alunos com nee;
- Adequarem os conteúdos curriculares e dos métodos de ensino às necessidades individuais dos alunos;
- Facilitando o acesso a equipamentos específicos e a materiais;
- Assumindo-se como centros de formação, nomeadamente em estratégias educativas que não sejam utilizadas nas escolas regulares;
- Continuarem a prestar educação mais adequada a um número reduzido de crianças, que não podem ser atendidas de forma eficaz nas escolas regulares.

A Portaria 1102/97, de 3 de Novembro, retoma o olhar sobre as Instituições de Educação Especial, visando *“garantir condições de educação para alunos que frequentam as associações e cooperativas de ensino especial, estimulando o reforço da ação destas instituições como recursos educativos ao dispor das escolas de ensino regular, em parceria com os apoios educativos aí existentes para alunos com NEE”*. Nesta Portaria prevê-se que as instituições de Educação Especial ampliem o seu papel com clara influência do estipulado na Declaração de Salamanca, que prevê a sua transformação em centros de recursos (1994:13).

No ano de 97 surge a Portaria 1103/97, de 3 de Novembro, tendo como objetivo *“garantir as condições de Educação Especial, em instituições particulares, para os alunos que dela necessitem e estimular a emergência, naqueles estabelecimentos, de projetos referenciais de qualidade em que se potenciem estratégias e recursos adequados.”*

Em 1999, publica-se o Despacho Conjunto n.º 891/99 de 10 de Outubro, que nasce a partir do reconhecimento da necessidade de definir conceptualmente a natureza e objetivos da intervenção precoce (IP) e delinear um modelo organizativo integrado e de partilha de responsabilidades intersectoriais, nomeadamente dos Ministérios da Educação, da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade. (A Organização do nosso estudo, foi a promotora da intervenção

Precoce na região de Castelo Branco “em 1999 deu o primeiro passo indo ao Centro de Área Educativa (CAE) falando na altura com a Dr^a Teresa Guardado Moreira expondo-lhe a necessidade de articulação com vários serviços” excerto da entrevista realizada à presidente da direção para a histografia da instituição.

No início de 2008, surge um documento legislativo, o Decreto-lei 3/2008, de 7 de Janeiro, que enuncia novas medidas e orientações para a Educação Especial, centralizando num único diploma um conjunto de diplomas distintos, que foram sendo publicados nos anos 90 e no início do novo milénio, e onde se revoga o Decreto-Lei 319 de 1991, diploma, até então, central neste domínio.

Dos documentos analisados podemos resumir que cabe às escolas de educação especial o papel de: Assegurar a formação permanente e o desenvolvimento profissional dos professores e de outros profissionais, nomeadamente em estratégias educativas que não sejam utilizadas nas escolas regulares Oportunidades formais e informais para trocas recíprocas de pessoal entre escolas (destacamento, permutas de trabalho; Promover a inovação, pesquisa, desenvolvimento e divulgação; Apoiar os pais e constituir-se como recurso para os mesmos; Apoiar a transição da escola para o mercado de trabalho Continuar a prestar educação mais adequada a um número reduzido de crianças, que não podem ser atendidas de forma eficaz nas escolas regulares (em Unidades Especializadas nas Escolas Regulares; na própria Instituição de educação especial), com carácter temporário ou em part-time; Oportunidades para alunos de escolas de ensino regular beneficiarem dos recursos, conhecimentos especializados e instalações da escola especial. Atividades de Intervenção Precoce dirigidas a crianças com deficiência ou em situação de alto risco.

4-INCLUSÃO SOCIAL/FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO

No dizer de Capucha (2009) a inclusão social é estar incluído, ser membro de pleno direito de uma sociedade globalmente desenvolvida, para tal, deve possuir-se o rendimento suficientemente para manter padrões de vida considerados dignos; viver em segurança contra riscos, ter acesso normal aos serviços e a cuidados de saúde adequados; ter apoio e disponibilidade de equipamentos e serviços de qualidade para a conciliação do trabalho/família; pertencer a uma comunidade residencial sem má fama, habitar em condições de conforto mínimas, ter transportes adequados e acessíveis; Possuir auto estima e capacidade para desenvolver laços de pertença; Ser respeitado e reconhecido socialmente e beneficiar quotidianamente de relações afetivas e estabilidade emocional; Possuir o mínimo de aptidões para correr riscos controlados, inovar e tomar iniciativas, sabendo calcular os meios necessários para atingir fins legítimos; Ter capacidade para assumir os direitos e cumprir os deveres e envolver-se, por vontade própria, em atividades cívicas, políticas, associativas, culturais e recreativas ou de lazer; Saber como procurar e processar a informação relevante do ponto de vista dos interesses e necessidades próprias.

Por outro lado Sasaki (1997) considera a inclusão social como um processo pelo qual a sociedade e a pessoa com deficiência procuram adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente, uma sociedade para todos. Inclusão (na escola, no trabalho, no lazer, nos serviços de saúde, etc) significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspetos de sua vida.

A nível da Inclusão social, assume-se atualmente como obrigatória a preparação dos jovens para uma vida de qualidade aceitando-se que a inclusão social se fará não apenas pelas competências académicas mas também pelas competências pessoais, sociais, profissionais e pela maneira de estar na comunidade áreas que apresentam algumas necessidades específicas neste contexto

Historiograficamente, em termos de marcos jurídico-legislativos relacionados com a formação, a qualificação e o emprego dos jovens com deficiência, destacamos: o Decreto-Lei n.º 40/83, de 25 de Janeiro (criação do emprego protegido); o Decreto-Lei n.º 299/86, de 19 de Setembro (estabelece incentivos às entidades patronais mediante o desagravamento contributivos, para facilitar a integração da pessoa com deficiência no mercado de trabalho); a Lei n.º 38/2004, de 18 de Agosto (“Lei de Bases da Prevenção, Habilitação,

Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência”); o Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro -determina que a escolha de profissão e o acesso à função pública são direitos constitucionalmente garantidos a todos os cidadãos, em condições de igualdade e liberdade ; a Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2001, de 6 de Agosto que aprova o Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI) , sendo sua preocupação o investimento em ações de formação e integração no mercado de trabalho para as pessoas com deficiência por constituírem um dos grupos mais vulneráveis à exclusão Social em Portugal. Este plano assume como princípios orientadores a igualdade de oportunidades

O acesso ao emprego é identificado pelo PAIPDI (Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidades) como um dos vetores principais do eixo de intervenção “Educação, qualificação e promoção da Inclusão Laboral” (Conselho de Ministros, 2008) servindo como eixo importante no processo de prevenção, habilitação reabilitação e integração das pessoas com deficiência e incapacidades de forma conducente à autonomia económica e integração Social.

Este plano, apresenta um conjunto de medidas de incentivo e empreendedorismo e inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho tendo em conta a sua participação ativa na Sociedade.

A estrutura QREN prevê para o POPH a vertente de intervenção relativa à Cidadania, Inclusão e desenvolvimento Social que inclui várias medidas, o desenvolvimento de programas profissionalizantes e a acessibilidade e informação das pessoas com deficiência permitindo a sua inclusão laboral na Sociedade.

A inclusão no mercado de trabalho é vista com eixo prioritário *“promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade do género, bem como a reabilitação e reinserção*

social, a conciliação entre vida social e profissional e a valorização da saúde como fator de produtividade” (POPH, 2007).

A Lei nº 7 /2009 estabelece um novo código de trabalho que prevê um conjunto de medidas de adaptação de condições laborais para trabalhadores com deficiência facilitando a sua inclusão social.

O emprego é um direito reconhecido na Constituição da República Portuguesa, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, e em inúmeros outros dispositivos legais internacionais. Está intimamente relacionado com a autoestima, o reconhecimento social e dignidade da pessoa humana.

CAPITULO II: A INSTITUIÇÃO ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL (APPACDM) - CASTELO BRANCO

1-ENQUADRAMENTO HISTÓRICO SOBRE A FORMAÇÃO DA APPACDM

Em 2 de Fevereiro de 1962, na cidade de Lisboa, criou-se a primeira Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (A.P.P.A.C.D.M.). Sheila Stilwell, mãe de uma criança com Síndrome de Down, juntamente com a Dr.^a Alice de Mello Tavares (médica pedopsiquiatra) e com a ajuda de outros pais e amigos reuniram esforços para a criação daquela que foi a primeira entidade que no tempo se designava Associação Portuguesa de Pais e Amigos de Crianças Mongoloides (A.P.P.A.C.M.), cujos primeiros estatutos foram aprovados por Despacho Ministerial a 08 de Novembro de 1962.

Em 1964, esta Instituição, afim de poder ser membro da Liga Internacional das Associações de Ajuda aos Diminuídos Mentais, de que ainda hoje é associada, atual INCLUSION-ILMH passou a designar-se, Associação Portuguesa de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais, aparecendo então o símbolo/sigla APPACDM.

Em 1965, a 2 de Fevereiro, abre o primeiro Centro de Educação, situado no largo da Ajuda, em Lisboa, ficando aquela data Dia de Nossa Senhora das Candeias, a ser o dia oficial da APPACDM. Esta associação, foi uma das subscritoras da Declaração dos Direitos Gerais e Particulares dos Deficientes Mentais aprovada pela Liga Internacional em 24 de Outubro de 1968 em Jerusalém e aprovada pela Organização das Nações Unidas em 18 de Março de 1971.

Presidente do Núcleo da Cruz Vermelha Portuguesa de Castelo Branco; Vogal: Dr. Elvídio Cardoso - Médico Psiquiatra (a exercer Funções na Covilhã e Castelo Branco, já falecido);Vogal: Dr.^a Maria Benedita Grilo - Assistente Social.

A 16 de Novembro de 1973, pelas 17 horas a APPACDM de Castelo Branco inaugurou as suas instalações. O jornal Reconquista a 24-11-73 pag 4 escrevia*A inauguração do Centro foi assinalada com a presença de várias autoridades e muitas senhoras. A senhora Dr.^a Alice Melo terminou o seu discurso com um lema que deve nortear a casa Crianças limitadas, Amor ilimitado.*” No contexto atual este pensamento ainda está presente em todos os que trabalham nesta Instituição. É na base dos afetos que se constrói as aprendizagens.

Os primeiros Técnicos desta entidade, foram: Maria da Graça Frade -Professora Especializada; Ricardina da Conceição de Cruz Brito - Auxiliar de Educadora de Infância e Maria de Jesus Pires - Auxiliar de Limpeza. Foi preocupação da direção desta instituição, ter profissionais qualificados para a aprendizagem destas Crianças.

Os Primeiros alunos originários do concelho de Castelo Branco, que frequentaram a APPACDM desta cidade, foram:

- José Manuel Bemposta Sanches entrou para a Instituição com 10 anos de idade, hoje com 49 anos, frequenta o centro de atividades ocupacionais da APPACDM.
- Carlos Alberto Nunes Dias (hoje com 47 anos, deixou a instituição em 1987)
- Leonel Inácio de Deus (falecido)
- Maria Cândida de Jesus Levita - entrou para a instituição com 11 anos de idade, hoje, com 50 anos, frequenta o Centro de atividades ocupacionais e concluiu em junho 2012 o 9º ano através de processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), parceria da Instituição com a Associação Empresarial da Região de Castelo Branco (NERCAB).
- Maria do Rosário Anselmo Rosa-entrou para a instituição com 7 anos de idade, hoje, com 45anos, frequenta o Centro de atividades ocupacionais e concluiu em junho 2012 o 9º ano através de processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) parceria da Instituição com a Associação Empresarial da Região de Castelo Branco (NERCAB).
- Paulo Miguel dos Santos Crespo (Falecido),
- Teresa Maria Afonso Mendes (Falecida)

Por conseguinte desses alunos originários perduram apenas 3 na Instituição.

De início a APPACDM delegação de Castelo Branco viveu de donativos, peditórios e alguns eventos. Na entrevista feita para o estudo da histografia da APPACDM a Drª Maria de Lurdes (D) salienta, ” *O núcleo local da Cruz Vermelha promoveu um baile de carnaval no Hotel Turismo último baile a ser realizado neste edifício, cuja receita 8.453\$80 reverteu para a APPACDM*”

Num período de cinco anos (1973/1978) a A.P.P.A.C.D.M. de Castelo Branco assistiu a um aumento da sua população. Do “Castelinho” transferiu-se para um edifício situado na Rua Ruivo Godinho n.º 6 (Junto à Sé).

Com o aumento da população de sete para trinta e um, foram também aumentando os recursos humanos. O Dr. Dias de Carvalho numa entrevista ao jornal Reconquista (Novembro de 1979:4) na altura do 6º aniversário da instituição salientava:” *...sim temos professores para ministrar escolaridade, educação sensorial, trabalhos manuais e oficinais, educação física, musical e visual*”.

Ainda em 1978, com o apoio da Fundação Gulbenkian e Governo Civil, foi comprada uma carrinha para transporte das crianças da cidade e arredores. Antes, as crianças eram transportadas pela carrinha da polícia que muito colaborou com esta Instituição. O sonho da direção foi sempre construir de raiz um edifício adequado aos seus utentes. A Vice-presidente na altura (Maria de Lurdes Pombo) de uma visita que fez a Geneve trouxe a ideia de um projeto que transmitiu ao arquiteto albicastrense Marçal Grilo daquilo que viria a ser o Centro de Educação Especial. O sonho começou a tornar-se realidade em 1981 com o lançamento da 1ª pedra e a 22 de Junho de 1987 é inaugurado edifício Sede na Rua Frente ao Hospital Amato Lusitano.

Este edifício, tem a particularidade de ter, num plano mais baixo três residências que servem de apoio a 18 crianças que permanecem na instituição de segunda a Sexta-feira por residirem a mais de 30 Km.

No ano 1990, abre uma sub delegação no Fundão para vinte e cinco alunos da valência sócio educativo (hoje este polo é autónomo).

Em 1991 a APPACDM recebe uma quinta “a Quinta da Carapalha” com 27 hectares e meio que já tinha sido Albergue Distrital. Com a extinção destes pelo Decreto-lei nº 365/76 a quinta passou para o Centro de Saúde Mental e mais tarde, em 1991 foi cedida à APPACDM a qual recuperou o edifício e o transformou em lar residencial para pessoas adultas com deficiência mental. Esta cedência não pacífica, pois tiveram, que receber alguns doentes mentais deste centro que não tinham família.

Naquele ano, devido à existência de muitos casos de crianças com deficiência mental nos concelhos de Sertã e Proença a APPACDM de Castelo Branco abre uma sub delegação na Sertã iniciando com 12 crianças. Hoje dá resposta a 60 pessoas com deficiência distribuídas pelas valências de escola de educação especial com 8 alunos, 34 em atividades ocupacionais e 18 em lar residencial. Este Pólo, continua dependente da sede Castelo Branco.

Em 1993 na Quinta da Carapalha procedeu - se ao enraizamento de amoreiras na estufa de multiplicação de plantas do parceiro Direção Regional da Beira Interior (DRABI) e deu-se início à construção /adaptação de Instalações já existentes para o projeto inovador a criação do Bicho-da-seda (maternidade e produção).

No ano 1994 foi instalado o pomar de amoreiras e em 1995 foi feita a primeira criação do bicho-da-seda.

Em 1996 Iniciou-se a exploração da quinta em modo de produção biológica e assinou-se em 27/05/1996 o primeiro contrato com a Associação Portuguesa de Agricultura Biológica (AgroBio).

Em 2002, deu-se a transição da tutela dos equipamentos Sócio - Educativo do Ministério da Segurança Social para o Ministério da Educação.

Em Março de 2003 abre um Pólo em Vila de Rei com a valência de Centro de atividades ocupacionais para 13 clientes (hoje já autónoma).

2.1- Estrutura organizativa da APPACDM

A Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) de Castelo Branco, é uma instituição particular de solidariedade social sem fins lucrativos, (IPSS) destinada à promoção de meios educativos, sócio cultural, profissional e reabilitação/habilitação de crianças / jovens / adultos com Deficiência Mental.

A APPACDM de Castelo Branco, prima pela prestação de serviços de qualidade desencadeando - se a partir de uma adequada filosofia de ação estratégica pautada pelos princípios da economia, da eficiência, da eficácia e da ética

A sua ação estratégica é centrada na promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiência, a fim de garantir o exercício efetivo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, favorecendo a sua autonomia, a igualdade de oportunidades e a participação ativa no desempenho de diversos papéis sociais, ou seja, o gozo de plena cidadania. Assim, segundo os Estatutos, (1981) constitui objetivo da APPACDM a prossecução dos seguintes pontos:

I - Promover a integração do Cidadão com Deficiência Mental, no respeito pelos princípios de Normalização, Personalização, Individualização e Bem-estar.

II - Promover o equilíbrio das famílias dos Cidadãos com Deficiência Mental, e sensibilizar os Pais e as Famílias, motivando-os para a defesa dos direitos dos seus familiares deficientes e preparando-os para as responsabilidades que lhes cabem, numa perspetiva de condução de educação permanente na escola e na família

III - Sensibilizar e corresponsabilizar a Sociedade e o Estado, nas formas possíveis para o papel que lhes cabe na resolução dos problemas dos Cidadãos com Deficiência Mental e suas respetivas Famílias.

IV - Defender e promover os reais interesses e satisfação das necessidades dos Deficientes Mentais nas Instituições, no Trabalho, no Lar e na Sociedade, tendo como princípios básicos; Partilhar lugares comuns; Fazer escolhas; Desenvolver capacidades; Ser tratado com respeito e ter um papel socialmente valorizado; Crescer nas relações.

V - Manter e melhorar as estruturas de resposta existentes em obediência aos princípios de humanização e normalização sem descurar a qualidade dos serviços que presta às pessoas com Deficiência Mental e, ainda fomentar a criação de novas estruturas, delegações ou estabelecimentos de forma a gradualmente satisfazer as necessidades existentes na área da sua atuação, promovendo e desenvolvendo meios não restritivos para o Cidadão com Deficiência Mental.

VI - Promover e defender, até onde a sua competência e capacidade de intervenção lho permitir, a criação de legislação e a adequação da existente - nacional ou comunitária - no sentido de serem sempre reconhecidos e respeitados os direitos e os deveres do Cidadão com Deficiência Mental.

VII - Manter e desenvolver laços de estreita colaboração com todas as entidades nacionais e estrangeiras, podendo filiar-se em organismos Nacionais ou Internacionais desde que daí resultem benefícios para os seus objetivos.

VIII - Defender e promover, junto dos organismos ou Federações Nacionais ou Internacionais, de que seja filiada e no uso dos direitos que aí lhe sejam conferidos, a política, as atitudes e os meios mais aconselháveis e adequados para a proteção dos reais interesses dos cidadãos com deficiência mental .

Neste sentido, esta Associação procura promover a inclusão do cidadão com deficiência mental. Também entendemos que está no seu pensamento e ação, promover o equilíbrio das suas famílias pois estas, têm um papel fundamental na formação das crianças. Como afirma Coutinho (2004) tradicionalmente são especialmente os pais que têm sido os primeiros prestadores de cuidados, os organizadores, os modelos de comportamento, os disciplinadores e os agentes de sociabilização. A APPACDM de Castelo Branco, rege a sua intervenção de acordo com a sua Missão, Visão e Valores, tendo como missão prestar um serviço de qualidade na área da deficiência mental, atendendo às necessidades e expectativas dos clientes, promovendo a sua inclusão social. A visão é - ser uma Instituição de excelência na área da deficiência mental e de referência a nível Nacional A sua intervenção é baseada nos seguintes valores: Ética, Integridade, Humanismo, Dedicção, Responsabilidade, Profissionalismo, Flexibilidade, Igualdade, Partilha e Inovação.

A APPACDM de Castelo Branco perspetiva ainda o seu desenvolvimento e baseia a sua intervenção em princípios orientadores de ação fundados em valores universais e nas políticas Europeias e Nacionais de Reabilitação e Inclusão e de acordo com os princípios de qualidade do European Quality in Social Services (EQUASS).

Mais recentemente com a criação do manual de qualidade (2010) integrou-se mais os seguintes aspetos

-Direitos - A APPACDM de Castelo Branco compromete-se com a defesa dos direitos dos seus clientes e colaboradores em termos de igualdade de tratamento, de oportunidades, de participação de liberdade de escolha e de auto determinação.

-Ética - A APPACDM de Castelo Branco funciona com base num código de Ética para a vida, no respeito pela dignidade do cliente da família/significativos.

-Equidade - promove a equidade. O princípio de igualdade de direitos pressupõe que as necessidades de cada pessoa têm igual importância. Estas necessidades devem constituir a base da planificação das sociedades e das organizações. Assim, todos os recursos devem ser disponibilizados de forma a garantir que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades, em igualdade de circunstância.

- Abordagem holística -, pratica uma abordagem centrando a sua intervenção na manutenção e melhoria dos níveis de funcionalidade, atividade e participação dos clientes, de acordo com as suas necessidades e expectativas.

- Participação social e cidadania - promove a participação e inclusão dos seus clientes a todos os níveis da organização bem como da comunidade. Através do envolvimento dos clientes como membros ativos das suas equipas de trabalho, promovendo a sua capacitação (Emporwerment). Em parceria com outras entidades, envolve-se na defesa dos direitos dos clientes (advocacy), na eliminação de barreiras, sensibilização da comunidade e promoção ativa da igualdade de oportunidades.

- Parcerias -com o objetivo de assegurar uma melhoria contínua na prestação de serviços, alcançando resultados cada vez mais eficazes e uma sociedade mais aberta e inclusiva, é prática corrente desta APPACDM, o estabelecimento de Parcerias com diversas Entidades quer Públicas quer privadas.

- Inovação e melhoria contínua - fomenta a introdução de novas práticas com vista a responder às necessidades dos seus clientes e melhorar as respostas dos serviços. Só gerindo a inovação e monitorizando todas as dinâmicas dos serviços bem como os respetivos resultados, é que concretiza a melhoria contínua.

2.2-Distribuição dos espaços físicos

Segundo Vygotsky: *“o ser humano cresce num ambiente social e a interação com outras pessoas é essencial ao seu desenvolvimento”* Portanto um ambiente estimulante é aquele em que a pessoa se sente segura e ao mesmo tempo desafiada, onde ela sinta o prazer de pertencer a aquele ambiente e se identifique com o mesmo e principalmente um ambiente em que ela possa estabelecer relações entre os pares. Esta foi sempre a visão da Direção da Instituição

estudada tendo paralelamente em atenção as normas de acessibilidades, higiene e segurança dos seus equipamentos. A APPACDM para satisfazer as necessidades dos seus utentes/clientes, organiza os seus espaços físicos do seguinte modo:

Na sede em Frente ao Hospital funcionam as valências de: escola, centro de atividades ocupacionais, residências de apoio e centro de recursos - reabilitação. Este edifício, não apresenta quaisquer barreiras arquitetónicas aos seus clientes, possuindo amplos espaços de recreio e lazer, dois ginásios, cozinha, refeitório, auditório, biblioteca, salas de aulas e oficinais, sala de professores, bar, serviços administrativos etc. Foi recentemente ampliado o edifício (2011-2012) construindo um centro de recursos reabilitação, incluindo: gabinetes de psicologia educacional e clínica, terapia da fala, terapia ocupacional, nutrição, fisioterapia, ginásio de reabilitação, sala snoozolen, sala de integração sensorial, tanque de hidroterapia, sala de atividades da vida diária e gabinete médico. Existem ainda neste edifício três confortáveis residências de apoio para internos, de segunda a sexta-feira, que por serem de longe ou de risco social, ali residem por grupos de seis crianças/jovens em cada casa.

Por outro lado a Quinta da Carpalha hoje situada junto da estação ferroviária e Segurança Social, cercado por novos prédios de habitação, é propriedade do Estado e tem vindo a ser cedido por períodos de 20 anos, cedência que teve por contrapartida a permanência de alguns dos doentes mentais que aí se encontravam. Hoje, completamente remodelado, o edifício tem capacidade para 70 pessoas.

Para além dessa infraestrutura pré-existente, há também um novo edifício (lar 2) sem barreiras arquitetónicas, moderno, espaçoso e muito agradável com capacidade para 16 pessoas. Ainda nesta quinta, hoje de 23,50 hectares, conduzido modo de produção biológica existe um pavilhão onde estão inseridas as valências de Centro de Atividades Ocupacionais 2 , formação profissional e o centro de sericicultura.

Na polo da Sertã existe um edifício moderno com serviços integrados onde funciona a escola de educação especial, o centro de atividades ocupacionais e lar residencial.

2.3-Descrição das Valências (áreas de intervenção)

A APPACDM de Castelo Branco existe para satisfazer necessidades e expectativas dos seus clientes e significativos, bem como das outras partes interessadas, através de processos de trabalho nas várias valências que começam por identificar clara e pormenorizadamente essas necessidades e expectativas e que asseguram a sua satisfação, de forma eficaz e eficiente.

A definição dessas necessidades e expectativas, a monitorização dos resultados alcançados, a determinação do grau de satisfação gerado por esses resultados, configuram-se como direitos e oportunidades fundamentais dos clientes e/ou significativos, garantindo o seu envolvimento e participação.

Através da focalização no cliente, procura compreender as necessidades, atuais e futuras dos clientes, esforçando-nos por exceder as suas expectativas.

Os planos de atividades de cada valência desenham-se através do levantamento e identificação das necessidades dos clientes/significativos, comunidade, avaliação dos

colaboradores, das entidades financiadoras, parceiros, avaliação de desempenho e ainda o diagnóstico de necessidades de formação e avaliação da monitorização, o diagnóstico com os elementos referidos anteriormente é completado com uma análise SWOT, realizada com o intervalo máximo de 2 anos é então elaborado um plano de atividades.



Os planos de atividades das valências, projetam-se em cinco eixos de ação: Alunos (clientes) / Significativos - Colaboradores - Parcerias - Melhoria Contínua - Avaliação e monitorização. O Processo de Planeamento (PDCA) baseia-se numa lógica cíclica Planeamento, Desenvolvimento, Controle, e Avaliação.

O plano é monitorizado continuamente e revisto Semestralmente e/ ou sempre que se considerar necessário, através dos registos efetuados pelos alunos e/ou colaboradores nos instrumentos criados para o efeito.

Toda a área de aprendizagem é desenvolvida tendo em conta as seguintes finalidades e objetivos descritas no quadro em baixo

FINALIDADES	OBJETIVOS
Inclusão	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver formas de participação da criança/ jovem /adulto com deficiência no maior número possível de ambientes sociais. - Potencializar todos os recursos quer humanos quer materiais que a comunidade pode oferecer. - Criar condições para uma melhor interação do jovem com
Individualização	<ul style="list-style-type: none"> -Interagir, em cada momento, às necessidades biopsicossociais específicas de cada criança/jovem/adulto. - Proporcionar uma igualdade de oportunidades. - Criar diferentes estratégias educativas. - Elaboração de Programas de Intervenção Individuais.
Normalização	<ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar à criança/jovem/adulto com deficiência, condições de vida o mais próximo possível das que usufruem as crianças, os jovens/adulto da mesma idade e no mesmo meio social e cultural.
Sequência dos objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - Respeitar a sequência natural das aprendizagens, a sua funcionalidade e o seu grau de dificuldade.
Funcionalidade	<ul style="list-style-type: none"> - Potencializar todas as aprendizagens que contribuem para o desenvolvimento global da pessoa e lhe permitem ter uma vida o mais agradável e adequada possível. - Fomentar a participação da família na concretização dessas aprendizagens e no treino das competências adquiridas nos

Escola de Valores

- Desenvolver a formação do carácter e das atitudes para a cidadania, contribuindo para uma inclusão na sociedade.

Quadro 2 - Finalidades e Objetivos

O seguinte quadro, (3) mostra-nos as áreas de Intervenção e respetivo grupo etário na APPACDM Castelo Branco objeto do nosso estudo.

Área de Intervenção	Grupo Etário			
	0 - 3	6 - 15	16 - 18	+ 18
Intervenção Precoce	✓			
Escola educação especial		✓	✓	
Centro de recursos Inclusão		✓	✓	
Formação Profissional			✓	✓
Centro recursos Local			✓	✓
Atividades Ocupacionais			✓	✓
Alojamento / Residência		✓	✓	✓

Quadro nº3 áreas de intervenção

Objetivo da instituição, é de dar respostas consoante as necessidades de cada pessoa com deficiência, está patente na criação das suas valências respondendo na área de prevenção, de educação, ocupação, formação, assistencial e inclusão social e a todos os grupos etários.

2.3.1 Valência Educativa (Intervenção Precoce)

A APPACDM sempre acreditou na necessidade de intervir precocemente com famílias/crianças que apresentam problemas de desenvolvimento ou sujeitas a situações de risco biológico e/ou ambiental . Por isso, em 1999 (segundo relatos da entrevista com a presidente da Direção (D), (6 de março,2011) deu o primeiro passo indo ao Centro de Área Educativa (CAE) falando na altura com a coordenadora , expondo-lhe a necessidade de articulação com vários serviços. Como o pensamento era recíproco fizeram-se várias reuniões e da vontade conjunta da APPACDM de Castelo Branco; da Coordenação da Área Educativa (Ministério da Educação), Sub Região de Saúde, Hospital Amato Lusitano e Segurança Social surgiu a Intervenção Precoce em Castelo Branco sendo a 9 de Dezembro de 1999 assinado protocolo no Governo Civil.

Tendo como referência a perspetiva ecológica do desenvolvimento, pretende que a intervenção precoce seja cada vez mais um processo transdisciplinar e inter-serviços de base

comunitários e centrado na família. Como enquadramento, baseou-se no despacho conjunto de 891/99.

No primeiro ano a sua atuação foi o concelho de Castelo Branco, mas atualmente, abrange a totalidade dos concelhos do distrito de Castelo Branco.

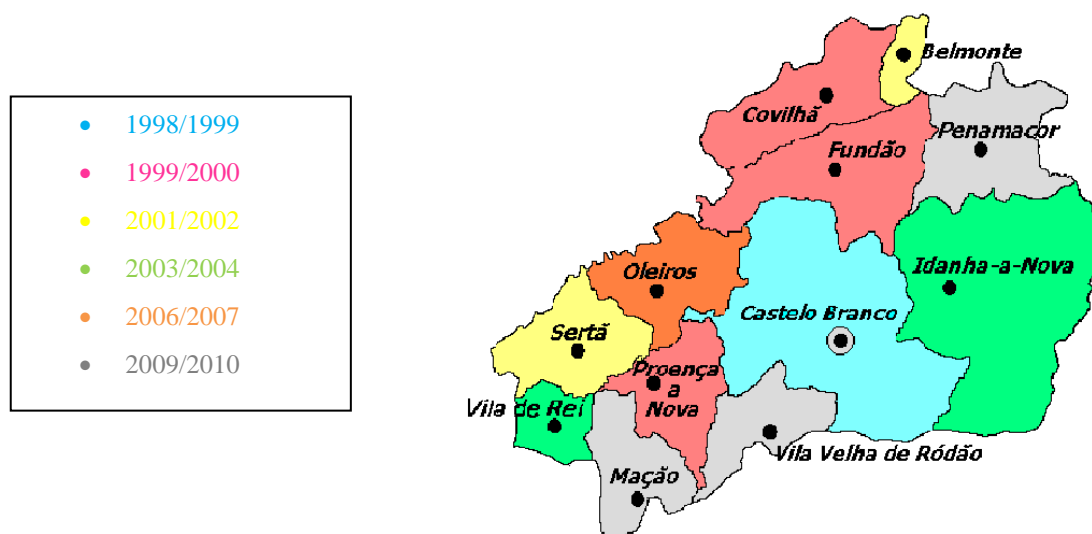


Fig. 1 Distrito/Concelhos de Castelo Branco e ano de início do atendimento da Intervenção precoce

No ano 2009 houve algumas alterações a nível de intervenção precoce o enquadramento passou a ser o Decreto-lei nº 281/2009 de 6 de Outubro. A intervenção precoce, segundo este o diploma considera-se:

a) «Intervenção precoce na infância (IPI)» o conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na família, incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, designadamente no âmbito da educação, da saúde e da ação social;

b) «Risco de alterações ou alterações nas funções e estruturas do corpo» qualquer risco de alteração, ou alteração, que limite o normal desenvolvimento da criança e a sua participação, tendo em conta os referenciais de desenvolvimento próprios, consoante a idade e o contexto social;

c) «Risco grave de atraso de desenvolvimento» a verificação de condições biológicas, psico afetivas ou ambientais, que implicam uma alta probabilidade de atraso relevante no desenvolvimento da criança.

-Os destinatários da intervenção precoce na infância são crianças entre os 0 e os 6 anos, com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam a participação nas atividades típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias

Os objetivos da intervenção são:

a) Assegurar às crianças a proteção dos seus direitos e o desenvolvimento das suas capacidades, através de ações de IPI em todo o distrito;

b) Detetar e sinalizar todas as crianças com risco de alterações ou alterações nas funções e estruturas do corpo ou risco grave de atraso de desenvolvimento;

c) Intervir, após a detecção e sinalização nos termos da alínea anterior, em função das necessidades do contexto familiar de cada criança elegível, de modo a prevenir ou reduzir os riscos de atraso no desenvolvimento;

d) Apoiar as famílias no acesso a serviços e recursos dos sistemas da segurança social, da saúde e da educação;

e) Envolver a comunidade através da criação de mecanismos articulados de suporte social.

Quem intervém com as famílias e as crianças são as equipas locais de intervenção às quais compete :

a) Identificar as crianças e famílias imediatamente elegíveis para o Serviço Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIP);

b) Assegurar a vigilância às crianças e famílias que, embora não imediatamente elegíveis, requerem avaliação periódica, devido à natureza dos seus fatores de risco e probabilidades de evolução;

c) Encaminhar crianças e famílias não elegíveis, mas carenciadas de apoio social;

d) Elaborar e executar o PIIP em função do diagnóstico da situação;

e) Identificar necessidades e recursos das comunidades da sua área de intervenção, dinamizando redes formais e informais de apoio social;

f) Articular, sempre que se justifique, com as comissões de proteção de crianças e jovens e com os núcleos da ação de saúde de crianças e jovens em risco ou outras entidades com atividade na área da proteção infantil;

g) Assegurar, para cada criança, processos de transição adequados para outros programas, serviços ou contextos educativos;

h) Articular com os docentes das creches e jardins -de-infância em que se encontrem colocadas as crianças integradas em IPI

Para este projeto são disponibilizados a tempo inteiro duas terapeutas da fala e uma psicóloga que fazem atendimento em todo o distrito. Prevê-se aumentar o número de técnicos para esta resposta visto as necessidades de atendimento aos casos ser superior ao previsto (dados referenciados nos relatórios de avaliação do serviço).

2.3.2 Valência educativa escola de educação especial- dimensão sócio educativo

J.Delors (1996:77) referencia que a educação deve transmitir de uma forma mais eficaz “ *mais saberes e saber fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva pois são as bases das competências do futuro*”. Tendo esta ideia como referência, a Escola de Educação Especial APPACDM criada em 1973 tem um Projeto Educativo próprio voltado para a comunidade, (deste modo, procura planear e implementar ações que visem promover a transformação das representações, dos valores e das atitudes da comunidade face às pessoas com deficiências e incapacidades, constituindo-se tais mudanças como elementos promotores da inclusão e da melhoria da qualidade de vida das pessoas) com uma cultura de parcerias, e com pedagogias ativas, estratégias diferenciadas centradas no aluno e no seu projeto de vida. Assim, ao nível de

currículo, promove a interdisciplinaridade e procura encontrar formas inovadoras para que este possa ser acessível a todos os alunos e se adequa às suas necessidades.

A escola tem como objetivo da promoção do cumprimento da escolaridade obrigatória e da integração na vida ativa das crianças com NEE, que requeiram intervenções especializadas e diferenciadas, que se traduzem em educações significativas do seu processo de educação e de ensino e aprendizagem.

Para a prossecução destes objetivos a Escola dispõe de Professores e Educadores Especializados em Educação Especial e com mestrado ao nível do domínio cognitivo motor, destacados pelo Ministério da Educação de acordo com o respetivo rácio professor - aluno (1/5) e outros profissionais tais como psicólogas (educacional e clínica), terapeutas ocupacionais e da fala, Nutricionistas, fisioterapeuta, técnica de serviço social, educadora social, professores de educação física, animadora sócio cultural, auxiliares de educação, equipa de cozinha e serviço administrativo que pertencem ao quadro da Instituição e constituem uma equipa multidisciplinar que promove a eficácia da prática educativa. Esta prática, caracteriza-se pela elaboração dos programas educativos para os alunos atendendo às características de cada um, idade cronológica e dos contextos educativos onde decorre a intervenção. Baseia-se envolvendo diversas áreas de aprendizagem, contemplando os aspetos funcionais e o despiste vocacional em metodologias individualizadas e diversificadas.

Neste âmbito outros aspetos são também determinantes na qualidade do ensino aprendizagem, como sejam: Direção pedagógica, manual de processos, regulamento interno, projeto educativo adequado às necessidades dos alunos, orientando a escola e explicitando os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo as quais se propõe cumprir a função educativa. Plano de atividades que procura operacionalizar o projeto educativo. Processo individual do aluno com informação atualizada. Relatório anual de funcionamento pedagógico que pretende refletir especialmente os resultados das atividades previstas no plano e os dados de avaliação ao mesmo.

Neste contexto podemos afirmar que é uma escola que se adapta aos alunos, que respeita a sua diversidade, que os prepara a nível de competências, académicas, sociais, socio profissionais tendo sempre em vista a sua inclusão social.

Escola como promotora de boas práticas

Também desde cedo tem vindo ao longo da sua intervenção a dar resposta não só a alunos encaminhados para a escola mas também a prestar apoio especializado a alunos das escolas do ensino regular, tornando-se um importante recurso na comunidade, estimulando a criação de parcerias e promotora de boas práticas.

Considerando a crescente necessidade dos agrupamentos de escolas na procura de respostas inexistentes nas suas estruturas a APPACDM foi parceira do **Plano Integrado Educação e Formação (PIEF)** do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva, desde os anos letivos de 2006 a 2009 apoiando num total de 62 alunos que adquiriram competências em várias áreas, usufruindo dos recursos humanos, físicos e materiais desta APPACDM e sendo esta a única com recursos para

dar resposta aos objetivos do respetivo programa e sem qualquer contrapartida financeira para a Instituição. De acordo com o que o artigo 30º do Decreto-lei 3/2008 a APPACDM atenta a esta dinâmica, tornou-se um dos 74 CENTROS de RECURSOS para a INCLUSÃO (CRI), iniciando no ano letivo de 2008-2009 com **4 Agrupamentos de Escolas** num total de **16 alunos** e no presente ano letivo apoia **8 agrupamentos** num total de **62 alunos**. Tem disponibilizado também visitas da comunidade à sua quinta onde tem proporcionado vivências na vindima, desfolhada, apanha da azeitona, plantações hortícolas e visitas ao seu centro de sericicultura.

A Instituição considera-se deste modo ser um importante instrumento para o desenvolvimento da educação inclusiva, complementando trabalho efetuado pelas escolas do ensino regular.

As atividades de orientação escolar e profissional

Na APPACDM de Castelo Branco realiza-se Despiste Vocacional, com avaliação de competências e perfis vocacionais para futuramente os alunos ingressarem em Cursos de Formação Profissional. Os alunos permanecem nas atividades de Despiste Vocacional onde frequentam as diversas áreas até que se defina um perfil. Este perfil é definido e delineado com base nas competências dos alunos, bem como nas avaliações de toda a equipa técnica. As áreas de Despiste Vocacional que constam dos Programas são: Carpintaria; Jardinagem; Lavandaria; Costura; Limpeza e Cozinha.

APPACDM como Centro de Recursos para a Inclusão

Tendo em conta a mudança estrutural que se avizinha no que respeita ao papel das Instituições de Educação Especial no nosso país - prevendo-se a necessidade progressiva de transformação em Centro de Recursos para a Inclusão até 2013 (DGDIC, 2006).

As escolas de educação especial, como centro de recursos para a inclusão, poderão vir a construir um recurso valioso para o desenvolvimento da escola inclusiva. Relembrando o que as várias entidades e autores, ligados à educação especial e à inclusão, afirmam relativamente às características dos centro de recursos (Doc. Estratégico, DGIDC, 2006; Agência Europeia para o Desenvolvimento em Necessidades Educativas Especiais, 2003; Hegarty, 1994; Hélios II, Grupo temático 8, 1997; Pereira, 2005a; Portaria 1102/97; Wiltshire, 2003; Warwick, 2001; Declaração de Salamanca, 1994), encontramos na definição que a APPACDM construiu de Centro de Recursos todas as funções fundamentais enunciadas -assegurar a formação dos professores e de outros profissionais; elaborar e disseminar materiais de ensino/específicos; apoiar as escolas regulares e os pais/encarregados de Educação.

Com uma orientação para a inovação e mudança, em áreas prioritárias como a intervenção precoce, autonomia, preparação para a vida adulta pauta uma intervenção assente em parcerias

A APPACDM tem vindo desde cedo ao longo da sua intervenção a dar resposta não só aos alunos encaminhados para a escola, mas também a prestar apoio especializado a alunos externos, tornando-se um importante recurso na comunidade, estimulando a criação de

parcerias. Atualmente, considerando a crescente necessidade dos agrupamentos de escolas na procura de respostas inexistentes nas suas estruturas e direcionadas a um maior leque de alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente e, de acordo com o que o artigo 30º do Decreto-lei 3/2008 preconiza, a APPACDM, atenta a esta dinâmica, propôs-se alargar as suas ações de apoio, promovendo parcerias com alguns agrupamentos.

A instituição considera uma mais valia ser um Centro de Recursos por este ser um importante instrumento para o desenvolvimento da educação inclusiva, complementando o trabalho efetuado pelas escolas de Ensino Regular e por ter ao seu dispor recursos físicos e humanos especializados, com um “know-how” importante, que possibilitam o desenvolvimento de um leque variado de ações, colmatando algumas lacunas referenciadas nas escolas.

A APPACDM de Castelo Branco, é um dos 74 centros de recursos para a inclusão a nível nacional.

A referida acreditação foi feita por júri de avaliação, reunido nos termos constantes do n.º 6 do Aviso nº 22914/2008, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 170, de 3 de Setembro. Foi homologada por um júri presidido pelo diretor-geral da DGIDC e integrado por representantes das direções regionais de Educação, da Confederação para a Deficiência Mental (CODEM), da Federação Nacional das Cooperativas de Solidariedade Social (FENACERCI), da Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPPC), da Federação Portuguesa para a Deficiência Mental (HUMANITAS), da Federação Portuguesa de Autismo (FPA) e da União dos Centros de Recuperação Infantil do Distrito de Santarém e Outros (UNICRISANO), além de uma personalidade de reconhecido mérito nomeada por um membro do Governo com tutela na área da educação especial.

Objetivo Geral do CRI :	Objetivos Específicos
<p>Apoiar a inclusão das crianças e jovens com deficiências e incapacidade, através da facilitação do acesso ao ensino, à formação, ao trabalho, ao lazer, à participação social e à vida autónoma, promovendo o máximo potencial de cada indivíduo, em parceria com as estruturas da comunidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a elaboração, a implementação e monitorização de programas educativos individuais; • Criar e disseminar materiais de trabalho de apoio às práticas docentes, nos domínios da avaliação e da intervenção. • Consciencializar a comunidade educativa para a inclusão de pessoas com deficiências e incapacidade; • Promover e monitorizar processos de transição da escola para a vida pós-escolar de jovens com deficiências e incapacidade; • Mobilizar as entidades empregadoras e apoiar a integração profissional; • Promover os níveis de qualificação escolar e profissional, apoiando as escolas e os alunos; • Promover a formação contínua dos

Quadro 4 - Objetivos do CRI

Constituem áreas chave de intervenção do CRIS, nos termos do Decreto-Lei n.º3/2008, de 7 de Janeiro os seguintes aspetos :

- Apoio à avaliação especializada das crianças e jovens com necessidades educativas especiais de carácter permanente;
- Apoio à execução de atividades de enriquecimento curricular, designadamente a realização de programas específicos e prática de desporto adaptado;
- Apoio à elaboração, implementação e acompanhamento de programas educativos individuais;
- Desenvolvimento de respostas educativas no âmbito da educação especial, entre outras, ensino do Braille, do treino visual, da orientação e mobilidade, terapias, acompanhamento psicológico e ensino da língua gestual portuguesa;
- Apoio à transição dos jovens para a vida pós -escolar, nomeadamente para o emprego;
- Desenvolvimento de ações de apoio à família;
- Produção de materiais com conteúdos de apoio ao currículo em formatos acessíveis;
- Apoio à utilização de materiais adaptados e de tecnologias de apoio.

O CRI da APPACDM de Castelo Branco, desenvolve em colaboração com os agrupamentos de Escolas Afonso de Paiva, João Roíz, cidade de Castelo Branco, Faria de Vasconcelos, José

Sanches de Alcains, Vila Velha de Rodão, Amato Lusitano e Sertã, a prestação de apoios especializados a crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais de carácter permanente, ao abrigo do nº 1 da Portaria 1102/97 e artigo 30º do DL 3/2008. Todas as ações desenvolvidas no CRI passam pelo ciclo “Planeamento - Implementação - Monitorização - Avaliação” Os serviços mais procurados pelos agrupamentos são: Terapia da Fala e Ocupacional, psicologia, treino de atividades da vida diária, treino de competências sociais e transição para a vida ativa (carpintaria, jardinagem, serviços de limpeza, lavandaria Cozinha ou Centro de atividades ocupacionais).

A necessidade de que todas as Instituições se transformem em centros de recursos no atual contexto educacional e social, que se pretende cada vez mais inclusivo, vem de algum modo confirmar a pertinência do próprio desenvolvimento da Instituição, mas simultaneamente mostra como a APPACDM amplia antecipadamente a sua ação face a normativos gerais inovando e propondo ações inclusivas concretas, nomeadamente com projetos com os agrupamentos muito antes destes diplomas.

Nesta ordem de ideias, acentua-se que o investimento nas escolas especiais já existentes deve ser gerido tendo em vista a sua nova e ampliada função, que consiste em apoiar as escolas regulares a responder às necessidades individuais dos seus alunos.

2.3.3 Valência Centro de Atividades Ocupacionais

O Centro de Atividades Ocupacionais, designado por C.A.O., é uma estrutura desenvolvida através de acordo de cooperação celebrado entre a instituição e o Centro Distrital de Segurança Social. O C.A.O apoia jovens e adultos portadores de deficiência severa ou profunda, com idade igual ou superior a 16 anos, cujas capacidades não lhes permitem a integração profissional. Esta resposta social, tem como principal objetivo: promover e disponibilizar condições que contribuam para uma vida com qualidade através do desenvolvimento das suas capacidades, sem qualquer vinculação a exigências de rendimento profissional ou de enquadramento normativo de natureza jurídico-laboral, dando respostas concertadas às necessidades existentes na região. O Centro de Atividades Ocupacionais enquadra-se nos seguintes fins estatutários da Instituição: Promover a integração na sociedade do cidadão com deficiência mental, no respeito pelos princípios de normalização, personalização individualização e bem estar e promover o equilíbrio das famílias dos cidadãos com deficiência mental e sensibilizar e co-responsabilizar a sociedade e o estado nas suas várias formas no papel que lhes cabe na resolução dos problemas do cidadão com Deficiência Mental e respetiva família. O Centro de Atividades Ocupacionais da APPACDM tem conhecido uma evolução, hoje com dinâmicas de trabalho que assumem uma abordagem holística envolvendo diferentes parcerias e contextos na resolução dos problemas e na adequação das respostas às dimensões de complexidade dos seus clientes.

A modalidade de atividades ocupacionais da APPACDM Castelo Branco compreende:

Atividades estritamente ocupacionais - atividades que visam manter a pessoa ativa e interessada, favorecendo o seu equilíbrio e bem-estar físico, emocional e social.

O CAO presta serviços e desenvolve atividades visando especialmente:

- a) Desenvolver formas de participação do jovem/adulto com deficiência no maior número possível de ambientes sociais;
- b) Potenciar todos os recursos quer humanos quer materiais que a comunidade pode oferecer;
- c) Criar condições para uma melhor interação do jovem com deficiência com a comunidade e o meio profissional;
- d) Interagir em cada momento às necessidades bio psicossociais específicas de cada jovem/adulto;
- e) Proporcionar uma igualdade de oportunidades;
- f) Criar diferentes estratégias educativas;
- g) Elaboração de Programas de Intervenção Individuais;
- h) Proporcionar ao jovem/adulto com deficiência, condições de vida o mais próximo possível das que usufruem os jovens /adulto da mesma idade e no mesmo meio social e cultural;
- i) Respeitar a sequência natural das aprendizagens, a sua funcionalidade e o seu grau de dificuldade;
- j) Potencializar todas as aprendizagens que contribuem para o desenvolvimento global da pessoa e lhe permitem ter uma vida o mais agradável e adequada possível;
- k) Fomentar a participação da família na concretização dessas aprendizagens e no treino das competências adquiridas nos contextos reais onde existem;
- l) Desenvolver a formação do carácter e das atitudes para a cidadania, contribuindo para uma integração na sociedade.

Organograma das atividades CAO



Figura nº2 Atividades desenvolvidas no centro de atividades ocupacionais

De uma forma ou de outra, a inclusão faz parte do projeto de vida de cada Cidadão deste centro. As atividades entre outras de reciclagem do papel, tecelagem, sericultura, e de montagem das etiquetas para a fábrica de confeções Dielmar são a prova disso

A APPACDM procura também a promoção do respeito pelas pessoas, pelo trabalho que desenvolvem em áreas de atividades ocupacionais.

2.3.4 Valência Formação Profissional

Em Portugal, através da Lei Quadro da Reabilitação (Ministério do Emprego e Segurança Social, Decreto-Lei nº 247/89), proporcionou, a partir dos anos 80, a construção de centros de formação e com eles o desenvolvimento de programas de formação profissional em grande escala. Estes programas destinam-se a *"dotar os jovens e adultos com conhecimentos, capacidades e competências. A formulação destes estatutos e regulamentações focaliza-se em torno de diversos para obter um emprego, conservá-lo e progredir profissionalmente"* (Charana, 1988: 68).

Na valência formação profissional a integração no mercado de trabalho permite uma contribuição na sociedade e o desenvolvimento de estabilidade e independência económica (Comissão Europeia, 2003). Salienta ainda este documento que a formação e as aprendizagens contínuas são uma forma de superar as barreiras que as pessoas com deficiência enfrentam no acesso e na progressão no mercado de trabalho.

A APPACDM de Castelo Branco, consciente da política social de emprego, aposta na criação de oportunidades de trabalho proporcionando às pessoas com deficiência mental desenvolverem aquisições pessoais, sociais e profissionais que possibilitem a prática de comportamentos adequados ao desempenho profissional, quer no mercado de trabalho, quer noutras modalidades alternativas de trabalho.

Com um dinamismo muito próprio, o Centro de Formação da APPACDM identifica-se com a região em que se insere e organiza a sua ação por princípios e valores democráticos que privilegiam a igualdade de géneros e de oportunidades, proporcionando uma formação integral dos formandos, preparando-os para uma vivência em plena cidadania.

A sua ação assume 4 categorias: Educacional visando o ajustamento social; Vocacional por meio do desenvolvimento de atitudes e hábitos da vida diária, autonomia, adaptação ao trabalho, responsabilidade e relações interpessoais; Pré profissional procurando o desenvolvimento de habilidade e aptidões para a aquisição de uma ocupação seguindo-se a Profissional visando o treino/preparação profissional competências pessoais/sociais e profissionais que permitam a posterior colocação no mercado de trabalho.

O Centro de Formação Profissional da APPACDM de Castelo Branco, por intermédio de uma mobilização interna, fixou a necessidade de um planeamento sistemático para que possa consolidar-se como uma Organização, comprometida com a comunidade e consciente de sua responsabilidade social, oferecendo um programa atraente e profissionalmente eficaz.

Os Cursos foram sempre financiados pelo IEFP, passando pelos seguintes Programas de Financiamento: Planos Operacionais; Integrar; Constelação e atualmente através do programa POPH;QREN.- Qualificação das pessoas com deficiências e Incapacidades - Eixo 6.2

Em 2012 tem os seguintes Cursos de Formação em funcionamento:



Fig nº3- os cursos de formação

A Valência de Formação Profissional da APPACDM de Castelo Branco teve o seu início em finais dos anos 80 com o Curso de Carpinteiro de Limpos, seguindo-se em 1993 o Curso de Têxteis e Confeções (hoje com a designação de costureira industrial) , em 2001 Curso de operador de jardinagem e em 2003 o Curso de Ajudantes de Cozinheiro.

A estrutura curricular destes cursos, concretiza-se através de um percurso formativo de dupla certificação, o percurso A com uma duração de 2900 horas e o percurso B ou 3600 horas, com base em referenciais de formação adaptados e integrados no CNQ, com a estrutura que se explicita nos quadros seguintes (5 e 6) :

Percurso A

Componentes de Formação	Áreas de Competências-Chave e Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD)	Duração máxima (horas)
Formação para a Integração	Portefólio	25
	Balanço de Competências/ Plano Individual de Formação	50
	Igualdade de Oportunidades	25
	Procura Ativa de Emprego	50
	Legislação Laboral	25
		25
	Empreendedorismo	25
	<i>Total da Componente</i>	200
Formação de Base	Cidadania e Empregabilidade	150
	Linguagem e Comunicação	150
	Matemática para a Vida	150
	Tecnologias de Informação e Comunicação	150
	<i>Total da Componente</i>	600
Formação Tecnológica	UFCD	1 000

Formação Prática em Contexto de Trabalho	1 100
Duração total	2900 horas

Quadro 5 Percurso A de Formação

No quadro seguinte, podemos verificar o percurso B com a duração de 3600 horas

Percurso B

Componentes de Formação	Áreas de Competências-Chave e Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD)	Duração máxima (horas)
Formação para a Integração	Portefólio	25
	Balanço de Competências/ Plano Individual de Formação	50
	Igualdade de Oportunidades	25
	Procura Ativa de Emprego	50
	Legislação Laboral	25
	Empreendedorismo	25
	<i>Total da Componente</i>	200
Formação de Base	Cidadania e Empregabilidade	150
	Linguagem e Comunicação	150
	Matemática para a Vida	150
	Tecnologias de Informação e Comunicação	150
	<i>Total da Componente</i>	600
Formação Tecnológica	UFCD	1 600
Formação Prática em Contexto de Trabalho		1 200
Duração Total		3600 horas

Quadro 6 percurso B de formação

Os destinatários são jovens maiores de 15 anos com défice cognitivo ligeiro a moderado, que podem ter ou não outras deficiências/ problemáticas associadas e com capacidades e competências para o mercado de trabalho, desenvolvendo atividades de preparação profissional.

São princípios da formação Promover a aplicação de uma política de padronização de conteúdos mínimos e metodologias que possibilitem captar, capacitar e acompanhar o cliente.

Tornar a Organização como referência na formação profissional de jovens e reconhecida por sua responsabilidade social, capaz de interagir com a comunidade, firmando parcerias e protagonizando ações que reafirmem seus valores.

Oferecer um programa eficaz, atraente, acessível, fácil de ser aplicado, com núcleo comum e que considere as diferentes realidades - dupla certificação.

Os jovens que frequentam os cursos de formação profissional, a maioria provem da valência escola da organização e do centro de recursos (CRI). O quadro seguinte, dá-nos o número de clientes desde 2002 data a partir da qual nos foi possível analisar a documentação.

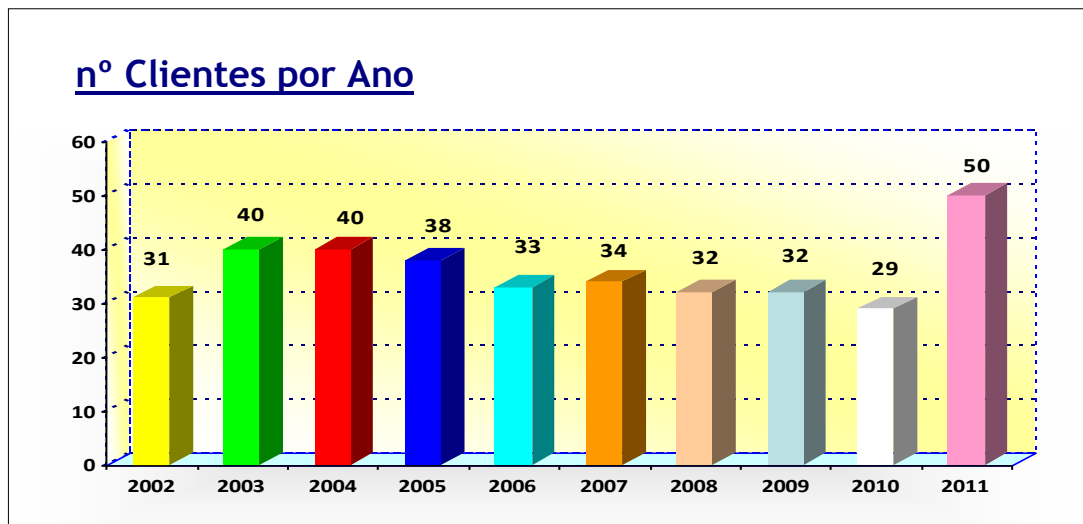


Gráfico nº1 clientes atendidos por ano

Neste gráfico (gra.nº1) apresentamos o nº de clientes desde o ano 2002 até Dezembro de 2011. Nos anos 2002, frequentaram os cursos 31 clientes, nos anos 2003 e 2004 (40) no ano 2005 (38), no ano 2006 (33), no ano 2007 (34) seguindo-se 2008 e 2009 com 32, no ano 2010 (29) e por fim 2011 com 50 clientes. Salientamos uma grande aumento na população em 2011 tendo a ver com o nº de jovens que nos surgem dos agrupamentos de escola e que frequentaram o Centro de Recursos Inclusão e a dupla certificação dos cursos.

Quisemos saber o número de clientes por sexo e escalão etário de onde obtivemos o seguinte resultado (gráfico nº2)

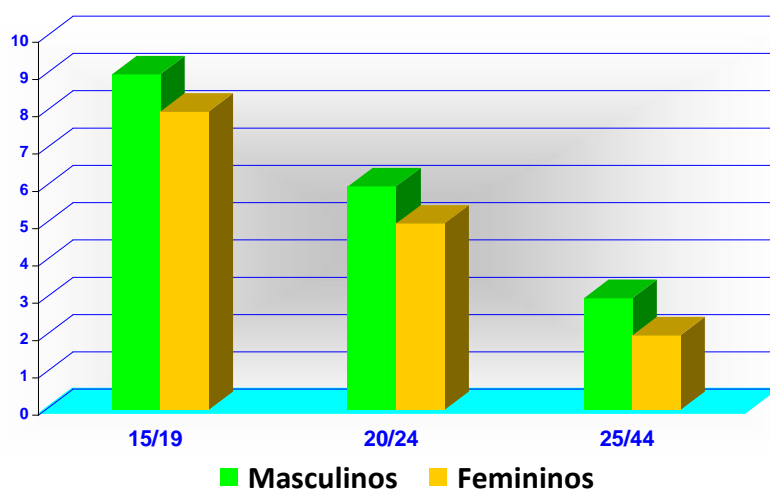


Gráfico nº2 nº de formandos por sexo e idade

Em relação ao grupo etário 15/19 anos temos 9 masculinos e 8 femininos; no grupo etário 20/24 anos temos 6 masculinos e 5 femininos e no grupo 25/44, 3 masculinos e 2 femininos. Podemos inferir que maior predominância é o sexo masculino e a faixa etária dos 15 aos 19. É a partir desta idade que os jovens depois de um despiste vocacional na valência escola da Instituição são encaminhados para a formação profissional

No seguinte gráfico (nº3) temos representado número de clientes por curso.

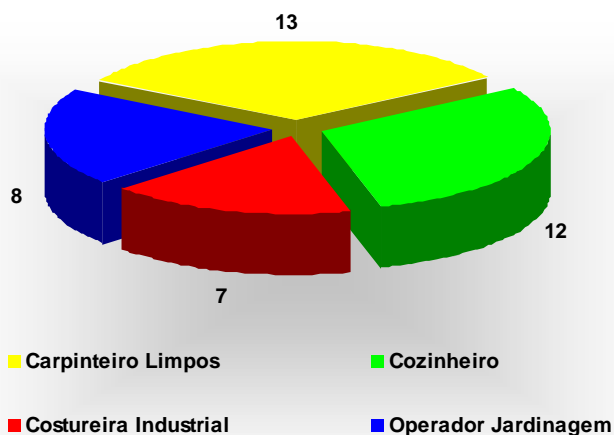


Gráfico nº3 nº de clientes por curso

No gráfico (nº3), salientamos: o número de clientes no curso de costureira industrial é de 7 no curso operador de jardinagem 8, carpinteiro 13 e cozinheiro 12 num total de 40 clientes. Salientamos que os cursos de cozinha e de carpintaria são os mais procurados pelos formandos embora previamente sejam avaliadas as competências de cada um para definir um perfil.

Para poder ir ao encontro das questões do nosso trabalho quisemos verificar o número de clientes integrados (graf nº4).



Gráfico nº4- nº Clientes Integrados por anos desde 2002

Desde 2002 a 2011 A APPACDM conseguiu integrar um total de 24 pessoas. O ano de 2002, 2006 e 2010 correspondem ao maior número de integrações no mercado de trabalho.

Como se pode ver no gráfico seguinte, os maiores empregadores situam-se nas grandes empresas e instituições de solidariedade social (IPSS) num nº de sete em cada uma destas empresas, seguindo-se pequenas e médias empresas 5, outros como seja comércio 3 e por fim as micro empresas 2

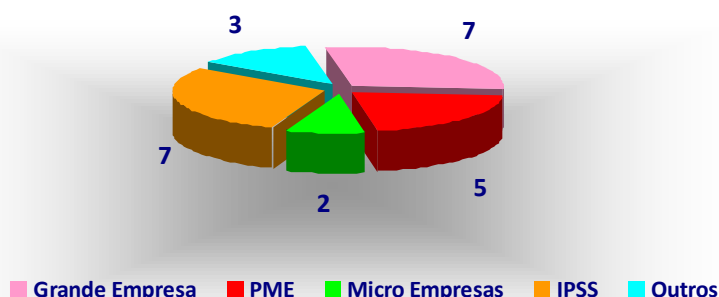


Gráfico nº 5 Tipo de empregadores

Os cursos ministrados no seu centro de formação, resultam do levantamento de necessidades do mercado de emprego da região em que se situa e incidem em profissões enquadráveis na região. A formação profissional afigura-se assim como um trampolim para a inclusão Social e a promoção de uma política de igualdade de oportunidades.

Deste modo, reconhecemos a importância do Centro de Formação Profissional da APPACDM para a sua região, a sua vocação/Know-how na área da deficiência para proporcionar um projeto de vida aos seus clientes e a importância fundamental do trabalho de todos os agentes envolvidos. Também existe uma ampla participação de clientes/significativos e formadores no processo formativo.

2.4 Evolução do número de utentes/clientes ao longo dos anos

A APPACDM em 1973, iniciou a sua intervenção com 7 alunos e com a valência Sócio Educativo. Passados 6 anos contava com 31 alunos e em 1987 com a mudança para o novo edifício construído de raiz apoiava 70 utentes tendo iniciado as valências Centro de Atividades Ocupacionais residências de apoio e Lar Residencial para crianças e jovens. Todas as valências tuteladas pela Segurança Social

Neste momento intervêm com 440 clientes distribuídos pelas valências que vimos em baixo no gráfico (nº6) escola de educação especial (sócio educativo) com 26 alunos, CAO 1 (sede) (58), CAO 2 (Quinta da Carapalha) (28), Lar de crianças e jovens (8), Lar residencial 1 - (70), Lar residencial 2 (16) clientes, lar de apoio (18), mais 97 de intervenção precoce onde por se tratar de uma parceria intervêm também técnicos de outros organismos. Em termos de terminologia, no nosso trabalho, num lado chamamos utentes, noutra clientes tendo tudo a ver com a evolução do conceito pois, o termo clientes embora ainda não aceite por muitas organizações, para nós tem um sentido evolutivo. Utentes recebiam todos os serviços existentes na Organização. Os

clientes recebem os serviços que se adaptam às suas necessidades e expectativas. É a Organização que se adapta ao cliente e não o cliente à Organização.

Para melhor visualização das valências e do número de clientes por elas distribuídos salientamos o seguinte gráfico nº 6

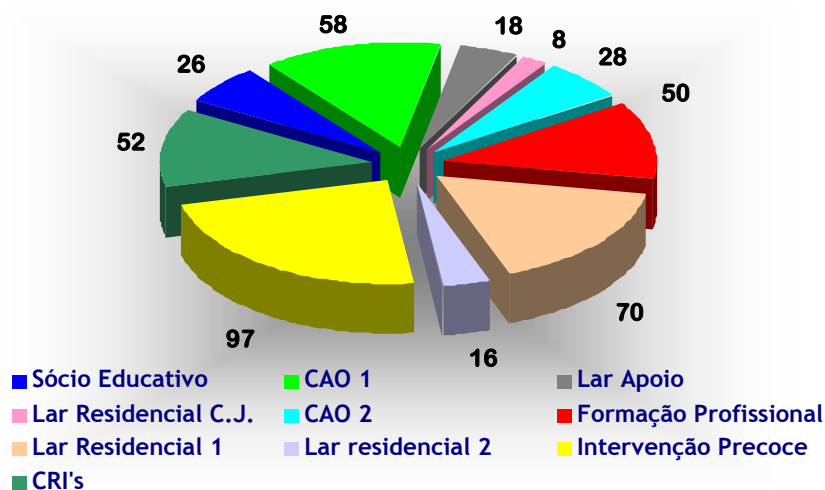


Gráfico nº 6 número de clientes distribuídos pelas respetivas valências em Castelo Branco

A evolução, do aumento de clientes deve-se à necessidade de respostas não existentes no ensino regular e às oportunidades oferecidas pela organização.

2.5 Recursos Humanos existentes

Sempre foi preocupação da direção desta Organização a qualificação e a atualização dos seus colaboradores, como consta no seu plano de formação, para deste modo poderem responder às necessidades e expectativas dos seus clientes. Comungando assim da opinião de Martins (2009) “A responsabilidade dos agentes e agências educativas intervenientes no processo educativo de todos os alunos, sem exceção, é o de dar as mesmas oportunidades e igualdades no apoio, na orientação e na mediação das aprendizagens, o que faz redimensionar o papel do profissional da educação na forma, como dá resposta a todas as situações como professor de metodologias e recursos”.

O quadro de pessoal integra colaboradores que possuem as competências requeridas para a realização ajustada das funções que desempenham no conjunto dos serviços prestados, de forma a assegurar a qualidade dos mesmos. São ainda objetivos da APPACDM atingir níveis de rentabilidade elevados na utilização de recursos; desenvolver um modelo de intervenção e gestão organizacional vocacionado para a satisfação das necessidades do cliente/significativos. O número de colaboradores depende do número e características dos clientes, dos serviços a prestar, do quadro dos requisitos normativos e específicos inerentes aos serviços. Em relação ao recrutamento dos colaboradores a direção pretende que haja uma equipe multidisciplinar com vários profissionais, em várias áreas, que visam ajudar os utentes/clientes da APPACDM na sua

integração escolar e social. J. Morgado (1994, p. 21), descreve as equipas multidisciplinares como “um grupo dinâmico de elementos (profissionais) empenhados em objetivos comuns, com tarefas e responsabilidades partilhadas e em que o ato de trabalharem cooperadamente potencia tudo o que é realizado.” A participação ativa e aberta é fundamental especialmente quanto ao trabalho em equipa, pois consideramos que entre o saber e o aprender só há um caminho: o da motivação e envolvimento!

Os recursos da Organização, incorpora: Direção; Professores do 1º Ciclo e Educadores de Infância sendo estes especializados em Educação Especial e com mestrado de educação especial domínio cognitivo motor; Professores de Educação Física sendo 1 especializado em Educação Especial a concluir mestrado de educação especial domínio cognitivo motor; Professor de Trabalhos Manuais especializado em Educação Especial a com mestrado de educação especial domínio cognitivo motor; Técnica do Serviço Social; Psicóloga clínica e educacional; Terapeutas de Fala e Ocupacional, Fisioterapeuta; Nutricionistas; Educadora Social; Técnica Animadora Sociocultural; Monitores (Formação Profissional); Auxiliares de Educação; Motoristas; Auxiliares de Ação direta; ajudantes de ocupação; Serviços Administrativos e Técnico Oficial de contas; Encarregada Geral; Cozinheira e Auxiliares de Cozinha; Lavadeiras; Roupeira; Operador de máquinas; Jardineiro; Pedreiro e trabalhadores auxiliares Somando um total 144 colaboradores.

No gráfico (nº 7) , destacamos o número de colaboradores das diversas valências por idade

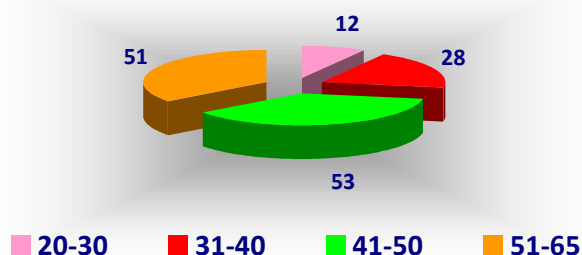


Gráfico n.º7 nº de Colaboradores da Organização por idade

É entre os 41e 50 anos que se situa a maioria dos colaboradores da APPACDM embora também haja uma grande maioria entre os 51 e os 65 anos. Estas idades, tem a ver também com a estabilidade que a Organização dá aos seus colaboradores e estes se manterem na Instituição.

No gráfico seguinte, salientamos o nº de colaboradores distribuídos por níveis de escolaridade.

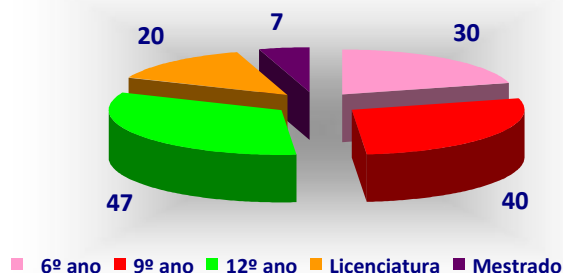


Gráfico n.º8 de Colaboradores da Organização por Nível de Escolaridade

A maioria dos colaboradores 47 possui como habilitações literárias o 12º ano seguindo-se 40 com o 9º ano de escolaridade, 30 com 6ºano e 20 com licenciatura e 7 com Mestrado.

A Instituição tem dado oportunidades aos seus colaboradores para aumentarem as suas competências para esse fim fez recentemente parceria com o Centro de Formação do Instituto de Emprego e Formação Profissional através do Programa Novas Oportunidades (6º,9º e 12º ano).

3-PARCERIAS

Com o objetivo de assegurar uma melhoria contínua na prestação de serviços, alcançando resultados cada vez mais eficazes e uma sociedade mais aberta e inclusiva, a celebração de parcerias faz parte da cultura organizacional da APPACDM, na medida em que se reconhecem as vantagens de cooperação a diferentes níveis com evidentes resultados para as partes. O incremento de novas parcerias, é entendido na APPACDM como oportunidades não só de afirmar o seu objetivo como ainda envolver diferentes entidades públicas e privadas na procura de soluções para ambas as partes são exemplo disso as praticadas nas áreas da educação e formação com o Politécnico de Castelo Branco: Escola Superior de Educação; Escola Superior de Artes; Escola Superior de Saúde; Escola Superior de Tecnologia; Centro de Formação Profissional do IEFP; Universidade de Coimbra; Escolas de Formação Profissional ETEPA e ETAPRONI.

As parcerias tendo em vista a Inclusão e dando resposta ao Dec. lei 3/2008 7 de Janeiro, através da facilitação do acesso ao ensino, à formação, ao trabalho, ao lazer, à participação social e à vida autónoma as celebradas com Agrupamentos de Escolas; Afonso de Paiva, João Roiz, Cidade de Castelo Branco, Faria de Vasconcelos, José Sanches Alcains, Vila Velha de Rodão, S. Vicente da Beira, Proença - a- Nova, Sertã e Escola Secundária Amato Lusitano.

As tutelares : A Segurança Social; Ministério da Educação; IEFP.

As transversais a todas as respostas da APPACDM; nas áreas, Educação, Formação, Saúde, lazer e Assistencial-Câmara Municipal de Castelo Branco; Hospital Amato Lusitano; Sub-região de Saúde; PT Comunicações; Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro - Sul -ADRACES ; REAPN; Direção Regional Agricultura da Beira Interior (DRABI); Dielmar; Rede Solidária; Instituto Medico Educatif de Seuilly (França).

De todos estes parceiros, destacamos a Câmara Municipal, parceiro desde o início desta Instituição e que muito tem contribuído na ajuda do desenvolvimento da mesma (apoio a projetos e doação de terrenos etc.)

Desde a implementação da APPACDM (1972) até hoje, houve um aumento significativo de parceiros. De inicio a APPACDM dependia dos parceiros para a sua atuação, hoje com o seu «know - how» e recursos físicos, tem muito para partilhar contribuindo também para um enriquecimento dos parceiros, pois as suas relações de reciprocidade e aproximação que se estabelecem ao longo do tempo, e os contributos de todas as partes interessadas irão sempre permitir a concretização de projetos e atividades.

A APPACDM de Castelo Branco, mantém uma participação ativa nos órgãos Sociais de: Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) a sua Presidente Drª Maria de

Lurdes faz parte dos órgãos da Direção Nacional ; União Distrital das IPSS (UDIPSS) sendo também a presidente desta União a D^a Maria de Lurdes Pombo; Federação Portuguesa para a Deficiência Mental (HUMANITAS); Conselho Local de Ação Social (CLAS); Conselho Geral do agrupamento João Roiz; Comissão de Proteção de Menores (CPCJ); Sócios participativos de: Associação Portuguesa de Agricultura Biológica (AGROBIO); RODOLIVE e Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino (APEGA).

Do anteriormente exposto, salientamos. Aspetos que contribuem para a eficácia da APPACDM de Castelo Branco em quatro planos: pedagógico, social, serviço assistencial e inserção no mercado do trabalho. No plano pedagógico, pelas suas práticas de intervenção precoce; pelo seu projeto educativo voltado para a comunidade; pela sua equipa multidisciplinar; ao nível do currículo, pela sua interdisciplinaridade e usar formas inovadoras para que possa ser acessível a todos e se adequa às suas necessidades; pelo seu centro de recursos de inclusão no apoio às escolas do ensino regular, os projetos realizados e aprovados para dar respostas aos seus alunos, salientamos o projeto “urano” protocolo de cooperação entre a Fundação Portugal Telecom e a Humanitas- Federação Portuguesa para a Deficiência Mental utilizando equipamentos e software "especial" pretendendo facilitar e desenvolver o acesso de pessoas com deficiência e incapacidades, a meios e condições que fomentem o seu crescimento, a sua qualidade de vida e inclusão social.

No plano social, todas as atividades que promovem a pessoa com deficiência e a mudança de atitudes em relação a elas. Exemplos disso são: as feiras onde se mostram os produtos dos nossos clientes, o Rancho folclórico, as apresentações sobre a instituição e sensibilizações para a deficiência tendo sempre presente a sua inclusão social, realizadas na comunidade, a criação de equipamentos e de serviços de intervenção junto desta população. Referimos como exemplo as cantinas sociais primeira no distrito em parceria com Segurança Social, a Caritas e a Câmara Municipal.

No serviço assistencial, temos a resposta dada pelos lares residenciais da Instituição a 130 pessoas com deficiência.

No plano de inserção- A formação profissional, onde se promove a qualificação profissional e as competências de empregabilidade com a integração efetiva desde 2002 de 24 clientes nas empresas. A própria instituição também tem integrado nos seus quadros 6 jovens.

CAPITULO III- METODOLOGIA EMPÍRICA: A APPACDM de CASTELO BRANCO

Neste nosso trabalho, de investigação histórico descritivo e /ou histórico documental de natureza qualitativa pretende compreender as concepções que têm os parceiros, pais/familiares e profissionais da APPACDM de Castelo Branco sobre a imagem social e o papel da APPACDM na inclusão social de pessoas com deficiência mental na região de Castelo Branco

Foi interesse e motivação para este estudo o de não existir uma monografia sobre a APPACDM e ainda , motivações pessoais e profissionais por estar envolvida à vinte e nove anos na instituição, acompanhando o seu percurso evolutivo para a inclusão.

Este trabalho, realizou-se de acordo com uma abordagem investigação histórico-documental que segundo Martins, (2012:22), constitui, para o historiador, um instrumento de configuração e categorização dos documentos mais relevantes ao objeto de estudo. Neste processo de pesquisa (ideográfica), a maior parte da informação chegou em fluxo, à medida que examinamos (crítica interna e externa) as fontes (primárias e secundárias) documentais.

Este nosso estudo está necessariamente imerso na área do conhecimento da história educação e muito concretamente, da educação especial, pois consideramos que o significado que deve ter a educação se enquadra naquela dada por Delors, (1996:77) acreditamos que “*à educação cabe fornecer, dalgum modo, a cartografia de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele*”. Questionámos sobre como podemos contribuir para uma compreensão mais profunda do que está em causa no domínio da educação - inclusiva e a integração social de pessoas com deficiência mental.

Tendo em conta estes propósitos orientadores da nossa investigação, referidos já na introdução, pretendemos dar resposta à seguinte questão de investigação:

Qual a eficácia da APPACDM de Castelo Branco na inclusão das pessoas com deficiência mental?

Sendo o nosso estudo norteado pela eficácia e inclusão como já atrás referenciámos iremos salientando ao longo dele, esta eficácia, nos propósitos de conseguir resultados através da inclusão social de um coletivo de pessoas com deficiência mental institucionalizados.

As perguntas, questões de investigação são como “uma porta” para o estudo qualitativo, pois têm um processo de ‘bola de neve’, proveniente dos próprios dados ou informações dos entrevistados à medida que recolhemos os dados. Na nossa investigação, procurámos que todo o trabalho de revisão da literatura, se constituísse como uma estrutura suficiente consistente para dar suporte teórico ao estudo a desenvolver e aos objetivos colocados.

Q1-Qual a representação/imagem que têm os atores (Agrupamentos, professores, pais empresas) sobre a APPACDM de Castelo Branco na promoção da inclusão /social das pessoas com Deficiência Mental?

Com esta pergunta, na medida em que se reconhecem as vantagens de cooperação, das parcerias, pretendemos saber dos agrupamentos, pais e empresas se a instituição tem uma boa imagem e se promove a inclusão das pessoas com deficiência.

Q1A- Que opiniões têm os parceiros Agrupamento e Empresas; sobre os contributos da APPACDM de Castelo Branco na inclusão de pessoas com Deficiência Mental.

Com esta pergunta, pretendemos saber a opinião dos parceiros sobre os resultados intervenção da APPACDM na inclusão das pessoas com deficiência mental. Querendo saber se as empresas estão satisfeitas com os jovens que empregam, vindos da formação da instituição, e se os agrupamentos veem no parceiro APPACDM um recurso para transição da vida ativa.

Q2- Qual a eficácia formativa da APPACDM de Castelo Branco na inserção profissional dos jovens com Deficiência Mental.

Queremos saber se houve ou não resultados com a formação dos jovens na medida em que conseguiram um posto de trabalho após esta formação.

Q3- Que opiniões têm alguns jovens com Deficiência Mental, que frequentaram os cursos de formação, sobre a importância da formação profissional recebida na APPACDM de Castelo Branco e a sua adequação à inserção.

Queremos saber quais as percepções que têm os jovens que frequentaram a APPACDM sobre a importância da sua formação e se ela contribuiu à sua inserção.

Q4-Que opiniões têm os pais dos jovens com Deficiência Mental sobre o papel da Instituição na formação deles em que medida se sentiram mais incluídos na sociedade.

Queremos saber a opinião dos pais sobre a APPACDM na formação dos seus filhos e se corresponde as expectativas que eles têm para os seus filhos.

Q5- Que opiniões têm os professores e técnicos que trabalham na APPACDM de Castelo Branco da eficácia da formação dada aos Jovens com Deficiência Mental

Quisemos saber também opinião dos professores e técnicos sobre a formação dada e se houve resultados ou não.

Q6 Que opinião tem a Câmara Municipal sobre a eficácia da APPACDM.

Nesta pergunta, por a Câmara ser um parceiro desde (1973) data da implementação desta Instituição quisemos saber a sua opinião sobre a eficácia da APPACDM na inclusão social das pessoas portadoras de deficiência.

São estas as questões que irão nortear a nossa investigação.

2-A APPACDM E OS SUJEITOS DE ESTUDO

Esta instituição tal como a referenciamos no capítulo II, é uma instituição que dá respostas ao longo de todo o ciclo de vida, (desde a intervenção precoce, até à aos Lares Residenciais). Ao nível do atendimento global da pessoa com deficiência mental o atendimento é orientado para uma atuação cada vez mais descentralizada e com maior intervenção na comunidade, no sentido de favorecer a máxima autonomia e a integração social da pessoa com deficiência e da sua família. Neste atendimento, os programas estruturam-se em três grandes áreas - Infância; Pré-

adolescência/Adolescência e Adulto Jovem e Adulto - oferecendo então a APPACDM, em cada área, programas de reabilitação/habilitação, intervenção pedagógica, formação profissional e animação cultural, de acordo com as necessidades e expectativas de cada cliente e tendo objetivos definidos para cada um.

A característica comum dos sujeitos de cada valência da Instituição, é a deficiência mental.

A escolha da amostra, como refere Quivy (2008), é feita em função dos objetivos de investigação.

A amostra (os sujeitos) do presente estudo, foi selecionada a partir de: 3 formandos que concluíram o curso no centro de formação da Instituição. Dois do sexo feminino e um masculino. O Formando (F1) do sexo masculino, o formando (F2) do sexo feminino e o formando (F3) também do sexo feminino, conseguiram ao nível académico completar o 9º ano de escolaridade. Os três conseguiram ficar integrados no mundo do trabalho. Os formandos (F2) e (F3) em empresas têxteis e restauração e o formando (F1) já teve dois empregos, um numa empresa de carpintaria e agora em jardinagem/agricultura; dois pais (P1eP2) ambos do sexo feminino com a idade de 40 e 45 anos e provenientes dum meio socioeconómico baixo. Ao nível da escolaridade o (P1) tem a antiga 4ª classe e o (P2) está a frequentar o processo RVCC para acesso ao 9º ano; dois parceiros, um da área da educação (Ag) (agrupamento de escola) e um empresário (E) de uma fábrica de confeções; Uma educadora com mestrado em educação especial, uma professora também com mestrado em educação especial, uma psicóloga clínica e o coordenador da formação profissional (P/T) todos os professores têm mais de 20 anos de serviço; Os fundadores (D) com biografia em anexo (2)

A escolha da amostra assentou no critério de que estas pessoas são as mais idóneas e credíveis para a obtenção da informação pretendida.

3-TÉCNICA DE RECOLHA DE DADOS

Para realização deste trabalho, recorreremos à pesquisa documental, à análise de conteúdo, à imprensa, a notas de campo (que são instrumentos do procedimento na recolha de dados, onde o investigador vai registando as notas retiradas das suas observações no campo e que são o relato escrito daquilo que ouve, vê, experimenta e pensa no decurso da recolha. Ajudam na reflexão sobre os dados e ajudam no desenvolvimento do estudo. No nosso caso permitiram-nos registar os comportamentos, reações dos inquiridos, confidências, sentimentos e, ajudando a fazer comparações face a contactos estabelecidos de forma acidental, informal e formal).Recorreremos ainda às entrevistas em profundidade aos fundadores (D) e a 11 inquiridos por entrevista aos: 3 formandos (F1,F2,F3), aos 2 parceiros agrupamento de escolas (Ag) e Empresa (E), aos 2 pais (P) e a 4 professores/técnicos (PT).

3.1-Entrevistas

A entrevista é entendida como um procedimento de recolha de informação que utiliza a forma da comunicação verbal. Trata-se pois, de uma conversa entre duas pessoas, realizada face a face, de forma metódica, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversa de natureza profissional. Este é o objetivo principal da entrevista e é um importante instrumento de trabalho nos vários campos das ciências sociais, No entanto, sabemos que a entrevista tem as suas vantagens e limitações. As vantagens podem ser por exemplo, a obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais e que podem ser relevantes para o estudo em causa; podem permitir informações mais precisas, podendo ser comprovadas, de imediato as discordâncias; como também podem permitir ao entrevistador repetir ou esclarecer perguntas, formular de maneira diferente de modo a ser compreendido.

Em contrapartida, as limitações ou desvantagens que podem surgir são por exemplo, dificuldades de expressão e comunicação de ambas partes; retenção de alguns dados importantes por parte do entrevistado com receio que a sua identidade seja revelada ou a possibilidade de o entrevistado ser influenciado, consciente ou inconscientemente pelo questionador, pelo seu aspeto físico, as suas atitudes, as suas opiniões.

Há diferentes tipos de entrevistas, que variam de acordo com o propósito do entrevistador e de natureza profissional, a preparação da entrevista é uma etapa importante, requer tempo, e exige algumas medidas a considerar, ou seja, planear a entrevista tendo em conta o objetivo a ser alcançado; organizar o formulário com as questões importantes; marcar com antecedência a hora e local, para assegurar de que o entrevistador será recebido e evitar desencontros e perdas de tempo.

Para obter a informação necessária, tivemos o cuidado de verificar previamente se as pessoas a entrevistar seriam ou não bons informadores, se teriam ou não um nível de motivação e de disponibilidade necessários para a investigação- No nosso estudo, realizámos entrevista em profundida aos fundadores (D), (pois estas entrevistas são um método de pesquisa de diálogo aberto e permitem um conhecimento profundo e específico do entrevistado, sendo possível recolher bastante informação para começar a entender o modo como a instituição se foi transformando numa perspetiva diacrónica, ao longo do tempo. Utilizamos também inquérito por entrevista.

3.2-Inquérito por entrevista

Um inquérito consiste em dar origem a um conjunto de discursos individuais, em interpretá-los e generalizá-los (Ghiglione & Matalon, 1995: 2). A recolha de informações pode ser do tipo: não diretiva (ou livre) em que o inquirido desenvolve um tema à sua vontade; semi-diretiva (ou clínica ou estruturada) em que o inquiridor determina previamente os temas sobre os quais inquire, com uma ordem e forma deixada ao seu critério; questionário aberto em que a formulação e a ordem das questões são fixas e o inquirido pode dar uma resposta tão longa

quanto queira (o questionário aberto foi o utilizado no nosso estudo); *questionário fechado* em que a formulação das perguntas, a sua ordem e a gama de respostas estão previamente definidas (Ghiglione & Matalon, 1995: 70). A seleção do tipo de inquérito deve ter em consideração os problemas inerentes ao ambiente onde decorre, ao tempo disponível, ao meio de comunicação, à diretividade das questões, à influência do entrevistador, a qualidade das respostas, ao seu registo e ao previsível tratamento dos dados.

Com pais, alunos, agrupamentos, professores e empresários, recorreremos ao inquérito por entrevista que serviram de eixo orientador ao desenvolvimento do estudo em si.

O questionário de perguntas abertas, foi composto por 5 variáveis/categorias consideradas relevantes para análise da eficácia da APPACDM de Castelo Branco na inclusão social das pessoas com deficiência mental e foram definidas da forma como se expõe no (quadro 7)

Categorias	Sub categorias
Representação da Instituição	Confiança, orientação para o cliente e contributo para a sociedade.
Expectativas do projeto	Expectativas globais, capacidade para satisfação de necessidades.
Qualidade de vida	Avaliação do resultado obtido.
Satisfação (alunos)	Satisfação global,
Inclusão (destinatários)	Integração na sociedade

Quadro 7 categorias e sub categorias para análise da eficácia da APPACDM

Para efeitos de operacionalização, às categorias identificadas, foram associados conjuntos de questões que consubstanciam o questionário com 4 perguntas abertas(para os parceiros (agrupamento de escola e empresa), para os pais e professores/técnicos.) sobre: Imagem da Instituição, capacidade e qualidade das respostas: satisfação ao nível de: parcerias, do percurso organizativo satisfação em relação ao percurso formativo e intervenção/eficácia. e cinco questões para os formandos auscultando também a opinião destes ,sobre a importância da formação profissional recebida na APPACDM de Castelo Branco e a sua adequação à inclusão social.

Os questionários construídos foram validados pelo método de 3 juízes e pré teste a cinco profissionais e três jovens com deficiência mental, para ver se eram compreensíveis as perguntas para o sujeito aplicar.

O questionário, foi depois aplicado (pós-teste) a 3 jovens que frequentaram a formação profissional da APPACDM de Castelo Branco

3.3-Análise de conteúdo

Procedemos a análise de conteúdo como uma forma de analisar e interpretar com detalhe o conteúdo narrativo (características e campos de conteúdo, descrição das tendências comunicativas, intenções dos depoentes) do texto escrito, ou gravado (Serrano (1994:137).

Adotámos a análise de conteúdo pelas vantagens elencadas por Serrano (1994:155), das quais destacamos: decidir com maior objetividade e precisão sobre as informações recolhidas, de modo a permitir-nos obter explicações significativas e consistentes relevando, ainda, a objetividade, a sistematicidade e a capacidade de generalização, ou seja, *“teniendo en cuenta todas as definiciones podemos descubrir lasnotas que se repiten com más frecuencia”* (Serrano, 1994:136).

No nosso estudo, fizemos uma ampla análise documental/conteúdo, aos planos de atividades e respetivos relatórios, o estudo de atas, de reuniões, comunicações internas e externas, correspondência, questionários de satisfação de colaboradores e parceiros, vídeos, fotografias, artefactos etc. que se revelaram importantes para o processo historial da Instituição.

Analisámos também notícias de imprensa desde a implementação da Instituição (1972 a 2011). Segundo Martins (2005) a imprensa é um dos meios adequados para compreender as práticas discursivas na área da educação e do ensino (articulação entre teoria e prática), constituindo fontes documentais muito úteis, ao nível historiográfico e ainda para perceber as formas de pensar e de atuar que caracterizam os contextos quotidianos, em geral, nas balizas e conjunturas temporais. O mesmo autor salienta que, os artigos, como fonte documental histórica, oferecem uma diversidade de informação, que se tornam num estímulo para a investigação historiográfica. Esta análise, permitiu-nos verificar as ações desenvolvidas pela APPACDM. Para o efeito utilizámos a ficha de registo da imprensa / periódicos - região de Castelo Branco de (Martins, 2005) anexo 4 permitindo-nos fazer uma estatística dividindo as notícias por décadas, categorias, número de notícias e anos de publicação.

Consultámos a imprensa escrita local: Jornal Notícias da Covilhã, Jornal do Fundão, O Beira Baixa e Reconquista periódico por ser local (Castelo Branco) mereceu uma análise mais aprofundada. Consultando o seu arquivo e/ou o espólio na sede do próprio semanário em Castelo Branco, nas bibliotecas municipais de Castelo Branco e de Lisboa e na Biblioteca Nacional). Em relação ao jornal Beira Baixa consultado terminou a sua edição a 21 de Junho de 1975. Até esta data, registou apenas 1 notícia informativa, a abertura do novo ano letivo da Escola da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM).

Para uma análise de conteúdo das respostas dos questionário, elaborámos um quadro com as seguintes domínios e categorias, sendo que as letras F correspondem aos formandos, P aos Pais, E ao Empresário, Ag ao agrupamento e PT aos Professores/Técnicos

Formandos	F
Pais	P
Empresário	E
Agrupamento	Ag
Professores/Técnicos	PT

4- PROCEDIMENTOS ÉTICOS LEGAIS

Tendo em conta os objetivos preconizados para o presente estudo a forma de obter os dados necessários foi de dirigir um questionário por entrevista como já foi referenciado no ponto 2 aos sujeitos, formandos, pais, parceiros (agrupamento de escolas, empresa) e a professores e técnicos.

Como procedimentos para a realização das entrevistas e recolha de dados, encetámos primeiro autorização à direção.

Para a organização a entrevista em profundidade para o estudo de caso da Instituição APPACDM de Castelo Branco, procedeu-se da seguinte forma: A entrevista, foi marcada com data, horário e local permitindo um trabalho tranquilo e contínuo para melhorar o rendimento da tarefa. Neste sentido, e com a colaboração da sua Presidente, a entrevista foi realizada com início na primeira quinzena de Abril de 2011 na própria Associação (APPACDM) e o tempo de duração da entrevista foi compatível com o volume de informações que foi levantado, sem, no entanto chegar-se à fadiga. As perguntas foram devidamente explicadas aos entrevistados, fazendo uso de um gravador com a autorização e aceitação da informante, assim como a garantia da sua privacidade com o anonimato e confidencialidade. Na entrevista, tomámos progressivamente consciência da importância de uma escuta atenta, procurando não deixar que os nossos pressupostos, sobre a Instituição, influenciassem o discurso da entrevistada e a capacidade de análise dos dados recolhidos. Como salientam Bogdan e Biklen (1994:137), acreditamos que: *O que se revela mais importante é a necessidade de ouvir cuidadosamente. Oíça o que as pessoas dizem. Encare cada palavra como se ela fosse potencialmente desvendar o mistério que é o modo de cada sujeito olhar para o mundo. (...) Faça perguntas, não com o intuito de desafiar, mas sim de clarificar. (...) O processo de entrevista requer flexibilidade.* (p.137)

Durante as 3 horas de duração da entrevista - em que estivemos sem que fossemos interrompidos - e perante o nosso pedido para que contasse a história da Instituição a entrevistada relatou com fluência e entusiasmo a evolução da APPACDM

Estes registos tornaram-se um material valioso para iniciar o estudo e afiguraram-se desde logo importantes para começar a entender o modo como a instituição se foi transformando ao

longo do tempo, descrevendo detalhadamente cada momento da sua história, numa perspectiva diacrónica, ao longo do tempo.

Com os pais, jovens que frequentaram a formação profissional, empresários e agrupamentos pedimos uma reunião com cada um onde foi explicada a importância do estudo e a sua colaboração anonimato e confidencialidade. Com o questionário de perguntas abertas aos formando(F) tivemos a intenção de que fosse realizado, sempre que possível, na nossa presença, de modo a podermos esclarecer qualquer dúvida e acautelar assim o seu correto preenchimento, assim como, para registar notas de campo.

Previmos e determinamos que cada questionário demoraria até 25 minutos a preencher, pelo que os programas organizaram - se de modo a que existisse a necessária tranquilidade para cada inquirido completar o questionário sem se inquietar com o tempo que demorava a terminá-lo. Realizaram-se entre o mês de Fevereiro e segunda semana de março de 2011.

5- ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Stake,(2007:88) defende que não existe um momento exato para iniciar a análise dos dados, pois desde as primeiras impressões até às compilações finais, aspiramos encontrar significado. Afirma ainda, nos estudos qualitativos, encontramos objetos e fenómenos estranhos que, durante um período de tempo, parecem não se encaixar em nada do que conhecemos, mas que, inesperadamente, num dado momento, começam a tornar-se familiares. (este aspeto foi constante no nosso percurso de investigação Para conduzir uma pesquisa qualitativa, Stake defende a necessidade de disciplina e do estabelecimento de protocolos, que neste âmbito tomam a forma de triangulação.

Numa perspetiva construtivista, o problema da triangulação é complexo pois a maioria dos investigadores qualitativos acredita não existe um modo de estabelecer que uma perspetiva é melhor do que outra e que é necessário apresentar múltiplas perspetivas do estudo de caso (2007:121).

A triangulação permite que investigadores e leitores realizem um esforço de reflexão que vai muito além da simples repetição na recolha de dados, para encontrar a validade dos mesmos.

Como a triangulação consome importantes recursos e tempo, é necessário que determinemos quais os dados e afirmações mais relevantes que necessitam efetivamente da mesma. Quanto mais uma questão importante puder ser alvo de controvérsia, mais necessitaremos de apresentar pormenores.

Existem diferentes tipos de protocolos de triangulação. Denzin (1984, citado em Stake, 2007:126), identificou vários: triangulação das fontes de dados; onde se verifica se o caso se mantém inalterado em diferentes momentos, noutros espaços ou à medida que as pessoas interagem de forma diferente; Triangulação do investigador - em que vários investigadores observam a mesma cena ou fenómeno; Triangulação da teoria, quando dois ou mais investigadores comparam os seus dados, nomeadamente utilizando pontos de vista teóricos alternativos; Triangulação metodológica em que se procuram utilizar diferentes abordagens

metodológicas, nomeadamente, no que diz respeito aos estudos de caso, a observação, entrevista e análise de documentos

No nosso estudo, após a recolha de dados procedemos ao seu tratamento, em que o tipo de objetivos e ou questões de investigação determinou o tratamento dos mesmos.

As informações recolhidas através do inquérito por entrevista são questões de tipo abertas, para estas questões realizou-se análise de conteúdo, através do levantamento das unidades de registo.

Através da técnica de análise categorial distribuímos as unidades de registo em categorias e subcategorias a fim de apresentarmos os resultados.

Para melhor apresentação e análise de dados, os resultados seguiram a ordem das questões, aos inquéritos por entrevista

Categoria Representação da Instituição

Categorias	Subcategorias	Evidências ou indicadores críticos	Inferências
Instituição	Representação ou imagem	<p>F1: <i>“Sim. Eu quando fui para a APP achava que não ia ser bom porque pensava que era uma escola para malucos mas depois fui lá muito feliz todos gostavam de mim e ajudaram-me muito.”</i></p> <p>F2: <i>Sim, eu nesta escola aprendi muito na outra escola diziam à minha mãe que eu não ia aprender a ler, lá só fazia desenhos. Na APP aprendi muito, depois fiz o curso de costura e fui para a fábrica</i></p> <p>F3 <i>Sim quando precisei arranjou-me a vivenda onde fiquei durante a semana.</i></p> <p>P1 <i>Sim e estou muito agradecida se não fosse esta escola a minha filha nunca tinha chegado onde chegou</i></p> <p>P2 <i>Sim o meu filho era muito difícil. Na outra escola não o compreendiam mas quando foi para a APPACDM tudo ficou diferente.</i></p> <p>E- <i>Uma boa imagem é uma instituição reconhecida e Inovadora A sua formação profissional muito contribui para a inclusão das pessoas com deficiência</i></p> <p>AG- <i>É uma instituição que faz um enorme esforço para se articular e integrar na</i></p>	<p>A análise dos dados obtidos permite-nos fazer as seguintes inferências:</p> <p>A nível dos formandos, estes, antes de ingressarem na Instituição tinham uma imagem muito negativa. depois de conhecerem a Instituição todos salientam uma imagem positiva e de aprendizagem.</p> <p>No que diz respeito aos pais ambos têm imagem positiva e de agradecimento</p> <p>Em relação aos empresários matem-se também uma imagem reconhecida e inovadora</p>

		<p><i>comunidade que serve. Não apenas a nível local! Fruto da qualidade dos seus recursos humanos, dos serviços que presta e dos projetos em que se envolve projeta uma imagem de rigor, qualidade e de excelência</i></p> <p>PT1-A APPACDM de Castelo Branco tem desenvolvido e apresentado um serviço de qualidade no âmbito da Deficiência Mental.</p> <p><i>Atenta às necessidades e expectativas dos seus clientes, primora às dimensões do bem estar físico e emocional, relacionamento interpessoal, desenvolvimento pessoal, autodeterminação e inclusão social dos seus clientes.</i></p> <p><i>Também na vertente da organização e com os colaboradores rege-se pelos princípios fundamentais de uma gestão de qualidade.</i></p> <p><i>A APPACDM é uma estrutura social e educacional que procura estar sempre atenta à inovação e aberta à comunidade em que está inserida. Este conjunto de princípios permite a boa representação que tem junto da comunidade envolvente.</i></p> <p>PT2 “Só pode ter uma boa imagem, uma vez que é uma instituição que trabalha e luta pelo desenvolvimento global dos seus clientes, pondo à disposição da comunidade os seus bens e serviços, empenhando-se em estabelecer protocolos com outras empresas/Instituições onde recebe e disponibiliza recursos e serviços”.</p> <p>PT3 Em termos de visibilidade da instituição ao nível da população em geral, que as opiniões são, de uma forma</p>	<p>O Agrupamento refere que a Instituição projeta uma imagem de rigor, qualidade e de excelência Fruto da qualidade dos seus recursos humanos, dos serviços que presta e dos projetos em que se envolve</p> <p>Os professores/técnicos também referenciam que a imagem da instituição é de qualidade e inovação e que a mesma procura estar sempre atenta à inovação e aberta à comunidade em que está inserida. Salientam ainda que os médios têm sido também um veículo de imagem positiva da instituição pois, surgem frequentemente notícias de carácter positivo acerca dela, quer em jornais da região, quer algumas vezes na televisão de âmbito nacional. Referem ainda esta imagem positiva ao nível dos empresários no que respeita à formação profissional pois têm tido uma</p>
--	--	---	---

		<p><i>geral, bastante positivas. Também ao nível dos media surgem frequentemente notícias de carácter positivo acerca da instituição. A APPACDM demonstra também uma grande abertura ao exterior e à colaboração em projetos ou outras atividades (por exemplo estágios académicos, visitas à instituição, colaboração com associações juvenis).</i></p> <p>PT4 <i>No que respeita à Formação Profissional a abertura que as empresas/instituições/outros sempre demonstraram ao aceitarem os nossos clientes quer em estágio quer posteriormente, com a inclusão dos mesmos nos quadros dessas empresas/instituições/outros, demonstra só por si o contributo que a nossa Organização dá à Inclusão Social - Empregabilidade - de pessoas portadoras de deficiência intelectual</i></p>	<p>grande abertura ao aceitarem os nossos clientes quer em estágios quer posteriormente, nos quadros da empresa.</p>
--	--	---	--

Quadro 8 Categoria Representação da Instituição/imagem

Em relação à imagem/ representação da Instituição os formandos (F) referem uma imagem negativa antes de entrarem para a Instituição depois, todos salientam uma imagem positiva e de aprendizagem. Esta imagem negativa tem a ver com os conceitos que se têm das instituições especiais numa forma segregadora. A imagem positiva referenciada tem a ver com a missão da APPACDM corresponder às necessidades e expectativas dos seus clientes.

Os Pais (P) salientam uma imagem positiva e de agradecimento. O empresário (E) uma imagem reconhecida e inovadora .O Agrupamento (Ag) refere que a APPACDM projeta uma imagem de rigor, qualidade e de excelência, fruto da qualidade dos seus recursos humanos, dos serviços que presta e dos projetos em que se envolve. Os professores/ técnicos salientam uma imagem de qualidade e inovação referenciando ainda a imagem positiva transmitida pelos média, pois, surgem frequentemente notícias de carácter positivo acerca dela, quer em jornais da região, quer algumas vezes na televisão de âmbito nacional. Contribui também para a imagem positiva a grande abertura ao exterior e a colaboração em projetos ou outras atividades com os parceiros e comunidade. Referenciamos os estágios académicos e profissionais, as visitas à instituição e a colaboração com associações juvenis. A integração dos jovens no mercado de trabalho

Categoria Expectativas

Categorias	Sub categorias	Evidências ou indicadores críticos	Inferências
Expectativas	Satisfação dos resultados obtidos	<p>F1 Muito Satisfeito nunca pensei tirar um curso, Na outra escola foi muito difícil ninguém queria brincar comigo e não aprendia na APP aprendi a ler e a escrever e fiz o curso de jardinagem.</p> <p>F2 Claro que sim muito satisfeita eu de princípio nem acreditava que ia chegar até onde cheguei.</p> <p>F3 R: Sim gostei muito do curso de cozinha aprendi muita coisa.</p> <p>P1 R: <i>Sinto-me muito Satisfeito em relação às expectativas superou .</i></p> <p>P2” <i>Muito Satisfeita. Eu nem acreditava que a minha filha fosse tão longe”</i></p>	<p>Em relação às expectativas globais(satisfação dos resultados obtidos.Os formandos, mostraram -se muito satisfeitos conseguiram tirar um curso. A opinião dos pais também é de satisfação salientando que as expectativas tinham sido superadas.</p>

Quadro 9 Categoria Expectativas

Nesta categoria referenciamos apenas a opinião dos formandos e pais.

Em relação à categoria expectativa tendo em conta satisfação dos resultados obtidos os formandos (F), mostraram - se muito satisfeitos pois, conseguiram tirar um curso. Os pais (P) referem estar muito satisfeitos e para alguns superou as expectativas.

Categoria Qualidade

Categorias	Sub categorias	Evidências ou indicadores críticos	Inferências
------------	----------------	------------------------------------	-------------

<p>Qualidade</p>	<p>Avaliação da qualidade do serviço, avaliação do resultado obtido e qualidade de vida.</p>	<p>F1 <i>“Claro que sim hoje tenho emprego graças à APP”</i></p> <p>F2 <i>“Sim. Hoje sou feliz se não fosse o curso eu nunca tinha emprego e não podia pagar a minha casinha”</i></p> <p>F3 <i>Sim deu-me um curso e um trabalho.</i></p> <p>P1-<i>Sinto-me muito Satisfeito em relação às expectativas superou</i></p> <p>P2 <i>Muito Satisfeita. Eu nem acreditava que a minha filha fosse tão longe. Hoje ela tem qualidade de vida.</i></p> <p>E -<i>“O serviço prestado pela instituição na área da formação profissional é Muito Bom”</i></p> <p>Ag <i>“Enquanto responsável de uma organização para a qual a APPACDM presta serviços ao nível de alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente diria que essas respostas educativas para além da elevada qualidade são, igualmente, pertinentes e eficazes. Porque respondem às necessidades dos seus utentes”.</i></p> <p>PT1 <i>Conscientes de que todas as Pessoas têm direito a viver a vida com Igualdade e Dignidade, a APPACDM tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida dos seus clientes, proporcionando uma resposta educativa, física e psico-social e intervenção terapêutica personalizadas, num ambiente natural e adequado a cada pessoa.</i></p> <p>PT2 <i>Classifico-as de muito boas, porque é uma escola de Ensino Especial direcionada para a educação e reabilitação onde pode contar com materiais e equipamentos adaptados</i></p>	<p>Em relação à categoria qualidade face aos dados obtidos inferimos que: os jovens salientaram que o curso lhes tinha proporcionado emprego e qualidade de vida um deles, comprou uma “casinha”</p> <p>Os pais também estão satisfeitos com os resultados obtidos salientando a qualidade de vida dos filhos.</p> <p>O empresário refere que o serviço prestado pela formação é Muito Bom</p> <p>O agrupamento refere que os serviços prestados pela APPACDM para o seu agrupamento para além da elevada qualidade são pertinentes e eficazes.</p> <p>Em relação à qualidade os professores /técnicos referenciam que a Instituição através da sua resposta educativa, física , psico social e terapêutica tem contribuído para a</p>
------------------	--	--	--

		<p>às necessidades dos seus clientes, assim como a nível de recursos humanos com professores especializados e técnicos, permitindo aos seus clientes desenvolver as suas capacidades físicas, intelectuais e sociais, ajudando-os deste modo a tornar-se o mais autónomo possível na sua vida social e familiar.</p> <p>PT3 A APPACDM de Castelo Branco é uma instituição que procura apoiar crianças, jovens e adultos com algum tipo de deficiência intelectual no seu desenvolvimento ao longo de todo o ciclo de vida, desde idades mais jovens, ao nível da Intervenção Precoce, até à população mais avançada, nos Lares Residenciais. Procura assim dar resposta(s) ao maior número de clientes, privilegiando a continuidade e a transição entre valências, para evitar que alunos/clientes e suas famílias não fiquem ‘desamparados’ e encontrem as respostas que procuram.</p> <p>PT4 A ideia de modelos únicos para todos, preestabelecidos, tem excluído pessoas com necessidades especiais dos recursos da sociedade</p> <p>A APPACDM de Castelo Branco, sempre esteve atenta às necessidades individuais de cada cliente, criando para cada um o programa mais adequado às suas expetativas e necessidades O nº de integrações no mercado de trabalho de clientes durante estes anos, é a melhor evidência do trabalho/objetivos desenvolvidos com os nossos formandos. A grande procura dos</p>	<p>melhoria de qualidade de vida dos seus clientes” Conscientes de que todas as Pessoas têm direito a viver a vida com Igualdade e Dignidade, a APPACDM tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida dos seus cliente”. (...) O nº de integrações no mercado de trabalho de clientes durante estes anos, é a melhor evidência do trabalho/objetivos desenvolvidos com os nossos formandos. A grande procura dos nossos cursos de formação e respetiva resposta às necessidades e expetativas dos clientes, é o resultado abrangente à capacidade e qualidade da mesma.</p>
--	--	--	--

		<i>ossos cursos de formação e respetiva resposta às necessidades e expetativas dos clientes, é o resultado abrangente à capacidade e qualidade da mesma.</i>	
--	--	--	--

Quadro 10 Categoria Qualidde

Em relação à categoria qualidade os formandos (F), em relação ao curso salientaram que lhes tinha proporcionado emprego e qualidade vida. Os pais(P) também estão satisfeitos com os resultados obtidos salientando a qualidade de vida que proporcionou aos seus filhos. O empresário refere que o serviço prestado pela formação é Muito Bom. O agrupamento refere que os serviços prestados pela APPACDM para o seu agrupamento para além da elevada qualidade são pertinentes e eficazes. Os Professores/técnicos(PT) referenciam que a Instituição através da sua resposta educativa, física , psico social e terapêutica tem contribuído para a melhoria de qualidade de vida dos seus clientes acrescentando ainda que a grande procura dos cursos de formação e respetiva resposta às necessidades e expetativas dos clientes, é o resultado abrangente à capacidade e qualidade da mesma

Categoria satisfação

Categorias	Subcategorias	Evidências ou indicadores críticos	Inferências
Satisfação	Satisfação global; Satisfação na formação de formandos satisfação parceiros	<i>F1 “Muitíssimo Satisfeito” F2- “Claro que sim na APP fui muito feliz aprendi muito e depois havia o rancho folclórico estivemos em hotéis quando íamos dançar conheci muita gente, tirei o curso estive numa fábrica durante muitos anos depois fechou mas fui para o hotel trabalhar”. F3 Sim no principio estava com medo os meus colegas diziam que era a escola amarela mas depois gostei muito e hoje sou feliz no meu emprego. P1- Sinto-me muito satisfeita .Se não fosse a APPACDM a minha filha nunca tinha aprendido a ler e a escrever e a aprender uma</i>	Os pais também se manifestam satisfeitos referenciando que se não fosse a APPACDM os filhos não tinham aprendido competências académicas de leitura e escrita. A mesma opinião é manifestada pelo empresário embora referencie que de início como desconhecia o trabalho da instituição receava integrar um deficiente na sua empresa. O agrupamento reconhece com satisfação a mais valia que a parceria traz para a sua organização e salienta também a presença da
Satisfação			

<p>Satisfação</p>	<p>Satisfação global; Satisfação na formação de formandos satisfação parceiros</p>	<p><i>profissão</i> P2 <i>Estou muito satisfeita e reconhecida. O meu filho hoje é igual ao irmão sabe ler gosta de livros e de ver filmes e tem amigos.</i> E1<i>Estou muito satisfeito. Reconheço que de início fiquei muito apreensivo porque não conhecia o trabalho desta instituição quando me abordaram para ter um estagiário na minha empresa ainda vacilei. Hoje este estagiário já faz parte da minha empresa</i> Ag <i>“Estou bastante satisfeito com a parceria que mantemos com a APPACDM. Ele é claramente uma mais-valia para a nossa organização. A mesma está presente no órgão de maior relevo da instituição: Conselho Geral.”</i> PT1 <i>-Sim Ao longo do seu percurso, esta instituição tem prestigiado tanto a formação de colaboradores quer de clientes, pretendendo o aperfeiçoamento de conhecimentos, aptidões e atitudes da comunidade educativa atingindo elevados níveis de qualidade.</i> PT2 <i>Sim, porque a APPACDM têm-se preocupado sempre com o grau de satisfação e motivação dos seus clientes e colaboradores, tendo um bom clima organizacional a nível de cultura, normas usos e costumes, ou seja tem um bom conjunto de valores e atitudes na sua</i></p>	<p>APPACDM no conselho Geral do agrupamento Os professores/ técnicos também referem satisfação, salientando um bom clima organizacional e preocupação da instituição na satisfação e motivação de colaboradores e clientes A construção/aquisição de novas infraestruturas/equipamentos, quer com o recrutamento de mais técnicos especializados Também são considerados uma mais-valia na satisfação.</p>
-------------------	--	---	--

		<p>organização.</p> <p><i>PT3 - No que diz respeito à Formação Profissional, surge como uma mais-valia para jovens com algum tipo de incapacidade intelectual, ligeira ou moderada, que lhes dificulta o percurso académico ao nível do ensino regular, mas com capacidades suficientes para virem a integrar o mercado de trabalho. É-lhes fornecida formação não só em contexto de sala de aula e oficinas mas também em contexto de estágio. Quanto aos colaboradores, a Instituição procura a valorização profissional dos mesmos, apostando na sua formação quer interna quer externa e na sua participação ao nível do funcionamento, com a realização de reuniões mensais ou sempre que se justifique, ou na elaboração dos Planos de Desenvolvimento Individual dos clientes, onde é fundamental a sua colaboração.</i></p> <p><i>PT4- Desde o seu início que esta Instituição tem sempre procurado dar resposta às necessidades e expectativas dos clientes que nos procuram, quer com a construção/aquisição de novas infraestruturas/equipamentos, quer com o recrutamento de mais técnicos especializados e ainda respostas sempre prontas a situações emergentes.</i></p>	
--	--	--	--

Quadro 11 categoria satisfação

Em relação à categoria satisfação, os formandos (F), mostram -se muito satisfeitos pela formação que receberam no seu percurso na Instituição, a mesma opinião é partilhada pelos pais (P) referenciando que se não fosse a APPACDM os filhos não tinham aprendido competências académicas de leitura e escrita e tirado um curso.

O parceiro Empresa (E), referencia que de início, como desconhecia o trabalho da instituição receava integrar um deficiente na sua empresa mas, é de satisfação a sua opinião pelo percurso adquirido dos jovens formandos, fazendo já parte um da sua empresa. O agrupamento reconhece com satisfação a mais valia que a parceria traz para a sua organização e salienta também a presença da APPACDM no conselho Geral do agrupamento Os professores /técnicos também referem satisfação, salientando um bom clima organizacional e preocupação da instituição na satisfação e motivação de colaboradores e clientes. A construção/aquisição de novas infraestruturas/equipamentos, quer com o recrutamento de mais técnicos especializados, também são considerados uma mais-valia na satisfação

Categoria Inclusão

Categories	Sub categorias	Evidências ou indicadores críticos	Inferências
Inclusão	Integração na sociedade; Eficácia da APPACDM na inclusão das pessoas com deficiência	F1- <i>“Sim senão fosse a APP eu não tinha sido nada. Hoje tenho a minha vida com emprego e tudo graças à escola “</i> F2 <i>“Sim a APP é que me arranjou a fábrica para onde fui trabalhar a primeira vez. Quando fechou fui eu que fui ao centro de emprego e depois fui para o hotel mas se não fosse a APP se calhar estava em casa”</i> F3-. <i>“Sim se não fosse a APP eu não tinha o meu emprego. A escola é que mo arranjou”</i> P1 <i>“Muito satisfeita e agradecida. Hoje a minha filha tem um emprego e muitos amigos”</i>	Com a análise de dados desta categoria permitimos verificar que: os formandos, reconhecem a eficácia da APPACDM na sua inclusão social pois, dizem que foi a APPACDM que lhes arranjou emprego e lhes deu autonomia A mesma eficácia é salientada pelos pais. Sentem-se satisfeitos com o contributo da Instituição na inclusão social dos seus filhos, promoção do emprego ,autonomia e

		<p>P2 Como já disse muito satisfeita com a passagem do meu filho na APPACDM ,eles fizeram do meu filho um homem. Hoje ganha dinheiro e é feliz.</p> <p>P3Muito satisfeito. A APP deu um curso ao meu filho e arranhou-lhe uma empresa para trabalhar onde esteve alguns anos Hoje está no desemprego porque a empresa fechou Mas a APP ajudou muito o meu filho e tenho fé que ele vai arranjar emprego porque na empresa era um bom profissional a crise é que está a prejudicar mas é com toda a gente.</p> <p>E- Muito Boa. À anos atrás para mim era impensável ter uma pessoa com deficiência na minha empresa. Hoje, sinto-me satisfeito por a APP me fazer acreditar que isso era possível. Hoje esta Instituição tem feito um optimo trabalho na Inclusão social destes jovens</p> <p>AG Excelente. Quer na qualidade da formação prestada, quer na integração dos seus alunos no mundo do trabalho</p>	<p>cidadania</p> <p>O empresário também referencia a eficácia da APPACDM na inclusão social referenciando ainda que nunca pensou ter na sua empresa uma pessoa com deficiência mas a instituição contribuiu para derrubar barreiras e faz um optimo trabalho na inclusão social dos jovens. Do Agrupamento também inferimos a eficácia da Instituição referindo um trabalho“Excelente. quer na qualidade da formação prestada, quer na integração dos seus alunos no mundo do trabalho”</p> <p>Os professores técnicos salientam a inovação, a preocupação de irem ao encontro da qualidade de vida para clientes e suas famílias e a promoção da inclusão social. e a consciencialização da Instituição, da</p>
--	--	---	--

		<p>PT1 <i>A inovação e o progresso contínuos têm sido alcançados com o interesse, disponibilidade e trabalho na qualificação de toda a panóplia de colaboradores e refletida na excelência dos resultados.</i></p> <p>PT2<i>Classifico-a de muito boa, uma vez que esta Instituição vai de encontro à qualidade de vida dos seus clientes e suas famílias através de serviços de saúde, educação e protocolos. A reflexão dos professores, direcção, pais clientes e comunidade tem ajudado a promover a inclusão social de muitos clientes da APPACDM tanto no mundo do trabalho como na qualidade de vida destas crianças / jovens.</i></p>	<p>sua responsabilidade social sendo aceite como um importante parceiro na inclusão das pessoas com deficiência</p> <p>“</p>
--	--	---	--

Quadro 12 categoria inclusão

Com a análise de dados desta categoria permiti-nos verificar que: os formandos(F) reconhecem a eficácia da APPACDM na sua inclusão social pois, dizem que foi a APPACDM que lhes arranhou emprego e lhes deu autonomia A mesma eficácia e satisfação é salientada pelos pais (P) reconhecem também a promoção do emprego ,autonomia e cidadania . O empresário (E), também referencia a eficácia da APPACDM na inclusão social referenciando ainda que nunca pensou ter na sua empresa uma pessoa com deficiência mas a instituição contribuiu para derrubar barreiras. O agrupamento (Ag) saliente um Excelente contributo, quer na qualidade da formação prestada, quer na integração dos seus alunos no mundo do trabalho. Os Professores/técnicos salientam a inovação e a preocupação da APPACDM em ir ao encontro da

qualidade de vida para clientes e suas famílias e a promoção da inclusão social e a consciencialização da Instituição, da sua responsabilidade social sendo aceite como um importante parceiro na inclusão das pessoas com deficiência.

5.1 Análise de conteúdo à imprensa

Segundo Martins (2005) “a imprensa é um dos meios de apreensão da diversidade das situações e dos contextos culturais e educativos. Os periódicos dão a conhecer as inúmeras facetas do sistema educativo e do ensino (cursos, currículos, programas, matriculas, exames, avaliações, etc.), as atividades escolares e o papel desempenhado pelas famílias e pelas outras instâncias de socialização da infância e juventude”.

Salientando um reconhecimento da imprensa como meio historiográfico no estudo histórico da educação.

Tendo consciência dessa importância, fizemos uma análise à imprensa desde início da implementação da APPACDM 1972 até 2011. Pretendendo também com este dado, medir a eficácia da APPACDM através do número vezes das notícias publicadas e os temas que referem.

Ainda quanto à imagem (categoria) da Instituição foi realizada uma análise, permitindo-nos verificar as ações desenvolvidas pela APPACDM. (Para o efeito utilizámos a ficha de registo da imprensa / periódicos - região de Castelo Branco de (Martins, 2005) anexo permitindo-nos fazer uma estatística dividindo as notícias por décadas, categorias, número de notícias e anos de publicação, como já foi explicado no ponto 3.3 deste capítulo.

Estatística das Notícias publicadas na “Reconquista” sobre a APPACDM década de 70 (1972-1979)		
Categoria	Número de notícias	Ano publicação
Função da Instituição	1	1972,
Criação da Instituição em Castelo Branco	3	1972, 1973
Angariação de fundos	2	1972
Direitos do Deficiente mental	1	
Inauguração	2	1973
História da APPACDM	1	1974
Problemas que passaram para a criação da instituição	1	1974
Peditório	1	1974
Reunião com a direção em Santarém	1	1974

Dificuldades com que lutam por falta de espaço	1	1979
Exposição de trabalhos	1	1979

Quadro 13 notícias década de 70

Ao analisarmos este quadro, verificamos o número de (15) notícias publicadas, na maioria, referenciando a criação e implementação da Instituição. Dando-nos conta ainda de alguns problemas financeiros que passaram.

Estatística das Notícias publicadas na “Reconquista” sobre a APPACDM década de 80 (1980-1989)

Categoria	Número de notícias	Ano publicação
Festa de admissão do exame da 4ª classe de um aluno	1	1980
Festa de Natal	2	1980, 1989
Abertura de centro de reabilitação	1	1981
Construção da escola no plano de S. Tiago	2	1981, 1982
Celebração	1	1981
Professores da escola	1	1981
Participação dos alunos em campeonatos desportivos	1	1986
Vendas de Natal	1	1988
Anúncio de vagas para as vivendas	1	1988
Prémios desportivos	2	1988, 1989
Donativos	1	1988
Convívios	3	1989

Quadro nº 14 notícias década 80

No quadro 14 salientamos um total de 17 notícias falando das atividades da Instituição

Estatística das Notícias publicadas na “Reconquista” sobre a APPACDM década de 90 (1990-1999)

Categoria	Número de notícias	Ano publicação
Prémio desportivo	4	1990, 1991, 1994, 1998
Donativo	2	1992, 1997
Convívio	2	1992, 1995
Prémio	1	1992
Empregabilidade na	3	1993, 1994

deficiência		
Inauguração	1	1993
Divulgação	1	1994
Jovens integrados	1	1994
Estudos sobre deficiência	1	1994
Integração	2	1994, 1995
Festa de Natal	2	1994, 1996
Rancho APPACDM	2	1994, 1997
Falta de espaço	1	1996
Vendas	1	1996
Aniversário	1	1999

Quadro 15 notícias década 90

No quadro15 verificamos um número de 25 notícias salientando-se atividades, (prémios desportivos que correspondem também ao desenvolvimento dos jovens).Salientamos já algumas notícias a falar da empregabilidade dos formandos da APPACDM (inclusão social) um dos pontos da sua eficácia.

Estatística das Notícias publicadas na “Reconquista” sobre a APPACDM (2000-2011)

Categoria	Número de notícias	Ano publicação
Barreiras arquitetónicas	1	2003,
Jantar de Natal	1	2003,
Carnaval	1	2004,
Inauguração	3	2006, 2009
Integração socioprofissional	1	2006,

Criação de infra-estruturas	2	2007,2011
Evento	23	2007,2008, 2009, 2010,2011
Projeto	3	2007, 2009,2011
Formação	1	2008,
Exposição	3	2008,2011
Festival	2	2008,
Reunião	1	2008,
Donativo	4	2009, 2010
Prémio	1	2009,
Informação	6	2009, 2010,2011
Festa de Natal	1	2009,
Estágio curricular	1	2010,
Visita estudo	1	2011
Reabilitação	2	2011
Parceria	1	2011
Certificação qualidade	1	2011
Sustentabilidade	1	2011

Quadro nº 16 notícias de 2000 a 2011

No quadro 16, salientamos 61 notícias a maioria (23) sobre eventos o que consideramos, uma maior abertura à comunidade. Salientamos como notícia em 2011 a certificação de qualidade dos serviços da APPACDM.

Assim: na primeira década de 70, o nº de notícias foram (15); na década de 80 (17); na década 90 (25) e na década de 2000 a 2011 registou 61 notícias. O número total de notícias foi de 118, salientando-se as categorias relativas às atividades da Instituição.

5.2 Verificação das questões de investigação

Neste ponto do trabalho, iremos verificar se obtivemos respostas dos sujeitos à nossa questão do estudo: Qual a eficácia da APPACDM de Castelo Branco na inclusão social das pessoas com deficiência mental?

Qu.1 Os formandos têm imagem negativa antes de entrarem para a Instituição depois, todos salientam uma imagem positiva e de aprendizagem. Esta imagem negativa tem a ver com os conceitos que se têm das instituições especiais numa forma segregadora. A imagem positiva

referenciada tem a ver com a missão da APPACDM, corresponder às necessidades e expectativas dos seus clientes. Os pais salientam uma imagem positiva e de agradecimento. O empresário (E) uma imagem reconhecida e inovadora .O Agrupamento (Ag) refere que a APPACDM projeta uma imagem de rigor, qualidade e de excelência, fruto da qualidade dos seus recursos humanos, dos serviços que presta e dos projetos em que se envolve. Os professores/ técnicos salientam uma imagem de qualidade e inovação referenciando ainda a imagem positiva transmitida pelos média, pois, surgem frequentemente notícias de carácter positivo acerca dela, quer em jornais da região, quer algumas vezes na televisão de âmbito nacional. Contribui também para a imagem positiva a grande abertura ao exterior e a colaboração em projetos ou outras atividades com os parceiros e comunidade. Referenciamos os estágios académicos e profissionais, as visitas à instituição e a colaboração com associações juvenis. A integração dos jovens no mercado de trabalho

A imprensa analisada (reconquista) também nos dá uma imagem positiva com o aumento de número de notícias. Salientamos a última década com 61 notícias revelando aumento de serviços e uma grande abertura ao exterior.

Qu1A Os contributos da APPACDM na inclusão das pessoas com deficiência são referenciados pelos empresários e agrupamento ao nível da formação profissional e nas respostas que APPACDM presta de serviços ao nível de alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente para os agrupamentos.

Qu2- Foi referenciada a eficácia vista na perspectiva de quatro das suas valências; escola centro de recursos para a inclusão, centro de atividades ocupacionais e Formação profissional (da A Escola de Ensino Especial, procura prestar um ensino especializado, e adequado às características de cada aluno, sendo o mais individualizado possível e contemplando também as aprendizagens em grupo, proporcionando experiências de socialização com pares, fundamentais ao desenvolvimento dos jovens. Estes alunos podem ainda beneficiar de terapias e iniciar o despiste vocacional, a fim de preparar a sua transição quando finalizarem a parte escolar.

A Instituição trabalha ainda em estreita parceria com os agrupamentos de escolas, ao nível do Centro de Recursos de Inclusão, proporcionando assim os apoios aos alunos integrados no ensino regular que as escolas não têm capacidade para fornecer.

Quanto ao Centro de Atividades Ocupacionais, é evidente a valorização das capacidades de todos os clientes, procurando-se atividades em que todos possam contribuir, tendo o trabalho final, muitas vezes, contributos de todos os clientes. Para além das tarefas ocupacionais privilegiam-se outro tipo de atividades: atividades da vida diária, educação funcional, tecnologias de informação educação física, procurando fornecer aos clientes um grande número de ferramentas para a sua participação, não só a nível institucional como ao nível da sociedade, procurando assim a sua inclusão

No que diz respeito à Formação Profissional, surge como uma mais-valia para jovens com algum tipo de incapacidade intelectual, ligeira ou moderada, que lhes dificulta o percurso académico ao nível do ensino regular, mas com capacidades suficientes para virem a integrar o mercado de trabalho. É-lhes fornecida formação não só em contexto de sala de aula e oficinas

mas também em contexto de estágio. A oferta de cursos apresenta alguma diversidade para procurar ir ao encontro dos interesses dos jovens.

A eficácia formativa é ainda vista em relação à sua autonomia e qualidade de vida

Qu3- Os formandos responderam que foi por causa da formação que arranjam emprego e que esta os ajudou muito Como comprovam os dados da empregabilidade e de satisfação dos nossos clientes e famílias.

Qu4- Todos os pais mostraram-se muito satisfeitos referenciando que se não fosse a APPACDM os filhos não tinham aprendido competências académicas de leitura e escrita e tirado um curso, naturalmente pela eficácia pedagógica da instituição.

Qu5- Os Professores/técnicos (PT) referenciam que a Instituição A APPACDM de Castelo Branco é uma instituição que procura apoiar crianças, jovens e adultos com deficiência mental no seu desenvolvimento ao longo de todo o ciclo de vida, desde idades mais jovens, ao nível da Intervenção Precoce, até à população mais avançada, nos Lares Residenciais através da sua resposta educativa, física, psico social e terapêutica tem contribuído para a melhoria de qualidade de vida dos seus clientes acrescentando ainda que a grande procura dos cursos de formação e respetiva resposta às necessidades e expectativas dos clientes, é o resultado abrangente à capacidade e qualidade da mesma

Qu6 A Camara tem uma imagem positiva da APPACDM, pois as notícias de imprensa assim o relatam, e o mesmo se reflete nos apoios dados a esta instituição (doação de terrenos, apoios em projetos/equipamentos “ A Instituição tem obra feita” frase referenciada na abertura das jornadas de inclusão promovidas pela APPACDM em 1 de junho de 2012 no auditório da Escola Superior de Educação.

CONCLUSÕES

Ao longo do seu percurso histórico e numa apreciação dos elementos disponíveis, levou-nos a constatar que inicialmente a intervenção da APPACDM deu primazia à componente Educação Especial (a primeira professora já era especializada em 1973 hoje os seus professores concluíram o Mestrado no domínio cognitivo motor) e que a resposta centro de atividades ocupacionais se pode considerar o passo seguinte do processo de crescimento, seguido da valência lares residenciais. Um quarto patamar do crescimento coincide com a introdução da formação profissional, através do direito da igualdade no acesso ao trabalho para todos, independentemente da sua condição Mental, tendo como propósitos, a aproximação entre as pessoas com deficiência e a sociedade proporcionando-lhes novas perspetivas de vida, para uma melhor inclusão social.

J. Delors (1996, p.77) referencia que a educação deve transmitir de uma forma mais eficaz “ mais saberes e saber fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva pois são as bases das competências do futuro.” *Devendo a educação basear-se em quatro pilares “aprender a conhecer, (adquirir os instrumentos da compreensão); aprender a fazer (para poder agir); aprender a viver juntos (a fim de participar e cooperar com os outros) e aprender a ser (via essencial que integra os três precedentes) ”.*

Nesta perspectiva, a Instituição tem o dever de orientar a educação para todos os seus clientes independentemente dos problemas e ritmos de aprendizagem que, a cada momento possam apresentar.

Também segundo Rodrigues, (2006 p.11) a ideia central da escola inclusiva “*é que a escola não desista de ninguém (...) para que todos os jovens possam usufruir de uma educação de qualidade e adequada ao seu potencial.*”

Isto significa que a criança/jovem com deficiência, tem direito a um programa que lhe seja adequado e possa dar resposta ao perfil da sua diferença. Nesta perspectiva e com a análise de dados do nosso estudo concluímos que estes também são os pensamentos da APPACDM de Castelo Branco, pois está sempre atenta às necessidades dos seus clientes, tendo um Projeto Educativo próprio voltado para a comunidade, com uma cultura de parcerias, e com pedagogias ativas, estratégias diferenciadas centradas no cliente e no seu projeto de vida e nas suas características intrínsecas e extrínsecas psicossomáticas, sociais e culturais. Assim, ao nível de currículo, promove a interdisciplinaridade e procura encontrar formas inovadoras para que este possa ser acessível a todos e se adequa às suas necessidades e expectativas.

A APPACDM Castelo Branco, tem autonomia para se adaptar a novas situações, para gerir o currículo, os meios materiais e organizativos e é uma Instituição que tem o seu corpo docente e técnico estável e empenhado.

É uma Instituição que se avalia a si própria e que partindo dessa avaliação, determina novas metas e define medidas e atitudes a tomar.

Também desde cedo tem vindo ao longo da sua intervenção a ser promotora de boas práticas inclusivas dando resposta não só aos alunos encaminhados para a escola mas também a prestar apoio especializado a alunos das escolas do ensino regular, tornando-se um importante recurso na comunidade.

A celebração de parcerias faz parte da cultura organizacional da APPACDM, na medida em que se reconhecem com satisfação as vantagens de cooperação a diferentes níveis com evidentes resultados para as partes.

Hoje a APPACDM tem uma postura de abertura ao exterior. Participa e organiza eventos culturais (seminários, colóquios encontros), recreativos e desportivos diversos com o objetivo de levar ao conhecimento da comunidade as suas atividades e contribuir para a mudança de atitudes das pessoas em relação ` pessoa com deficiência. São também exemplos desses esforços a participação em: provas desportivas, cursos de carnaval feiras de artesanato a atuação do seu rancho folclórico.

Uma das ações mais importantes da APPACDM é apoiar o cidadão deficiente mental para que se sinta integrado na nossa sociedade e promover a sua inclusão social.

A APPACDM procura também a promoção do respeito pelas pessoas, pelo trabalho que desenvolvem em áreas de atividades ocupacionais.

De uma forma ou de outra, a inclusão faz parte do projeto de vida de cada Cidadão.

Tendo em conta a mudança estrutural que se avizinha no que respeita ao papel das Instituições de Educação Especial no nosso país - prevendo-se a necessidade progressiva de transformação em Centro de Recursos para a Inclusão até 2013 (DGDIC, 2006).

A necessidade de que todas as Instituições se transformem em centros de recursos no atual contexto educacional e social, que se pretende cada vez mais inclusivo, vem de algum modo confirmar a pertinência do seu próprio desenvolvimento, mas simultaneamente mostra como a APPACDM amplia antecipadamente a sua ação face a normativos gerais inovando e propondo ações inclusivas concretas, nomeadamente com projetos com os agrupamentos.

Relembrando o que as várias entidades e autores, ligados à educação especial e à inclusão, afirmam relativamente às características dos centros de recursos (Doc. Estratégico, DGDIC, 2006; Agência Europeia para o Desenvolvimento em Necessidades Educativas Especiais, 2003; Hegarty, 1994; Hélios II, Grupo temático 8, 1997; Pereira, 2005a; Portaria 1102/97; Wiltshire, 2003; Warwick, 2001; UNESCO, Declaração de Salamanca, 1994;), encontramos nas suas definições a mesma finalidade que a APPACDM se baseou para construir o seu Centro de Recursos. Assim, participa na formação dos professores e de outros profissionais através de estágios curriculares, profissionais e voluntários tendo em vista a sensibilização para futuros profissionais promovendo o primeiro passo para a inclusão; na elaboração e disseminação de materiais de ensino/específicos; no apoio às escolas do ensino regular e aos pais/encarregados de educação.

Podemos afirmar que a APPACDM promove uma orientação para a inovação e mudança, em áreas prioritárias como a intervenção precoce, autonomia e preparação para a vida adulta .

A presente Instituição, foi desde os anos oitenta uma defensora e seguidora da implementação de novos serviços de atendimento aos utentes com deficiência mental, preconizados pelo dos apoios do Fundo Social Europeu / Instituto do Emprego e Formação Profissional. Através da Lei-quadro da Reabilitação (Ministério do Emprego e Segurança Social, Decreto-Lei nº 247/89), proporcionou, a construção de centros de formação e com eles o desenvolvimento de programas de formação profissional em grande escala. Estes programas destinam-se a "dotar os jovens e adultos com conhecimentos, capacidades e competências. A formulação destes estatutos e regulamentações focaliza-se em torno de diversos meios para obter um emprego, conservá-lo e progredir profissionalmente" (Charana, 1988, p. 68) .

A APPACDM percebeu, desde logo que era necessário que as pessoas com deficiência fossem cada vez mais independentes e autónomas, o que só poderia acontecer se houvesse uma intervenção formativa. Os cursos ministrados no seu centro de formação, resultam do levantamento de necessidades do mercado de emprego da região em que se situa e incidem em profissões enquadráveis na região.

A nossa investigação permitiu concluir que a formação profissional se afigura como um trampolim para a inclusão Social.

Em relação aos sentimentos expressos pelos jovens que frequentaram a APPACDM nomeadamente os cursos de formação profissional pudemos concluir que os sujeitos do estudo se

sentiram excluídos da escola regular e se identificaram com a Instituição onde realizaram a formação profissional estando todos satisfeitos com o seu percurso formativo.

Verificamos que esta Associação procura promover a integração do cidadão com deficiência mental assim como promover o equilíbrio das famílias/pais dos cidadãos com deficiência mental.

Não acreditamos que existam organizações perfeitas/ inclusivas.

Acreditamos sim, que existem organizações, como a que estudámos, que procuram, no seu pensamento e ação, assumir um compromisso com a eficácia ao nível pedagógico, social, assistencial e da inclusão.

Questionamo-nos por fim - será possível construirmos uma escola inclusiva, que inclua todas as crianças mesmo aquelas que têm NEE mais profundas, sem o apoio, a parceria da educação especial? Acreditamos que não.

Após considerarmos as conclusões deste trabalho procedemos a algumas recomendações e sugestões.

Ao nível da Instituição, que se crie um boletim de informação único que espelhe as atividades da APPACDM.

Apesar de os empresários do nosso estudo estarem recetivos a integrarem nas suas empresas pessoas com deficiência estamos cientes, que esta não é prática comum. É necessário continuar a sensibilizar os empresários para todos os jovens, terem igualdade de oportunidades.

Finalmente, esperamos que esta conclusão não seja o ponto final de todo um processo, mas constitua o ponto de partida para a concretização de novos projetos que venham dar resposta a algumas questões que se nos foram colocando.

O nosso estudo realizado foi muito enriquecedor, pois permitiu por um lado obter resposta à questão que nos motivou e orientou o trabalho, e por outro contribuiu para a reflexão desta temática

BIBLIOGRAFIA

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. (1996). DSM-IV - Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais. (4ª ed.). Lisboa: Climepsi Editores

AMERICAN ASSOCIATION ON MENTAL RETARDATION.(2002). Mental retardation: definition, classification, and systems of supports.Washington, DC, USA: AAMR.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DAS CRIANÇAS DIMINUÍDAS MENTAIS. (1981). Estatutos. Braga: Gráfica Barbosa & Xavier, Lda.

BARDIN, L (1997) Análises de conteúdo. Lisboa: Edições 70.

BAIRRÃO Ruivo, J. et al. (1998). Os Alunos com Necessidades Educativas Especiais: Subsídios para o Sistema de Educação. Lisboa: CNE.

CAPUCHA, Luís (2009), "Poverty and social exclusion",in Guerreiro, Maria das Dores, Anália Cardoso Torres and Luís Capucha (orgs.), *Welfare and Everyday Life*, (Portugal in the European Context, vol. III), CIES, ISCTE-IUL, Lisbon, Celta Editora

- CAPUCHA, Pereira, Filomena (2007) Educação Especial e Escola para Todos: das palavras aos Actos. MTSS/DGEEP, Integração de Pessoas com Deficiência. (83-100) Lisboa: DGEEP
- CHARANA, A. (1988). Gestão de programas de preparação pré-profissional, formação e emprego. *Emprego e Formação*,.
- CORREIA, L.M. (org), (2003) Educação Especial e Inclusão - Quem Disse Que Uma Sobrevive Sem a Outra Não está no Seu Prefeito Juízo. Porto : Porto Editora
- CORREIA, L. M. (2008). Inclusão e Necessidades Educativas Especiais - Um guia para educadores e professores (2ª edição, revista e ampliada). Porto: Porto Editora.
- CORREIA, L.M (2005) Inclusão e Necessidades Educativas Especiais: Um guia para educadores. Porto: Porto Editora.
- CRUZ, J. V. P. (1998). *Formação Profissional em Portugal. Do levantamento de necessidades à avaliação*. Lisboa: Edições Sílabo.
- CUBEROS M.et al (1997) Necessidades Educativas Especiais . Lisboa: Dinalivro
- DELORS, J. et al (1996): Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. Porto: Porto Editora.
- DGDIC (2006). Documento Estratégico Reorientação das Escolas Especiais em Centros de Recursos Disponível em <http://www.dgicd.minedu./especial/PDF/DOCReconversaoEscolasEspeciais.pdf> [Acesso: abril de 2010]
- DIRECÇÃO Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, (2005). Guia Orientador de Apoio ao Processo de Elegibilidade para Efeitos de Aplicação de medidas especiais de Educação. Lisboa: Ministério da Educação
- Drucker, Peter F. (1993), *As organizações sem fins lucrativos*, Lisboa, Difusão Cultural
- FELGUEIRAS, I. (1994). As Crianças com Necessidades Educativas Especiais: Como as Educar? Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- FOX. D.J. (1981) El Proceso de Investigation en Education Ediciones Pamplona: Universidade de Navarra.S.A
- GHIGLIONE, Rodolphe & Matalon, Benjamin (1995 [1985]). O inquérito teoria e prática. (2ª ed.). Oeiras: Celta Editora.
- GOODE, W. J. (1969), Métodos em pesquisa social, São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- HEGARTY, S. (2006/2002). Inclusão e Educação para todos: Parceiros necessários. In
- HELIOS II, Tematic Group nº 8 (1997). The Role of Resource Centres in Supporting Integration in Education. Cruz Quebrada: Gráfica 2000.
- LUCKASSON, R (2002) Mental Retardation: definition, classification and sistens of supports.(10º Edition), Washington: AAMR.
- MARTINS, E.C.(2009) Revista ALPHA. Patos de Minas: UNIPAM, (10): 242-251, dez. 2009
- MARTINS,E.C.(2012). Proteção Social e (R) de Menores: O Padre António d'Oliveira (1867-1923). Lisboa: Caritas Portuguesa.
- MIRANDA, M. (2006). *Formação profissional continua na Administração Local. Estudo de caso: a construção da oferta formativa na Câmara Municipal de Lisboa*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Psicologia e Ciências da Educação
- MORATO, P.P. (1998) Deficiência mental e Aprendizagem. Lisboa: Secretariado Nacional de Reabilitação.
- MORGADO, J. Trabalho de equipa. Trabalho cooperado em Educação Especial/ Reabilitação. Integrar, 5, pp. 20-22, 1994
- O.M.S. (1968):15 Informe del comité de expertos en salud mental
- PACHECO, D. B. e Valencia, R.P.(1997) A Deficiência Mental. In R.B. Jiménez (coord.) Necessidades Educativas Especiais. Lisboa :Dinalivro
- PEREIRA, F. (2005b). O Papel das escolas especiais no apoio à escola regular: retrato da situação atual. Educação Especial e Reabilitação, 11(2).
- QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Grádiva.
- RODRIGUES, D. (Org) (2006), Investigação em Educação Inclusiva, vol. 1 Forum de Estudos de Educação Inclusiva. Lisboa: Edições FMH.
- RODRIGUES, D. (Org.) (2006). Educação Inclusiva: Estamos a Fazer Progressos? Cruz Quebrada: Faculdade de Motricidade Humana/Fórum de Estudos de Educação Inclusiva
- Santos,S et al Morato P (2002) Comportamento adaptativo. Porto:Porto Editora

SERRANO, G. P. (1994). Investigación Cualitativa. Retos y Interrogantes. II Técnicas y Análisis de Datos. Madrid: Editorial La Muralla

UNESCO (1994) Conferencia Mundial sobre Necesidades Educativas Especiales : Acceso y calidad. UNESCO y Ministerio de Educación y Ciencia, España. Paris : UNESCO.

SASSAKI.R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHLOCK, R.(1992). Hacia una nueva concepción de la discapacidad . In M. Alonso & F. Verga, (EDS.) Actas de las III jornadas científicas de investigación sobre personas discapacidad,(pp.79-109). Amarú.

SOUSA, J. e Capucha, L. (Ed.) (2005). Recomendações para a programação do QREN Quadro de Referência Estratégia Nacional 2007/2013. Vila Nova de Gaia: Centro de Reabilitação Profissional de Gaia e ISCTE.

WARWICK, C. (2001). O Apoio às Escolas Inclusivas. In Rodrigues (Org.). (2001). Educação e Diferença - Valores e Práticas para uma prática inclusiva. Porto: Porto Editora.

WILTSHIRE, A. (2003). Um papel mais alargado para as escolas especiais? In Tilstone, C., Florian, L. e Rose, R. (Ed.) (2003). Promover a Educação Inclusiva. Lisboa: Instituto Piaget

YIN, Robert, K (1989), case Study Research- Design and Methods: Sage Publications Inc.

LEGISLAÇÃO Consultada

(por ordem cronológica)

Constituição da Republica Portuguesa (1976)

Lei de Bases do Sistema Educativo Lei nº46/86,de 14 de Outubro- alterada pela Lei nº 115/97 de 19 de Setembro e alterada / republicada pela Lei nº 49/2005 de 30 de Agosto

Decreto-lei 319/91, de 23 de Agosto - Define o regime Educativo Especial a aplicar aos alunos dos níveis básico e secundário com NEE.

Decreto-Lei nº 247 de 5 de Agosto- Aprova o regime de apoio técnico e financeiro a programas de reabilitação profissional de pessoas deficientes. Revoga a alínea m) do artigo 5.º do Dec Lei 165/85, de 16 de Maio e o despacho normativo nº52/82, de 25 de Março

Portaria nº 611/93, de 29 de Junho - alarga a aplicação dos dos dispositivos legais consignados no Decreto-Lei n.º 319/91, a crianças com NEE ao nível da Educação Pré escolar

Portaria 1102/97 - Enuncia as condições de educação para os alunos que frequentam as associações e cooperativas de ensino especial sem Fins Lucrativos.

Despacho conjunto n.º 105/97 de 1 de Julho - Normas orientadoras para a Realização de Apoios Educativos nas Escolas.

Parecer n.º 3/99, de 17 de Fevereiro - Parecer do Conselho Nacional de Educação sobre a educação de crianças e alunos com NEE.

Despacho Conjunto nº891/99 - Despacho Conjunto dos Ministérios da Saúde, da Educação, do Trabalho e da Solidariedade Social sobre Intervenção Precoce (Orientações Reguladoras), definindo as linhas orientadoras para os serviços de intervenção precoce para crianças entre os 0 e os 6 anos com NEE ou em risco e suas

Despacho Normativo nº50/2005 Define, no âmbito da avaliação sumativa interna, princípios de atuação e normas orientadoras para implementação, acompanhamento e avaliação dos planos de recuperação como estratégia de intervenção para o sucesso educativo dos alunos do ensino básico.

Decreto-lei nº3/2008, de 7 de Janeiro Define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da actividade e da participação num ou vários domínios da escola (Revoga o Decreto-Lei n.º 319/91).

Lei n.º 21/2008, de 12 de Maio de 2008 - Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto -Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro, que define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário.

Decreto-lei nº 281/2009 de 6 de Outubro cria o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância, adiante designado por SNIPI, o qual consiste num conjunto organizado de entidades institucionais e de natureza familiar, com vista a garantir condições de desenvolvimento das crianças com funções ou estruturas do corpo que limitam o crescimento

peçoal, social, e a sua participação nas atividades típicas para a idade, bem como das crianças com risco grave de atraso no desenvolvimento.

Declarações Mundiais

Declaração dos Direitos da Criança (1924)
Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948)
Declaração sobre a Educação para Todos (1990)
Declaração de Salamanca, UNESCO, Edição do IIE, Lisboa, 1994

ANEXOS

ANEXO (1)

CARTA DE SUBMISSÃO DA LISTA DE DELEGADOS

Castelo Branco, 24 de Novembro de 1972

Exm^ã. Senhora

Dra. D. Alice de Mello Tavares

Dign^ã. Presidente da Associação Portuguesa de Pais
e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais

Largo da Ajuda, 18

LISBOA

Exm^ã. Senhora

Em conformidade com os esclarecimentos que teve a gentileza de me prestar há dias em Lisboa, venho submeter à aprovação de V.Ex^ã. a seguinte lista para a Direcção da Delegação da Associação de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais, a criar em Castelo Branco:

-Delegado: Dr. Fernando Dias de Carvalho

(Médico Pediatra)

-Sub-Delegado: D. Maria de Lourdes Borges Póvoa da Costa

-Sub-Delegado: D. Maria José M.F. da Silva Castelo Branco

-Vogal: Dr. Elvídio Aristides Narciso Gomes Cardoso

(Médico Psiquiatra)

-Vogal: D. Maria Benedita Gorjão Maia Neves Grilo

(Assistente Social)

Sem outro assunto apresento a V. Ex^ã. os melhores cumprimentos de muita consideração e simpatia.

Maria José Castelo Branco

ANEXO (2)
BIOGRAFIA DOS FUNDADORES

Biografias:

Algumas notas do Curriculum Vitae de Fernando Dias de Carvalho

Aspecto Profissional:

- Licenciou-se em medicina em 1959, especializando-se posteriormente em pediatria.
- Fixou-se em Castelo Branco em 1963, após o término da mobilização militar, em Angola, como médico de uma companhia independente.
- Exerceu a profissão no Hospital de Sta. Maria e posteriormente no Lactário Dr. José Lopes Dias e no Hospital de Castelo Branco onde prestou serviço durante 40 anos.
- Presidiu à Comissão Instaladora de Hospital Distrital de Castelo Branco, quando, após o 25 de Abril de 1974, o hospital da Misericórdia passou para a posse do Estado.
- Presidiu, posteriormente, também à Comissão Instaladora que colocou em funcionamento o novo Hospital e foi director deste durante 10anos, criando serviços que foram pioneiros em Hospitais Distritais como o Serviço de Cuidados Intensivos, Hemodiálise e Gastreenterologia.
- Foi director do Serviço de Pediatria durante 30 anos.
- Fez o estudo de Endemia de Bócio dos concelhos de Oleiros, Castelo Branco, Sertã, Vila de Rei, Proença-a-Nova, Vila Velha de Rodão e Fundão. Propôs as medidas profiláticas. A endemia desapareceu no decurso de 5 anos.
- Publicou vários trabalhos científicos e apresentou várias comunicações em reuniões científicas.

No aspeto político:

- Participou na campanha do General Humberto Delgado e posteriormente em campanhas legislativas da oposição e contribuía periodicamente para o apoio às famílias dos presos políticos.
- Foi fundador, no distrito de Castelo Branco, do PPD mais tarde denominado PSD. Afastou-se deste partido e militou no ASDI e PRD.
- Foi deputado à Assembleia da República durante duas legislaturas.

No aspeto social:

- Em 1972 foi fundador da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) exercendo cargo de Presidente da direcção;
- Foi Presidente da Assembleia Municipal de Castelo Branco;
- É Presidente da Direcção da Casa da Infância e Juventude;
- É Presidente da Liga dos Amigos do Hospital Amato Lusitano.
- Foi Secretário da Sociedade dos Amigos do Museu Tavares Junior
- Foi Presidente da Assembleia de Freguesia de Castelo Branco

Algumas notas do Curriculum Vitae de Maria de Lurdes Borges Povo Pombo Costa

Curriculum

Maria de Lurdes Borges Póvoa Pombo Costa

Natural de Sabrosa Distrito de Vila Real

Nascida a 22 de Outubro de 1945

Residente em Castelo Branco desde Abril de 1972

Habilitações académicas: educadora de infância; Curso de Estudos Superiores Especializado em Administração Escolar.

Experiência profissional

Educadora de infância no Instituto Maternal e na APPACDM de Coimbra

Diretora do dispensário Drº Alfredo Mota

Técnica de Educação do IFAS

Técnica Superior no Centro Regional da Segurança Social de Castelo Branco

Vogal da Comissão Instaladora do Centro Regional da Segurança Social de Castelo Branco

Chefe de divisão e Diretora de Serviço do Centro Regional De Segurança Social de Castelo Branco

No aspeto político:

Fez parte da lista a Câmara Municipal de Castelo Branco nas primeiras eleições autárquicas 1976

Foi membro da Assembleia Municipal de Castelo Branco durante 14 anos

Deputada da Assembleia da República nas VI e VII legislaturas

Ocupou o Decimo oitavo lugar na lista de efetivos de candidatos a deputados ao Parlamento Europeu

Vereadora da Câmara Municipal de Castelo Branco durante dois anos

No aspeto social:

Fundadora da APPACDM de Castelo Branco

Coordenadora Distrital do Ano Europeu da Pessoa com Deficiência

Membro da Comissão de Crianças e Jovens em Risco de Castelo branco

Membro da Rede Social de Castelo Branco

Atualmente

Presidente da APPACDM de Castelo Branco

Presidente da União das Instituições de solidariedade Social UDIPSS do Distrito de Castelo Branco

Faz parte da Direção da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social (CNIS) com os pelouros da: Deficiência; Educação e Relações Internacionais

ANEXO (3)

FICHA DE REGISTO DE IMPRENSA;TRATAMENTO DAS NOTÍCIAS

ANEXO n.º 1

FICHA DE REGISTO DA IMPRENSA / PERIÓDICOS - REGIÃO DE CASTELO BRANCO

Nome do Jornal: _____
Período de Publicação (Anos): _____ -- _____; Periodicidade: _____
Lugar de Edição: _____
Temáticas Principais: _____ _____
Formato: _____; Número médio de Páginas: _____; Preço: _____

Responsáveis (Proprietários, Directores; Redactores e Editores):
Director (es): _____
Redactor(es): _____
Editor: _____

Colaboradores Habituais: _____ _____ _____

Título do Artigo: _____
Área(s): _____; (Categoria(s): _____ / _____)

Objectivos: _____ _____

Conteúdos (Análise Descritiva): _____ _____ _____ _____ _____ _____

Martins (2005)

1972

- A associação Portuguesa de Pais e amigos das crianças Diminuídas Mentais
Função da Instituição
- A associação Portuguesa de Pais e amigos das crianças Diminuídas Mentais vai ter em Castelo Branco uma delegação
Criação da Instituição em Castelo Branco
- Peditório a favor das crianças diminuídas mentais
Angariação de Fundos
- Peditório para a A.P.A. das crianças diminuídas mentais
Angariação de Fundos
- Direitos do deficiente mental
Direitos

1973

- Criada em CB uma delegação da associação Portuguesa de Pais e amigos das crianças Diminuídas Mentais (APPACDM)
Criação da delegação
- Inauguração do 110 centro da APPACDM
Inauguração
- Vai ser criada nesta cidade uma escola para débeis mentais
Criação da delegação
- Inaugurado o 110 centro educacional da APPA das crianças diminuídas mentais
Inauguração

1974

- Resumo da história da delegação
História da APPACDM
- Centro de deficientes com dias contados
Problemas
- Associação Portuguesa de Pais e amigos das crianças Diminuídas Mentais
Peditório
- Associação Portuguesa de Pais e amigos das crianças Diminuídas Mentais

Reunião com a direcção em Santarém

1979

- No 6º Aniversário do centro em Castelo Branco da APPA das crianças diminuídas mentais
Dificuldades com que lutam por falta de espaço
- Entrevista com o dr. Fernando Dias Carvalho
- Centro de crianças diminuídas
Exposição de trabalhos

1980

- Festa na escola das crianças diminuídas mentais
Festa de admissão do exame de 4ª classe Mário Henriques dos Santos – Cebolais de Cima
- Festas de Natal
Festa de Natal

1981

- Centro de reabilitação de deficientes
Abertura do centro
- Centro de Educação especial de nível europeu em Castelo Branco
Construção do centro no plano de S. Tiago
- Ano internacional do deficiente
Celebração
- No ano internacional do distrito
Professores

1982

- 1ª Pedra do centro de Educação Especial
Construção

1986

- I jogos “special Olympics” para deficientes mentais
Participação

1988

- Neolismo em Castelo Branco
Vendas de Natal
- Anúncio de vagas nas vivendas
Anúncio de vagas
- Jogos olímpicos para deficientes em Coimbra
Prémios Desportivos
- Centro de recuperação de deficientes mentais
Donativo

1989

- Eram 8 e trouxeram 13 medalhas
Premio Desportivos
- IV Jogos olímpicos Especiais
Convívio desportivo
- A delegação da cruz vermelha promove iniciativas de carácter social
Convívio

- Dia da Criança
Convívio
- Centro de Educação Especial APPACDM
Festa de Natal
- Jovem deficiente conquista prémio internacional
Prémio

1990

- Atletas da região conquistam medalhas de ouro
Prémio desportivo

1991

- Campeonato Nacional para deficientes mentais – Novidade
Prémio Desportivo

1992

- Formação do deficiente tem pernas para andar
Donativo
- Pobreza é a principal causa de deficiência
Convívio
- Centro de Educação Especial ganha troféu

Prémio

1993

- Deficientes também precisam de emprego
Empregabilidade para deficientes
- Maré alta de inauguração
Inauguração

1994

- Jovens dinamizam artes
Divulgação
- O Mundo de Anabela
Jovem integrado
- As formas bidimensionais e tridimensionais
Estudos sobre deficiência
- Integrar deficientes
Integração
- Empresa íntegra deficiente
Integração/empregabilidade
- Alfilex integra deficiente
Integração/empregabilidade
- Natal do deficiente
Festa de Natal
- Crianças vedetas
Rancho APPACDM
- Ciclismo
Prémio desportivo

1995

- 50 anos da “Reconquista”
Convívio
- Integração deficientes
Integração

1996

- Instalações precisam-se
Falta de espaço
- Pirlampo mágico

Vendas

- Prendas diferentes para todos (iguais)

Festa de Natal

1997

- AGIP apoia APPACDM

Donativo

- Deficientes cantam e dançam

Rancho

1998

- Atletas com pedalada

Prémio Desportivo

1999

- Parabéns a você

Aniversário

2003

- Edifícios públicos dificultam acesso a deficientes

Barreiras arquitectónicas

- Deficientes juntam-se a jantar

Jantar de Natal

2004

- Jovens da APPACDM na Look

Carnaval

2006

- Museu é sonho próximo da realidade

Inauguração

- Governadora Civil de Castelo Branco apela: É preciso integrar cidadão com deficiência

Integração sócio-profissional

2007

- Deficientes com mais medidas de apoio
Criação de Infra-estruturas
- Sociedade cara-a-cara com deficientes
Evento
- Museu de seda pronto em 2009
Projecto

2008

- Jardim das violetas comemora semana da floresta
Evento
- Exposição de escultura no Museu do Canteiro
Evento
- Escola Profissional aposta em parcerias estratégicas
Formação
- APPACDM visita estádio da Luz
Evento
- Exposição venda da APPACDM no Governo Civil
Evento
- Museu do Canteiro
Exposição
- APPACDM – Centro da Carapalha, utentes vão a discoteca
Evento
- Castra Leuca cria “Raízes 2008”
Festival
- Fórum Ciência Viva 2008
Evento
- Ateliê de Natal... um momento especial
Evento
- Produtos locais chegam à Europa
Realização de uma assembleia geral do Grupo Europeu de Interesse Económico (GEIE)
- Presépio solidário ajuda APPACDM
Exposição
- APPACDM defenda o meio ambiente
Evento
- Ciclistas de Castelo Branco
Evento Desportivo

- Festival “Raízes 2008” dia 7 de Novembro
Festival

2009

- APPACDM já tem projecto de seda
Inauguração
- Idália Inaugura centro de actividades
Inauguração
- Programa operacional de Potencial Humano
Donativo
- APPACDM investe para servir a comunidade
Projecto
- Carrinha apoia turistas com deficiência
Donativo
- Empresa reconhecida
Prémio
- Artesanato Regional
Evento
- Dirigente há três décadas, Teresinha Sanches deixa direcção
Informação
- APPACDM com venda de Natal
Evento
- Petrus Solidário tem novos pontos de venda
Informação
- Curso de Acção social espalha animação por várias gerações
Evento
- APPACDM visita estádio da Luz
Evento
- APPACDM – Centro da Carapalha, utentes vão à discoteca
Evento
- APPACDM renova contracto da Carapalha
Informação
- Escola Silvina Candeias com dança solitária
Evento
- Instituições do distrito beneficiadas
Donativo
- Museu da Ciencia da Universidade de Coimbra
Evento

- O museu do Canteiro mostra presépios solidários
Evento
- Deficientes não deixam instituições durante as férias
Festa de Natal
- Proença leva jovens ao estádio da Luz
Evento

2010

Alunos de desporto vão para o terreno

Estágio Curricular

Desfile em Castelo Branco, Jovens da APPACDM estão na moda

Evento

Comissão directiva do POPH de visita APPACDM

Visita

Um grupo de alunos da Secundária Nuno Álvares organizou um desfile de moda que teve como protagonistas os utentes da APPACDM de Castelo Branco

Evento

→ Observatório para o desenvolvimento económico, Castelo Branco lidera nas respostas sociais

Informação

→ Associação remodela e amplia instalações em duas zonas da cidade: APPACDM deita mãos à obra

Ampliação instalações

→ Festa na quinta da Carapalha: Vamos todos à vindima!

Evento

2011

→ Carnaval: Escolas levam folia para a rua

Evento

→ Visita de estudo: APPACDM no Reconquista

Visita estudo

→ APPACDM leva terapeutas a casa

Reabilitação

→ Caixa Solidária: Aniversário comemorado com acções de voluntariado

Evento

→ Agrupamento Cidade de Castelo Branco: Transição de jovens com NEE para a activa

Parceria

→ APPACDM: O mini-Alcoitão de Castelo Branco

Reabilitação

→ Castelo Branco: APPACDM com certificação europeia

Certificação qualidade

→ Sardinhada: TG12 equipa sala da APPACDM

Evento

→ Análise rigorosa: Morão pede ajuda para o Museu da Seda.

criação de infra estruturas

→ Castelo Branco: Quinta da APPACDM recebe 50 árvores

Informação

→ Barragens: EDP apoia dois projectos sociais do distrito

Projectos

- ➔ Castelo Branco: APPACDM quer produzir mais seda

Sustentabilidade

- ➔ Alcains: Presépios de volta ao Museu do Canteiro

Exposição trabalhos

ANEXO (4)

PROTOCOLO E TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Guião da Entrevista aos Formandos

Introdução

Diálogo introdutório com o propósito de explicar os objetivos da entrevista e do estudo garantindo mais uma vez o anonimato e a confidencialidade.

As questões abaixo apresentadas são apenas alguns indicadores que iremos ter na condução da entrevista

Entrevista aos formandos

Perguntas
1-A APPACDM usou todos os meios disponíveis para te apoiar na resolução dos teus problemas e dificuldades? Se respondes-te não, em que pode a APPACDM melhorar?
2- Qual a tua opinião face à formação que recibes-te. Ela contribuiu para a tua inserção no trabalho .
3- A APPACDM contribuiu para a melhoria da tua qualidade de vida ?
4- Sentes-te Satisfeito por teres frequentado a APPACDM?
5- A APPACDM contribuiu de alguma forma para a tua inclusão no mercado de trabalho?

Introdução

Diálogo introdutório com o propósito de explicar os objetivos da entrevista e do estudo, garantindo mais uma vez o anonimato e a confidencialidade.

As questões abaixo apresentadas são apenas alguns indicadores que iremos ter na condução da entrevista

Entrevista aos Pais

Perguntas
<ul style="list-style-type: none">▶ A APPACDM usou todos os meios disponíveis para apoiar o seu educando na resolução dos seus problemas e dificuldades?▶ Se respondeu não, em que pode a APPACDM melhorar?
<ul style="list-style-type: none">▶ Quanto ao contributo/apoio da APPACDM para a melhoria da qualidade de vida do seu educando sente-se:
<ul style="list-style-type: none">▶ Globalmente, face à formação que o seu educando recebeu na APPACDM, como se sente?:-
<ul style="list-style-type: none">▶ Quanto ao contributo/apoio da APPACDM na inclusão do seu filho na vida social sente-se:

Guião da Entrevista aos Parceiros

Introdução

Diálogo introdutório com o propósito de explicar os objetivos da entrevista e do estudo garantindo mais uma vez o anonimato e a confidencialidade.

As questões abaixo apresentadas são apenas alguns indicadores que iremos ter na condução da entrevista

Entrevista aos parceiros

Perguntas

▶ Que tipo de imagem considera que a APPACDM tem com as empresas/Instituições Comunidade em que está inserida?

▶ Qual o contributo da APPACDM na inclusão de pessoas com deficiência

▶ Como classifica quanto à capacidade e qualidade das respostas da APPACDM face às pessoas com deficiência:

▶ Está Satisfeito com a parceria que mantem com a APPACDM ?

▶ Como classifica a Intervenção/Eficácia da APPACDM na Inclusão de pessoas com deficiência?

Guião da Entrevista aos Professores/Técnicos

Introdução

Diálogo introdutório com o propósito de explicar os objetivos da entrevista e do estudo garantindo mais uma vez o anonimato e a confidencialidade.

As questões abaixo apresentadas são apenas alguns indicadores que iremos ter na condução da entrevista

Entrevista aos Professores/Técnicos

Perguntas

- ▶ Que tipo de imagem considera que a APPACDM tem com as empresas/Instituições Comunidade em que está inserida?
- ▶ Como classifica quanto à capacidade e qualidade das resposta da APPACDM face às pessoas com deficiência:
- ▶ Está Satisfeito com o percurso organizativo da APPACDM ?
- ▶ Como classifica a Intervenção/Eficácia da APPACDM na Inclusão de pessoas com deficiência?

Transcrição das entrevistas

F1

1-A APPACDM usou todos os meios disponíveis para te apoiar na resolução dos teus problemas e dificuldades?

Se respondes-te não, em que pode a APPACDM melhorar?

R Sim. Eu quando fui para a APP achava que não ia ser bom porque pensava que era uma escola para malucos mas depois fui lá muito feliz todos gostavam de mim e ajudaram-me muito.

2- Sentes-te satisfeito face à formação que recibes-te e ao que esperavas?

R Muito Satisfeito nunca pensei tirar um curso, Na outra escola foi muito difícil ninguém queria brincar comigo e não aprendia na APP aprendi a ler e a escrever e fiz o curso de jardinagem .

3- A APPACDM contribuiu para a melhoria da tua qualidade de vida ?

R: Claro que sim hoje tenho emprego graças à APP.

4- Sentes-te Satisfeito por teres frequentado a APPACDM?

R Muitíssimo Satisfeito

5- A APPACDM contribuiu de alguma forma para a tua inclusão no mercado de trabalho?

R Sim senão fosse a APP eu não tinha sido nada. Hoje tenho a minha vida com emprego e tudo graças à escola

F2

1A APPACDM usou todos os meios disponíveis para te apoiar na resolução dos teus problemas e dificuldades?

Se respondes-te não, em que pode a APPACDM melhorar?

R: Sim, eu nesta escola aprendi muito na outra escola diziam à minha mãe que eu não ia aprender a ler lá só fazia desenhos. Na APP aprendi muito, depois fiz o curso de costura e fui para a fábrica.

2- Sentes-te satisfeito face à formação que recibes-te e ao que esperavas?

R: Claro que sim muito satisfeita eu de princípio nem acreditava que ia chegar até onde cheguei.

3- A APPACDM contribuiu para a melhoria da tua qualidade de vida ?

R: Sim. Hoje sou feliz se não fosse o curso eu nunca tinha emprego e não podia pagar a minha casinha.

4- Sentes-te satisfeita por teres frequentado a APPACDM?

R: Claro que sim na APP fui muito feliz aprendi muito e depois havia o rancho folclórico estivemos em hotéis quando íamos dançar conheci muita gente, tirei o curso estive numa fábrica durante muitos anos depois fechou mas fui para o hotel trabalhar.

5- A APPACDM contribuiu de alguma forma para a tua inclusão no mercado de trabalho?

R: Sim a APP é que me arranjou a fábrica para onde fui trabalhar a primeira vez. Quando fechou fui eu que fui ao centro de emprego e depois fui para o hotel mas se não fosse a APP se calhar estava em casa.

F3

1-A APPACDM usou todos os meios disponíveis para te apoiar na resolução dos teus problemas e dificuldades?

Se respondes-te não, em que pode a APPACDM melhorar?

R Sim quando precisei arranjou-me a vivenda onde fiquei durante a semana.

2- Sentes-te satisfeito face à formação que recibes-te e ao que esperavas?

R Sim gostei muito do curso de cozinha aprendi muita coisa.

3- A APPACDM contribuiu para a melhoria da tua qualidade de vida ?

R: Sim deu-me um curso e um trabalho.

4- Sentes-te satisfeita por teres frequentado a APPACDM?

R: Sim no principio estava com medo os meus colegas diziam que era a escola amarela mas depois gostei muito e hoje sou feliz no meu emprego

5- A APPACDM contribuiu de alguma forma para a tua inclusão no mercado de trabalho?

R. Sim se não fosse a APP eu não tinha o meu emprego. A escola é que mo arranjo

P1

1- A APPACDM usou todos os meios disponíveis para apoiar o seu educando na resolução dos seus problemas e dificuldades?

R:Sim e estou muito agradecida se não fosse esta escola a minha filha nunca tinha chegado onde chegou.

2- Quanto ao contributo/apoio da APPACDM para a melhoria da qualidade de vida do seu educando como se sente e diga se atingiu as suas expectativas?

R: Sinto-me muito Satisfeito em relação às expectativas superou

3- Globalmente, qual é a sua satisfação face à formação que o seu educando recebeu na APPACDM?

R: Sinto-me muito satisfeita .Se não fosse a APPACDM a minha filha nunca tinha aprendido a ler e a escrever e a aprender uma profissão.

4- Quanto ao contributo/apoio da APPACDM na inclusão do seu filho na vida social como se sente?

R: Muito satisfeita e agradecida. Hoje a minha filha tem um emprego e muitos amigos .

P2

1-A APPACDM usou todos os meios disponíveis para apoiar o seu educando na resolução dos seus problemas e dificuldades?

R:Sim o meu filho era muito difícil. Na outra escola não o compreendiam mas quando foi para a APPACDM tudo ficou diferente.

2-- Quanto ao contributo/apoio da APPACDM para a melhoria da qualidade de vida do seu educando como se sente e diga se atingiu as suas expectativas

R: Muito Satisfeita. Eu nem acreditava que a minha filha fosse tão longe. Hoje ela tem qualidade de vida

3- Globalmente, qual é a sua satisfação face à formação que o seu educando recebeu na APPACDM?

R: Estou muito satisfeita e reconhecida. O meu filho hoje é igual ao irmão sabe ler gosta de livros e de ver filmes e tem amigos.

4- Quanto ao contributo/apoio da APPACDM na inclusão do seu filho na vida social como se sente?

R: Como já disse muito satisfeita com a passagem do meu filho na APPACDM ,eles fizeram do meu filho um homem. Hoje ganha dinheiro e é feliz.

P3

1- A APPACDM usou todos os meios disponíveis para apoiar o seu educando na resolução dos seus problemas e dificuldades?

R: Claro que sim a APPACDM foi uma escola muito boa para o meu filho.

2-- Quanto ao contributo/apoio da APPACDM para a melhoria da qualidade de vida do seu educando como se sente e diga se atingiu as suas expectativas?

R: Muito Satisfeito Foi muito bom ele ter ido para a APPACDM.

3- Globalmente, qual é a sua satisfação face à formação que o seu educando recebeu na APPACDM?

Muito satisfeito se não fosse a APP não sei o que seria do meu filho.

4- Quanto ao contributo/apoio da APPACDM na inclusão do seu filho na vida social como se sente?

R: Muito satisfeito. A APP deu um curso ao meu filho e arranjou-lhe uma empresa para trabalhar onde esteve alguns anos Hoje está no desemprego porque a empresa fechou. Mas a APP ajudou muito o meu filho e tenho fé que ele vai arranjar emprego porque na empresa era um bom profissional a crise é que está a prejudicar mas é com toda a gente.

E1

1-Que tipo de imagem considera que a APPACDM tem com as empresas/Instituições Comunidade em que está inserida?

R: Uma boa imagem é uma instituição reconhecida

2- Como classifica quanto à capacidade e qualidade de resposta da APPACDM face às pessoas com deficiência:

R: Hoje, Excelente

3- Como classifica a sua satisfação face à formação que os formandos receberam na APPACDM?

R: Estou muito satisfeito. Reconheço que de início fiquei muito apreensivo porque não conhecia o trabalho desta instituição quando me abordaram para ter um estagiário na minha empresa ainda vacilei. Hoje este estagiário já faz parte da minha empresa

4- Como classifica a Intervenção/Eficácia da APPACDM na Inclusão de pessoas com deficiência?

R:Excelente. Com a formação dada a estes jovens faz com que estes se sintam elementos ativos da Sociedade. Anos atrás para mim era impensável ter uma pessoa com deficiência na minha empresa. Hoje sinto-me satisfeito por a APP me fazer acreditar que isso era possível .Hoje esta Instituição tem feito um ótimo trabalho na Inclusão social destes jovens .

AG

1-Que tipo de imagem considera que a APPACDM tem com as empresas/Instituições Comunidade em que está inserida?

É uma instituição que faz um enorme esforço para se articular e integrar na comunidade que serve. Não apenas a nível local! Fruto da qualidade dos seus recursos humanos, dos serviços que presta e dos projetos em que se envolve projeta uma imagem de rigor, qualidade e de excelência

2-Como classifica quanto à capacidade e qualidade das resposta da APPACDM face às pessoas com deficiência:

Enquanto responsável de uma organização para a qual a APPACDM presta serviços ao nível de alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente diria que essas respostas educativas para além da elevada qualidade são, igualmente, pertinentes e eficazes. Porquê? Porque respondem às necessidades dos seus utentes.

3-1 -A APPACDM de Castelo Branco tem desenvolvido e apresentado um serviço de qualidade no âmbito da Deficiência Mental.

Atenta às necessidades e expectativas dos seus clientes, primora as dimensões do bem estar físico e emocional, relacionamento inter-pessoal, desenvolvimento pessoal, autodeterminação e inclusão social dos seus clientes.

Também na vertente da organização e com os colaboradores rege-se pelos princípios fundamentais de uma gestão de qualidade.

A APPACDM é uma estrutura social e educacional que procura estar sempre atenta à inovação e aberta à comunidade em que está inserida. Este conjunto de princípios permite a boa representação que tem junto da comunidade envolvente.

2- Conscientes de que todas as Pessoas têm direito a viver a vida com Igualdade e Dignidade, a APPACDM tem contribuído significativamente para a melhoria da qualidade de vida dos seus clientes, proporcionando **respostas adequadas nas áreas** educativa, física e psico-social, **bem como na intervenção** terapêutica personalizadas num ambiente natural e adequado a cada pessoa.

3 – Ao longo do seu percurso, esta instituição tem prestigiado tanto a formação de colaboradores quer de clientes, pretendendo o aperfeiçoamento de conhecimentos, aptidões e atitudes da comunidade educativa **atingindo elevados níveis de qualidade.**

4 - A inovação e o progresso contínuos têm sido **alcançados** com o interesse , disponibilidade e **trabalho** na qualificação **de toda a** panóplia de colaboradores e **refletida na excelência dos resultados.**

PT2

1º Só pode ter uma boa imagem, uma vez que é uma instituição que trabalha e luta pelo desenvolvimento global dos seus clientes, pondo à disposição da comunidade os seus bens e serviços, empenhando-se em estabelecer protocolos com outras empresas/Instituições onde recebe e disponibiliza recursos e serviços.

2º- Classifico-as de muito boas, porque é uma escola de Ensino Especial direccionada para a educação e reabilitação onde pode contar com materiais e equipamentos adaptados às necessidades dos seus clientes, assim como a nível de recursos humanos com professores especializados e técnicos, permitindo aos seus clientes desenvolver as suas capacidades físicas, intelectuais e sociais, ajudando-os deste modo a tornar-se o mais autónomo possível na sua vida social e familiar.

3º Sim, porque a APPACDM têm-se preocupado sempre com o grau de satisfação e motivação dos seus clientes e colaboradores, tendo um bom clima organizacional a nível de cultura, normas usos e costumes, ou seja tem um bom conjunto de valores e atitudes na sua organização.

4º Classifico-a de muito boa, uma vez que esta Instituição vai de encontro à qualidade de vida dos seus clientes e suas famílias através de serviços de saúde, educação e protocolos. A reflexão dos professores, direcção, pais clientes e comunidade tem ajudado a promover a inclusão social de muitos clientes da APPACDM tanto no mundo do trabalho como na qualidade de vida destas crianças / jovens.

PT3

A APPACDM de Castelo Branco é uma instituição que procura apoiar crianças, jovens e adultos com algum tipo de deficiência intelectual no seu desenvolvimento ao longo de todo o ciclo de vida, desde idades mais jovens, ao nível da Intervenção Precoce, até à população mais avançada, nos Lares Residenciais. Procura assim dar resposta(s) ao maior número de clientes, privilegiando a continuidade e a transição entre valências, para evitar que alunos/clientes e suas famílias não fiquem 'desamparados' e encontrem as respostas que procuram.

A sua eficácia ,formativa pode ser vista em:

Quanto ao Centro de Atividades Ocupacionais, valência com a qual tenho trabalhado mais diretamente, é evidente a valorização das capacidades de todos os clientes, procurando-se atividades em que todos possam contribuir, tendo o trabalho final, muitas vezes, contributos de todos os clientes. Para além das tarefas ocupacionais privilegiam-se outro tipo de atividades: atividades da vida diária, educação funcional, educação física, procurando fornecer aos clientes um grande número de ferramentas para a sua participação, não só a nível institucional como ao nível da sociedade, procurando assim a sua inclusão. Surgem ainda as atividades de inclusão, planificadas anualmente, onde se privilegiam os contactos com o exterior, procurando que os jovens usufruam de experiências de socialização diversificadas.

Quanto à Escola de Ensino Especial, procura prestar um ensino especializado, e adequado às características de cada aluno, sendo o mais individualizado possível e contemplando também as aprendizagens em grupo, proporcionando experiências de socialização com pares, fundamentais ao desenvolvimento dos jovens. Estes alunos podem ainda beneficiar de terapias e iniciar o despiste vocacional, a fim de preparar a sua transição quando finalizarem a parte escolar.

A Instituição trabalha ainda em estreita parceria com os agrupamentos de escolas, ao nível do Centro de respostas integradas, proporcionando assim os apoios aos alunos integrados no ensino regular que as escolas não têm capacidade para fornecer.

No que diz respeito à Formação Profissional, surge como uma mais-valia para jovens com algum tipo de incapacidade intelectual, ligeira ou moderada, que lhes dificulta o percurso académico ao nível do ensino regular, mas com capacidades suficientes para virem a integrar o mercado de trabalho. É-lhes fornecida formação não só em contexto de sala de aula e oficinas mas também em contexto de estágio. A oferta de cursos apresenta alguma diversidade para procurar ir ao encontro dos interesses dos jovens.

Quanto aos colaboradores, a Instituição procura a valorização profissional dos mesmos, apostando na sua formação quer interna quer externa e na sua participação ao nível do funcionamento, com a realização de reuniões mensais ou sempre que se justifique, ou na elaboração dos Planos de Desenvolvimento Individual dos clientes, onde é fundamental a sua colaboração.

Em termos de visibilidade da instituição ao nível da população em geral, penso que as opiniões são, de uma forma geral, bastante positivas. Também ao nível dos media surgem frequentemente notícias de carácter positivo acerca da instituição, quer em jornais da região, quer algumas vezes na televisão de âmbito nacional. A APPACDM demonstra também uma grande abertura ao exterior e à colaboração em projectos ou outras actividades (por exemplo estágios académicos, visitas à instituição, colaboração com associações juvenis).

Inovação, vontade de crescer, inclusão, valorização são expressões que caracterizam a APPACDM de Castelo Branco, privilegiando sempre o bem-estar e qualidade de vida dos alunos/clientes.

PT4

- ▶ Que tipo de imagem considera que a APPACDM tem com as empresas/Instituições Comunidade em que está inserida?

No que respeita à Formação Profissional a abertura que as empresas/instituições/outros sempre demonstraram ao aceitarem os nossos clientes quer em estágio quer posteriormente, com a inclusão dos mesmos nos quadros dessas empresas/instituições/outros, demonstra só por si o contributo que a nossa Organização dá à Inclusão Social –Empregabilidade - de pessoas portadoras de deficiência intelectual.

- ▶ Como classifica quanto à capacidade e qualidade das respostas da APPACDM face às pessoas com deficiência:

A ideia de modelos únicos para todos, preestabelecidos, tem excluído pessoas com necessidades especiais dos recursos da sociedade. A APPACDM de Castelo Branco, sempre esteve atenta às necessidades individuais de cada cliente, criando para cada um o programa mais adequado às suas expetativas e necessidades. O nº de integrações no mercado de trabalho de clientes durante estes anos, é a melhor evidência do trabalho/objetivos desenvolvidos com os nossos formandos. A grande procura dos nossos cursos de formação e respetiva resposta às necessidades e expetativas dos clientes, é o resultado abrangente à capacidade e qualidade da mesma.

- ▶ Está Satisfeito com o percurso organizativo da APPACDM ?

Desde o seu início que esta Instituição tem sempre procurado dar resposta às necessidades e expetativas dos clientes que nos procuram, quer com a construção/aquisição de novas infraestruturas/equipamentos, quer com o recrutamento de mais técnicos especializados e ainda respostas sempre prontas a situações emergentes.

- ▶ Como classifica a Intervenção/Eficácia da APPACDM na Inclusão de pessoas com deficiência?

Cabe lembrar que uma sociedade inclusiva tem um compromisso não apenas com as pessoas portadoras de deficiência mas também com as minorias. A inclusão social é, na verdade, uma medida de ordem económica, uma vez que o portador de deficiência torna-se cidadão produtivo, participante, consciente dos seus direitos e deveres, diminuindo assim, os custos sociais. Dessa forma, lutar a favor da inclusão social deve ser responsabilidade de cada um e de todos coletivamente. Nesta perspetiva a APPACDM de Castelo Branco tem consciência da sua responsabilidade social e tem desenvolvido programas com os seus clientes e significativos, que a tem dignificado, sendo aceite como um importante parceiro na inclusão de pessoas portadoras de deficiência na sociedade.